

O LAÇO E O CULTO

É o espiritismo uma religião?

Apresentação

Não causa surpresa se o espiritismo é ou não uma religião. O próprio Allan Kardec teve que, repetidas vezes, abordar a questão, suscitada, de início, pelos ataques de representantes do clero francês, que temeu, desde logo, que ele arrebatasse seus fiéis.

O codificador do espiritismo posicionou-se, sempre, contra a transformação da doutrina espírita, que ele estruturara como ciência, filosofia e moral, numa confissão religiosa. Por isso, não foi, certamente, por outra razão, como nos mostra nesta obra, Krishnamurti Carvalho Dias, que apenas cinco meses antes de desencarnar, Allan Kardec tenha proferido seu discurso perante a Sociedade Parisiense de Estudos Espíritas, justamente dando-lhe o título de “É o espiritismo uma religião?”

No Brasil, o espiritismo entrou pela porta do misticismo, popularizando-se nas camadas sociais com substituto dos neâros adivinhadores da senzala e dos magnetizadores, então em voga. A elite intelectual que a ele aderiu era constituída, em sua maioria, por religiosos que não renunciaram ao catolicismo, talvez porque – mesmo eles – não aceitavam-no como religião. Com o tempo, todavia, houve um sincretismo inevitável e o espírito de seita foi sendo formado, estilizando cultos e rituais das igrejas cristãs.

O que importa assinalar é que, como acentuou Carlos Imbassahy, em sua obra “Religião”: “Allan Kardec é verdade, nunca chamou o Espiritismo propriamente de religião” (página 108, 2ª edição – 1951 – FEB). Ao contrário. Quem disse, foram os espíritas brasileiros e suas organizações. Alguns como o próprio Imbassahy, J. Herculano Pires e Deolindo Amorim, com admirável contribuição intelectual ou, entre os desencarnados, o espírito de Emmanuel, que através do médium Francisco Candido Xavier, lançou seu famoso triângulo, definindo o espiritismo como “ciência, filosofia e religião”, dando a esta última a primazia, o que foi considerado verdade final pelos organismos federativos do movimento.

Muitos se perguntarão se, diante do posicionamento de Emmanuel, Chico Xavier, Herculano, Deolindo e outros, haveria lugar para dúvida. A resposta é afirmativa. Porque é preciso repensar aquilo que foi estruturado no Brasil, com o nome de espiritismo e perguntar por que, ao cabo de mais de 120 anos, a doutrina continua sem identificação, confundida, adjetivada, mutilada, cada vês mais distante do genuíno pensamento kardecista, como, curiosamente, os mesmos líderes e escritores mencionados, não cansam de denunciar.

È preciso encarar realística e sensatamente a verdadeira face o movimento espírita brasileiro e compará-la com a estrutura doutrinaria estabelecida por Allan Kardec e separar, refletir sobre o resultado prático alcançado. Reconhecer, enfim, que o espiritismo no Brasil foi erguido sobre bases de opiniões, ainda que respeitáveis, de espíritos e líderes que, todavia, refletiram não apenas suas idiossincrasias, mas também o ambiente cultural da sociedade brasileira desde o século passado, pelo menos.

Todas essas questões estão colocadas com elegância e propriedade pelo Autor, que nos oferece uma obra rara, em nossos meios, porque nascida de cuidadosa pesquisa semântica, histórica e cultural do pensamento religioso em geral e do pensamento espírita brasileiro.

A leitura é agradável e o estilo fluente e desapaixonado. As idéias que Krishnamurti expõe merecerão o estudo e reflexão ponderada de todos, uma vez que, supomos, pelo menos, não se tenha extinguido, totalmente, da mente dos espíritas, que o caráter científico da doutrina é-lhe indispensável e isso significa a abertura para o debate de idéias novas ou diferentes e a capacidade para aceitar tudo aquilo que seja provado, experimental ou empiricamente como verdade.

Jaci Regis

Introdução

Uma questão divide a comunidade espírita. Consiste na afirmação de que o espiritismo é religião, é “a religião por excelência”, ou tem um aspecto religioso e conseqüências religiosas.

Esse modo de pensar é impugnado, refutado, pelos que protestam inexistir fundamento para tanto na Codificação, fonte de toda legitimidade do pensamento doutrinário.

Um terceiro grupo procura minimizar a pendência, esvaziá-la de importância, situando-a como uma questão de opinião, mas infelizmente, ela existe e põe em jogo a própria unidade do espiritismo, pois se radicaliza a respeito.

Como lembrou Lincoln, citando os evangelhos, casas e reinos, divididos terminam por perecer.

O fato é que conseqüências bem distintas advirão se uma ou outra dessas posições vier a prevalecer.

Considerado, lisamente, um culto religioso, bem cedo o espiritismo registraria o cortejo de limitações e inibições características do ramo. Pelo contrário, mantido como uma tríplice proposta, nos moldes kardequianos, isto é, como ciência filosófica e moral, não se consegue vislumbrar nenhum impedimento válido, nenhum embargo pensável ao seu desenvolvimento.

Pondo em parte o que de desgaste representaria, em termos de fidelidade a Kardec, o predomínio da opinião religiosa, a simples presença dessa pendência revela a incerteza, a insegurança da comunidade quanto à natureza real do espiritismo.

Afinal, somos o quê? Um culto ou outra coisa qualquer? A autoridade da doutrina espírita, para explicar e solucionar os problemas do mundo, passaria a valer zero, já que não consegue explicar e entender a si mesma.

Como intervir na problemática alheia quem não resolveu ainda as questões da identidade própria? A ironia dos séculos apostrofa, sarcástica, a comunidade dividida e perplexa – “Médico, cura a ti mesmo...”.

Daí a importância de se debater o ponto. É o que me proponho neste livrinho. Sem outro ânimo ou critério senão aquele de Kardec:

“Jamais constranger a consciência de ninguém. Se eu tiver razão, os outros acabarão por pensar como eu, se os outros é que a tiverem, acabarei por pensar como eles”.

Importante detectar as causas desse desacordo. Estou convencido que elas se radicam num só fato: desconhecimento da doutrina espírita, desconhecimento da Codificação em seu texto integral. Falta de cultura geral, particularmente do nosso idioma, da história, bem como ausência de senso crítico.

Finalmente, falta de intimidade maior com o pensamento de Kardec.

Aí está a chave de todo o problema. Os confrades que reagem até com hostilidade, ao simples debate do assunto, parecem-se um tanto com a atitude dos adversários do espiritismo, que preferem ruminar opiniões a encarar fatos.

Acho que é tão difícil a uma pessoa que sempre pensou o movimento e a doutrina como religiosa, mudar esse ponto de vista, quanto a alguém, que sempre pensou o espiritismo como uma fraude, uma heresia, uma alucinação, uma superstição, vir a tornar-se espírita.

Assim como os que estão fora do movimento só mudam a golpes traumáticos, raramente por simples pesquisa intelectual, também os de dentro, opniáticos de que somos uma religião, só mudam por força de pressões fortes, não autoconvencimento.

Eu mesmo, espírita desde menino, só me adverti do engano em que militava, recentemente, por volta de 1980, quando tomei contato maior com a Revista Espírita, particularmente com o discurso de abertura. Foi preciso um certo abalo para que essa mudança se produzisse.

Mas não recalcitrei ante o fato novo ele trazia o respaldo do autor da Codificação. Era Kardec quem me estava informando da coisa nova: o espiritismo não é religião, escusada teimar ou rebelar, fazer manha ou pirraça.

Olhei para os melhores referenciais da doutrina: Deolindo Amorim, Julio de Abreu Filho, Herculano Pires, e de cada um tirei subsídios, que se foram somar aos dados já disponíveis, sacados em cima da literatura de Dellane, Denis, Bozzano, e por toda parte essa pesquisa dizia-me do acerto da nova orientação.

Portanto, ao escrever este livro, guia-me apenas o intuito de esclarecer, liberar informações. Acho que a comunidade tem o direito de conhecer esses fatos, tomar contato com as vigorosas colocações de Rivail, de modo direto, por si mesmos, cabendo-nos apenas o trabalho de divulgar o que, naturalmente, está menos acessível, pois encravado no corpo de uma coleção rara, nem todos podem comprar.

Esse é, pois, o meu único fito, ao escrever este livro: divulgar Kardec, repartir com meus companheiros de doutrina o que pude alcançar, em minhas leituras da Revista Espírita.

Técnicas de discutir

Discutir não é rixar, contender. É examinar, criticar, analisar, debater, um processo todo pacífico, sereno, de expor idéias e submetê-las a um bom esmerilhamento.

Costuma-se confundir as idéias de alguém com o próprio fulano. Isso é mau; personalizar uma discussão é caminho seguro para dar em nada. Ou para se arranjar mais um inimigo nesta vida.

Só se deve entrar numa discussão quando se está seguro de poder separar perfeitamente a coisa discutida em si, da pessoa de seus debatentes, especialmente quando nos adversos, sustentam posições antagônicas.

Idéias podem ser antipáticas, erradas, insuportáveis, mas isso não deve se estender, infalivelmente, às pessoas que as externam. É bom ter isso sempre em mente, sempre: pessoas boas podem ter idéias más e o contrário disso também pode ser verdade. Pessoas que depreciamos podem ser autoras daquelas idéias boas, que gostaríamos de ter pensado antes.

Trata-se evidentemente de ter um pouco de humildade e de bom senso, como base de qualquer técnica de participar de discussões. O passo seguinte será de ter presente à questão dos conceitos e palavras.

As piores controvérsias são as que se reduzem a meros embates de opinião, em termos conceituais ou semânticos. Opiniões costumam envolver muito mais emoção do que informação. Preconceitos, interesses, obstinação, intransigência, transformam simples exposições de idéias em campos de batalha.

Ninguém cede, ninguém se detém para examinar até que ponto sua opinião é fundamentada, bem servida de informação, tem contato com a realidade dos fatos. Até mesmo se estão falando das mesmas coisas, isto é, se as palavras e conceitos em jogo, significam de modo igual para todos.

Se isso pudesse ser feito, todos ganharíamos, economizando tempo e energias, poupando estremecimentos e evitando discussões irracionais.

As questões ligadas a certos temas, como a religião, ferem zonas nevrálgicas das pessoas, são saturadas de emocionalidade, logo, de irracionalidade também. Esta em particular – a questão de saber se o espiritismo é ou não uma religião, mais que todas, não é matéria meramente opinativa, pois depende de apreciação de muitos fatos, mas conduz a posições opinativas, a radicalizações.

As pessoas costumam dizer que “futebol, política e religião” não se discutem. Todavia, o debate sobre este ponto – a identidade da doutrina – não pode ser feito de modo assim tão apaixonado, reclama uma certa disciplina, uma certa pilha de informação, uma acumulada de conhecimentos, reveste alguma tecnalidade.

Muitos gostam de lançar-se a certas dificuldades, a correntezas de opinião sem se assegurarem que tem mesmo fôlego, preparo físico, ou então, simplesmente sem saber nadar, isto é, debater com proveito.

É preciso entender que discussão, debate, é algo que só deve ser feito a frio, com técnica, observando um certo curso, sem o que irá se transformar em mero bate-boca, acalorado, infrutífero, degenerando para enfrentamentos pessoais, não críticas de idéias como se queria.

CONCEITOS E PALAVRAS

O melhor caminho para clarear certos desentendimentos é parar e procurar definir exatamente o que se está discutindo. As palavras usadas são precisamente o que se queria dizer? Refletem com precisão as idéias em estudo? Eis a questão. Nada melhor que consultar um dicionário.

Mas não basta correr para um léxico e pronto – tudo resolvido. Do contrario estaremos procedendo como aquele fulano teimoso, irritadiço, daquele conto do Arthur Azevedo – “O Plebiscito” – que não querendo dar o braço a torcer, diante de uma pergunta que lhe fazia seu filho, para não revelar sua ignorância, retirou-se estrategicamente para seu quarto e foi consultar um dicionário.

E recolheu ali algo que lhe pareceu esgotar todo o assunto: voltou com ar triunfante, doutoral, dizendo que plebiscito era uma lei romana, era mais um estrangeirismo que queriam introduzir no Brasil.

O correto seria, naturalmente, não se contentar com aquela informação tão limitada e ampliá-la. Saberíamos então que plebiscito além de ter sido, em Roma, um modo de legislar, continua sendo, isto é, usado periodicamente, como uma consulta

ao povo, propondo-lhe uma tomada de decisão, geralmente dilemática, do tipo sim ou não, concordo ou não concordo, sobre diversas questões políticas, sociais, etc.

Correr a um dicionário para matar uma discussão pode não bastar, pode até piorar as coisas, pois dicionários são escritos por homens, que também tomam partido, fixam-se em posições, fazem-nos espelho de suas opiniões e preconceitos. É uma saída simplista, essa.

Haja vista para os verbetes que definem espiritismo, na maioria dos dicionários são decepcionantes. Então, um dicionário é um bom recurso, mais não um oráculo infalível. O ideal é consultar vários deles, de todos os tipos, fazendo uma pesquisa léxica, semântica, até reunir um nível satisfatório de informação colhida em bons dicionários.

Quando se trata de palavras, sem dúvida que o caso é com os léxicos, que existem em muitos modos: etimológicos, históricos, geográficos, de sinônimos de antônimos, enciclopédias, de caráter técnico (dicionário de sociologia, antropologia, direito, eletricidade, etc.), cada um com sua abordagem típica para as palavras. Estas podem significar diferente numa e noutra área ou nível de conhecimentos.

Se a dúvida é quanto a conceitos, idéias, então o indicado já é o dicionário filosófico, que examina exatamente o tema geral, que transcende a questão de palavras.

OPINIÃO, PONTO DE VISTA, INFORMAÇÃO

Se alguém me pergunta pelo meu nome, só tenho que dizê-lo tal qual eu me chamo realmente, como consta de minha certidão de nascimento, de minha carteira de identidade, pois isso é um fato que não admite opinião.

Não posso pensar ou achar, julgar ou acreditar, que me chamo assim ou assado: sei que meu nome é exatamente aquele conjunto de fonemas ou sons, aquele conjunto de letras ou palavras, que expressa minha identidade pessoal.

Não opina, mas revela um fato, quem declina o próprio nome. Eu também não estou opinando, ao revelar meu endereço, meu telefone. São fatos, só tenho que informar esses dados reportá-los num ato de informação.

Todavia, se me perguntarem aquela bobagem: “De onde foi que seu pai tirou esse nome para lhe dar?”, já haverá espaço para um ato de opinião. Posso saber exatamente como foi à mecânica da escolha de meu nome por meus pais, como

posso ignorar redondamente, tanto quanto posso apenas conjecturar a respeito. No caso de não saber exatamente, então fabricarei uma resposta opinativa, dizendo que, segundo acho, foi assim ou assado.

Eis a diferença entre fato e opinião, entre opinião e informação.

Informação é quando se revela um fato, algo que aconteceu realmente, independente de nós. Existe e pronto. Só cabe-nos informar a respeito.

Já a opinião leva há um pouco de nos mesmos, sob a forma de julgamento nosso, geralmente um juízo de valor e é por isso que nos afeta tanto quando vemos uma querida opinião que expendemos, ser esmerilhada sem dó pelos outros.

E é por isso que devemos calçar luvas de pelica para a opinião de outrem.

Se me perguntarem – “que horas são?” - o certo é limitar-me a informar o que me revela o mostrador do relógio que tenho ao pulso, sem mudar nada. O relógio reporta um fato, devo passar essa informação ao outro sem influir no dado, pois isso é informação. Todavia, se opto dizer – sem olhar para o relógio – que acho que ainda é cedo, ou tarde, ou que são tantas horas, pois não faz cinco minutos olhei para o relógio e era mais ou menos isso etc. estou fugindo ao fato, recusando-me a acessar e produzir uma informação, para fazer um mero exercício de opinião, a qual poderá refletir meu mau humor, meu desinteresse pela necessidade do interlocutor de apurar a marcha do tempo, minha irritação por um fato puramente irrelevante, que nada tem a ver.

Opiniões podem conter doses de preconceito, emoção, má vontade, alienação, muita coisa alheia, estranha aos fatos, expressando nesse caso o que em língua inglesa se chama “desinformação”.

Existe nesse terreno o puro saque, aéreo, o popular “chute”, que é a resposta leviana, sem mínima justificativa, o palpite. Ou o que os americanos chamam de “wishfull thinking”, isto é, um desejo, uma esperança ou desejo que se tenha, confundida com um pensamento.

É quando se emite uma opinião tal que não encerra informação alguma, nenhuma ligação com os fatos reais, mas sim constitui a expressão equivocada de nossa fantasia, travestida de idéia, de produto da razão.

Quando se sai do terreno firme dos fatos, cai-se no escorregadio da opinião, que pode ser infundada, prejudicada por preconceitos, emoções ou processos vários de substituição da informação pela invenção.

Sempre confundido com a opinião, o ponto de vista já é algo bem diferente: as pessoas podem estar bem informadas, mas só até certo ponto, espelhando um certo nível de coleta de dados a respeito da coisa discutida.

Ponto de vista é a posição de cada um no espaço, real ou simbólico, em que se situa o fato em discussão. Um observa de cá, outro de lá, verá mais e melhor quem dispuser de maior proximidade, de melhor iluminação, de visão desimpedida. Mas não verá tudo, eis que o outro, postado do outro ponto de vista, acessará visões diferentes.

Pontos de vista podem traduzir informação especializada, mas não podem, necessariamente, representar toda a informação capaz de ser obtida, já que cada observador só pode ocupar um ponto no espaço, uma localização de cada vez. Há que olhar de vários ângulos, num contraste de plano e contraplano, plano geral ou detalhes, vista aérea, etc.

OBJETIVIDADE, RADICALIZAÇÕES, SUBJETIVISMO

Duas pessoas podem estar falando da mesma coisa usando palavras diferentes, ou então podem estar descrevendo o mesmo fato, do qual só enxergam uma parte, correspondente à visão parcial, localizada, que dele possuem.

O fato é o mesmo, a descrição, a visão, a abordagem de cada uma daquelas pessoas, é que fica diferente, contratante, conflitante até, na medida que elas não se dão conta da identidade do objeto que contemplam: é o mesmo, falam a mesma coisa, todavia, divergem, extremam-se, chegam a turrar.

A capacidade que se tem de ignorar aparentes diferenças, divergências de superfície, e ir a fundo da questão, atendo-se ao fundamental, ao substancial, chama-se objetividade.

É o que se chama de apego aos fatos: pessoas objetivas não perdem tempo discutindo detalhes fúteis – limitam-se aos fatos puramente, “tout court”, isto é, sem mais nada.

Agora, a que propensão a empacar, firmar pé e não arredar de uma posição, recusando-se a admitir a possibilidade de estar enganado, ou de existir outra solução além daquela a que nos aferramos, a isso se dá o nome de radicalização, de radicalismo, uma das muitas formas de extremismo.

A intolerância, a intransigência, o dogmatismo, o autoritarismo, alimentam-se dessas fontes e constituem o que poderia chamar, jocosamente de “o mau hálito” da vida social.

É bom não perder de vista também um fato que por vezes ocorre, mas não é levado em conta, embora influa decisivamente nos desentendimentos, nos desencontros: a incapacidade para perceber certos dados, para descolar certas noções. É como um daltonismo intelectual, onde a pessoa é incapaz de reconhecer essa ou aquela categoria de dados, tal como o daltônico confunde o vermelho com o verde. O que se há de fazer? O fulano empaca naquela de “o que é que tem?”, “não vejo mal nisso”, “acho que não tem importância alguma isso...”, e não sai mais desse realejo, para exasperação dos que estão vendo claramente a nocividade da coisa apontada.

Todos a enxergam, menos o opinante, porque não tem capacidade para perceber o que aos outros é tão claro. Tive um colega daltônico que, enquanto não se descobriu isso, passou por maus bocados, pois parecia ser um extravagante, metido a ser diferente, escrevendo cartas e documentos a mão ou a máquina, com cores impróprias, ora verde ora vermelho, para exasperação dos nossos chefes. Até que se entendeu que ele era vítima da substituição das esferográficas em cima de sua mesa, de involuntários esbarros na alavanca de trocas de fita, na máquina de escrever. Era um daltônico e não sabia.

Levar em conta esse dado – possíveis incapacidades, inaptidões, definitivas, nas pessoas, para compreender algo – só poderá fazer-nos imenso bem, prevenindo infindáveis confusões.

Se objetividade é fidelidade aos fatos, sensibilidade para reconhecê-los e não se apartar deles, o seu oposto, a subjetividade, o subjetivismo, costumam ser porta aberta a extravagâncias e desvios de todo tipo. Subjetivismo povoa nossa mente de elementos que só existem de fato dentro de nós, mas acabamos por pensar que são externos, existem em nosso redor, quando são cidadãos do país de nossa imaginação, unicamente.

Chegamos a ver, na leitura de um texto, palavras e idéias que lá não estão, já que só habitam nosso íntimo, tanto quanto podemos não ver, saltar por cima, de frases inteiras que deveriam ser notórias, patentes, mas que nosso clima interior transforma em letra morta, ficam invisíveis.

Subjetivismo é isso: faz ver e não ver, inventar algo inexistente, ou ignorar a mais conspícua realidade.

Uma certa frase de Kardec lida por mim, gravou-se em minha memória de modo singular, acrescida de uma expressão que não constava no original, não sei se até por que. Em seguida, eis repetindo, até que descobrisse o engano, que Kardec dissera... “Os espíritas não são um bando de ateus...”, quando na verdade a frase limita-se a isso: “os espíritas não são ateus”. O resto foi subjetivismo puro. São peças que nossa mente nos prega, mas importa precatar-nos contra isso. Melhor a objetividade: só fatos, sem retoques.

IDÉIAS PESSOAIS

Nada mais desagradável do que imputarem de “idéias pessoais” a algumas colocações que apresentamos, isso pronunciado em tom claramente depreciativo.

Por que essa classificação? Afinal, todas as idéias são pessoais, já que bichos e coisas não costumam pensar, só pessoas mesmo. E cada pessoa só pode mesmo pensar... “pessoalmente”, já que não se inventou ainda o pensamento por procuração, delegado a outrem para pensar por ela.

O que quer se dizer, com essa expressão tão imprópria, e sempre manejada como uma clava nas discussões, é que o fulano está falando por si, portanto é um pensamento individual, isolado. O que também não deve significar nada de mais, já que inexiste o chamado pensamento coletivo, cada um só consegue pensar a solo, não se chegou à perfeição de criar o dueto mental, o pensamento orquestral.

Nada há de censurável em ter idéias ditas pessoais. Copérnico e Galileu, cada um individualmente, é claro, tiveram idéias pessoais, sozinhos contra a Bíblia, uma monumental acumulada de erronias coletivamente pensadas e aceitas. A Bíblia era a maciça representação do pensamento universal e dizia que o sol se movia. Pois Galileu, pensador solitário, diz, com suas detestadas “idéias pessoais”, que a Terra sim, é que era móvel. E agora?

Idéias pessoais não são necessariamente recusáveis. Podem conter alguma dose de informação, de invenção útil, de criatividade.

CONCEITOS-CHAVE

Fatos novos, palavras novas – assim começou Kardec o Livro dos Espíritos. Reproduzia o Cristo – “vinho novo, odre novo”.

Sentindo que as palavras se revestem de imensa importância, cuidou de garantir, assegurar, que o espiritismo, todo um novíssimo universo de idéias e fatos, pudesse ser traduzido, vazado, por um elenco de palavras perfeitamente explícito, com um mínimo risco de confusões e obscuridade possível.

Esse cuidado semântico começou ali mesmo na introdução do primeiro O Livro dos Espíritos. Projetou-se depois no seu segundo livro, “Instruções Práticas Sobre as Manifestações Espíritas”, onde inseriu seu “Glossário Espírita” em que figura o célebre verbete vazio para o vocábulo religião.

Para Kardec, era permanente o ânimo de dicionarizar, fazer lexicografia. Todos os seus livros contem várias achegas desse tipo, definindo palavras, retrazando-lhes a etimologia, produzindo verbetes nutridos a respeito de todos os ângulos de seu trabalho formidável, que era resolver o solo da cultura humano comunidade espírita, uma perfeita “donna mobile”, não assimilou de todo essa preocupação professoral e não costuma ligar a mínima para certas cuidadosas distinções que Rivail fez, mas que vivem esquecidas.

Vejamos algumas dessas preciosas delimitações que Kardec fez. São palavras fundamentais, conceitos-chave, revestem imensa significação, precisamos compreendê-las bem se quisermos clarear a visão global do pensamento espírita.

Antes, imperioso notar que uma espécie de espírito de contradição, como que se apossou da comunicação espírita. Kardec criou o adjetivo espírita, exatamente para explicitar, pois o que havia, espiritual, permitia ambigüidades.

Espiritual é o que tem a ver com o espírito, na acepção de “inteligência”, graça, finura, fantasia, que esta palavra tem. É conceito que permite enquadramento materialista, pois se pode falar de “presença de espírito”, de espirituosidade, sem que isto implique em uma linguagem espiritualista. Materialistas, ateus, poderiam dizê-lo de alma leve.

Vida espiritual é vida do espírito, manejando as coisas do espírito, aqueles valores estéticos, éticos, intelectuais, os prazeres da sensibilidade, da cultura. Mas isso nada tem a ver com sobrevivência do ser, com a erraticidade, a existência do homem como ser incorpóreo, como desencarnado.

Ora, os espíritas, animados de um espírito de contrariedade, arquivaram essa necessária e precisa distinção feita por Kardec e entraram a dizer “vida espiritual”, “plano espiritual”, “ação espiritual”, isso muito abusivamente, em lugar das corretas e kardequianas expressões “vida espírita”, “plano espírita ou dos espíritos”, “ação espírita ou dos espíritos”.

Palavras estranhas ao caráter natural do espiritismo, com chakras, carma, aura, astral, etc. e que chegam até a ser conflitantes com o discurso doutrinário, a suscitarem confusões com pensamentos bem divergentes – foram postas em circulação com a maior desenvoltura, como se Kardec nunca tivesse dito nada a respeito.

Mas disse. Pediu que se evitassem as causas da confusão na linguagem, pela imprecisão e descuido na seleção de termos, com o que simplesmente repetia Jesus – “seja o vosso falar, sim, sim, não, não”.

E os espíritas, decididamente, fizeram tábuas rasas dessas observações, embora afetemos todos possuir grande apreço e respeito pelo Mestre.

Mas deixemos essas constrangedoras constatações e nos concentremos naquilo que deixamos pendente na página anterior: os conceitos chave formulados por Kardec. Aí reside o segredo do entendimento do espiritismo, o remédio para os males que ora aflige a humanidade, esse adoecimento da nossa percepção como entidade coletiva: compreender bem Kardec.

CRENÇA, FÉ, MISTICISMO, RELIGIÃO

É um tema carregado de criptonita, saturado de emocionalidade. As pessoas ficam tensas, indóceis, quando se lhes afigura que alguém está querendo ridicularizar ou depreciar a sua “religião”. Fidelidade à religião fabrica mártires, inspira sacrifícios sobre-humanos, mas fazem o fanatismo, a loucura fatal dos energúmenos, os extremismos místicos.

Tudo que se sabe sobre a religião, vulgarmente, é o que ela conta de si mesma na história sagrada, uma autobiografia, que já se apanhou ser claramente mentirosa às vezes, muito falsificada para ser confiável.

Nos dois últimos séculos se fez um desmentido da religião, mas nos dois séculos anteriores, desde o século dezesseis, vem-se desmistificando as coisas que a fé religiosa propunha e impunha, ferro à corja, sem alternativa ou crê ou morre.

Primeiro foram as grandes navegações, derrubando mitos como o de que o mundo era finito, era plano, com aqueles célebres dito “hic déficit orbe”, o “non plus ultra”.

Eram expressões que os piedosos cartógrafos colocavam nos mapas antigos, ali pela volta do Estreito de Gibraltar (então Colunas de Hércules), para dizer que “aqui acaba o mundo” (hic déficit orbe) ou que “não há mais nada além” (non plus ultra).

Jesus dizendo ao diabo, na célebre passagem da tentação no deserto, que não lhe interessavam as riquezas do mundo, é uma imagem forte e avassala as imaginações. Só que, da forma como o adversário lhe mostrava essas riquezas e pompas mundanas, seria preciso que o mundo fosse como os antigos pensavam: um disco, achatado, de tal com que, muito do alto, se pudesse enxergar como um todo, os reinos, as nações, as cidades do mundo inteiro.

Portanto, eis aí a prova provada de origem humaníssima dessa passagem dos evangelhos: alguém imaginou aquilo e incorporou ao texto, deixando patente a marca da sua ignorância geográfica, astronômica: pensava a terra como um disco, ao modo geral da época. Por causa desse condicionamento é que se pensava “non plus ultra”, achando que quando os navios passassem daquela marca fatal, chegariam à borda de um abismo, onde despencariam.

Mas a ciência e o arrojo humano, dos que pensam laico e não religiosamente, e para logo Vasco da Gama, Cristóvão Colombo, Pedro Álvares Cabral, Fernão de Magalhães, Elcano e muitos outros, (como Drake, Leif Erikson, etc.) desmoralizaram aquela fábula piedosa: provaram que se podia viajar para todas as direções, eis que a Terra era uma superfície contínua, como uma coisa esférica.

Curioso é que a religião só dizia isso para os religiosos, para os fieis crédulos e ignorantes. Entre si, os grandes, como o Rei de Portugal, o da Espanha, de par com o Papa, Alexandre VI, o Bórgia, pai dos Bórgias, celebraram o Tratado de Tordesilhas, (1491), em que dividiram o mundo em dois hemisférios, o que prova que para esses magnatas a crença vulgar da finitude do mundo era letra morta.

Há uma anedota histórica (piada aqui não é no sentido de piada, de papo engraçado, mas no sentido erudito de pequena narrativa de fundo histórico ou legendário, de fundo jocoso, curioso, interessante) que define bem como a religião só funcionava para os papalvos ou fanáticos: consta que um Papa (e nesse caso seria um anti-Papa), teria enviado alguns navegadores em busca dos confins da Terra, o limite entre a terra e o céu. Pois os patuscos foram-se, passando algum tempo presumivelmente em viagem, para depois voltarem contando que tinham estado lá, na linha do horizonte e que tinham tocado com a própria mão no céu, no

ponto em que se encontra com a Terra, no caso o oceano, mas veja-se bem a maroteira, fizeram isso com muito respeito e cuidado, que era para não “furar o céu” com os dedos. Isso foi, é claro, antes das grandes navegações, no século 16.

Depois que as explorações marítimas desmoralizaram essa noção mística dos confins da Terra e do Céu, outras desmoralizações sucederam.

Século mais tarde que a viagem famosa de Fernão de Magalhães, chega à vez de Galileu e Copérnico turrarem com a Santa Sé, por causa do dogma que a Terra era o centro do universo. Era para a igreja ter se tocado com o desmentido anterior, ter pensado duas vezes antes de se meter em novas escaramuças com a ciência e a tecnologia, o conhecimento. Mas foi o que se viu: um ato de prepotência sufocou a voz da informação que reportava um fato, para sustentar uma opinião bem opiniática, um subjetivismo imenso, que entendia ao belo prazer, baseada numa ilusão de ótica, um erro de observação – a marcha aparente do sol.

Trezentos e cinquenta anos depois, a igreja não se penitenciou ainda, e nem o esclarecido e corajoso Karol Wojtyla, o Papa João Paulo II, teve ânimo para corrigir essa histórica tolice, essa injustiça, essa impostura: a sufocação do fato pela opinião infundada.

Mais tarde foi um séquito de cientistas com um abade no meio, (Spalanzani), um frade também, (Mendel), bem dispostos a derrubar o mito da geração espontânea, com as luzes da teoria da vida cientificamente assentada: a vida provem da vida, todo ser vivo provem de outro ser vivo, a vida vem do ovo. Pasteur e Darwin golpearam fundo na autoridade da Bíblia e da Igreja, da fé e da Religião, quando se provou que não existia a geração espontânea, quando se decidiu que as espécies tiveram origem diferente daquilo que a escritura dizia.

A paleontologia, a geologia, a arqueologia e quantas mais ciências do passado derrubaram a ingênua concepção da criação do mundo na versão bíblica. Finalmente Freud e Marx deram o golpe final: a noção moral religiosa, fera e repressiva, foi denunciada como uma fábrica de doenças e doentes do corpo e da mente, a serviço do poder político, para desfrute dos felizardos das elites sociais.

Marx, especificamente, antes de se immortalizar como criador do comunismo, é o autor de uma proposta que representa a pílula mais amarga para o pensamento ocidental deglutir: o materialismo histórico, onde se afasta a hipótese de a religião ter sido absolutamente divina, uma dádiva dos céus, como ela mesma se intitula: a revelação.

Todas as ojerizas e prevenções que se levantaram contra o comunismo, bem como a antipatia natural contra a palavra materialismo, fazem com quase todos interpretem a expressão cunhada por Marx como um pensamento ateu, antiespiritualista, mas isso é um grande engano. O chamado materialismo histórico pode ser pensado até pelos mais sublimes materialistas, pois o de que se trata é coisa bem diversa da visão comum materialista atea. Isso será visto adiante.

Toda repulsa que envolve e desacredita essa proposta de Marx é fruto de uma orquestradíssima reação religiosa, que tem tudo a perder com a divulgação daquela teoria de interpretação econômica da historia, a qual, embora não seja algo infalível, como toda proposta científica, no entanto é bem mais plausível do que a piedosa fabulação confessional.

Trata-se de um fato, não de matéria sujeita a opiniões, pensar que a cultura, a civilização, todo o desenvolvimento mental e social da humanidade, o progresso científico e tecnológico, decorrem de causas e condições puramente materiais, como os estímulos e instigações da vida humana, os acúleos da necessidade, a compulsão da agrestia planetária.

A religião se compra em divulgar uma versão inverídica, de que Deus tudo deu de mão beijada aos homens, em sucessivas revelações, porque com isso ela amarra a si própria um conceito bem lisonjeiro: sendo ela, por auto intitulação, o caminho ou ligação para Deus, tudo fica dependente de si, nada pode ser obtido sem seu concurso, pelo que religião passa a ser a coisa mais importante do mundo.

Pois a ciência, a tecnologia, a razão, vieram espancar com seus archotes, as penumbras que a fé insistia em manter, para proveito próprio.

REVELAÇÃO

É preciso ler o capítulo I de “a Gênese” de Kardec, para entender o que é o conceito espírita de revelação. Já vimos que a religião entende Poe revelação o contato entre o homem e a divindade, seja diretamente como no caso de Moises, seja indiretamente, como no caso dos mensageiros, os anjos(angelaus em grego significa exatamente mensageiros, intermediários), algo muito místico e irracional, que permite fantasias e invenções mirabolantes, fraudes soezes, já que se conhece bem o fenômeno das patologias da mente e a mecânica das obsessões.

Kardec não chama o espiritismo de “terceira revelação” no mesmo sentido religioso que essa palavra tem. Convém ler bem aquela matéria. Há dois sentidos para a palavra revelação. O que é místico, religioso, sagrado, o sentido teológico de revelação, primeiro.

E há o sentido profano, laico, científico, tecnológico, no qual Kardec se enquadrou. Revelação, para teólogos e crentes piedosos pode ser aquilo que já vimos: a comunicação sobrenatural entre Deus e o homem – mas em fotografia é o “blow up”, o aparecimento gradual da imagem por meio de banhos químicos a que é submetido o filme, a chapa.

Na pedagogia, revelar é expor, ensinar, passar dados e noções, educar também.

O conceito espírita de revelação não é o teológico, o religioso, que se confundem com o sentido mágico. É um sentido lógico, técnico, que eu chamaria de informático.

Velocímetros, termômetros e relógios, informam, revelam, passam informações visuais para quem os consulta.

Professores revelam, informam, passam informações para os seus discípulos, na sala de aula. Revelar é isso, para Kardec. É exatamente uma etimologia: desvelar, tirar de sob o véu, expor.

Os fatos revelam à mente os princípios, as leis que os regem. Há uma revelação permanente atingindo o espírito encarnado, em contato com a matéria, na sua vida de relação. Os fatos espíritas revelam a existência de uma outra dimensão insuspeitada na sua complexidade natural, que era objeto de dúvidas, descrença ou de fé cega e deformada.

Mas o fato da comunicação dos espíritos veio revelar, expor, em detalhes, a realidade dessa nova dimensão da vida humana: a vida após a morte. Tal como o telescópio e o microscópio revelam outras dimensões para os pesquisadores. Tal como as grandes navegações derrubaram o “non plus ultra”, revelaram a redondeza da Terra.

Kardec expõe, isto é, revela, naquele texto (“Caráter de Revelação Espírita”) o que se deve entender por tal expressão – a terceira revelação, entretanto os espíritas não compreendem a relatividade desse conceito e pensam teologicamente, religiosamente, que só houve até agora três revelações, o que não foi precisamente o que Rivail pretendia significar.

Como aconteceu com as palavras de Jesus, que foram sendo desnaturadas pela ignorância, comodismo, má fé, preguiça mental, também os conceitos de Kardec estão sofrendo deformações. Este que examinamos em particular, chega a ser engraçado: na introdução do mesmo livro “A Gênese”, como na introdução de “o Evangelho Segundo o Espiritismo” (tópico 2 – Autoridade da doutrina Espírita – Concordância Universal do Ensino dos Espíritos), o Mestre revela os critérios que nortearam a seleção dos princípios que compõe a doutrina espírita, a sua informática particular. Foi a multiplicidade das fontes, (médiuns, espíritos, centros e países), todos independentes e desconhecidos entre si: foi a concordância geral entre as comunicações quanto aos pontos essenciais; foi a universalidade da seleção, sua abrangência e generalidade; enfim, foi a mecânica da apuração, o seu processamento informático em moldes biológicos mesmo, de modo cerebral, intelectual, já que o outro processamento, o eletrônico, levaria quase um século para se tornar possível.

Isso tudo desconfessionaliza, dessacraliza, desmistifica o conceito de revelação dentro do vocabulário espírita, reduzindo-o lógico e laico. Revelação é reportagem, acesso, de informação.

Mais tarde Roustaing, magoado, irá fazer ironias a respeito, chamando esse procedimento informativo de Kardec, de “criterium de infabilidade”, em tom ferino.

LAICISMO

Eis uma palavra que deve ser bem compreendida. Significa independência com relação à religião. Governos são laicos quando separados de igrejas e fé, quando equidistam de cultos e crenças religiosas, nem privilegiando nem discriminando nenhum.

O ensino é laico quando existe em função de fontes científicas, não das dogmáticas e sectárias.

Em seu livro “Idéias e Reminiscências Espíritas” (Instituto Maria – Juiz de Fora), Deolindo Amorim Discorre sobre o assunto, situando o laicismo como atitude de isenção, de independência e não subordinação à religião, que ditou a separação

necessária entre o poder civil e a igreja, típica do estado moderno, democrático, gerando a dessacralização deste.

Reagan, em sua campanha pela reeleição, teve agitada contra si essa questão, a separação que deve existir entre religião e estado, por Walter Mondale, seu oponente, e isso no país que é um dos mais místicos do mundo, onde a religião atinge proporções imensas de influência, mas onde a consciência jurídica e política repele firmemente qualquer confusão entre os dois dados – religião deve ser separada do estado – é essa a essência do laicismo, do pensamento laico.

Laicismo extravasa, desdobra, do plano político-administrativo para invadir o geral da vida, tal como democracia não se resume em ser um regime político para tornar-se um clima de liberdade espiritual.

Porque se é laico, independente da religião, não se deve entender qualquer fatalidade em ser hostil, infenso, à religião, em ser ateu, materialista, debochado e irreverente com as crenças alheias.

Democracia não é isso e laicismo é sempre democrático: espiritualismo e laicismo podem e devem conviver, um não exclui o outro.

Laicismo expressa apenas autonomia, face aos cultos.

Kardec era laico, nunca teve religião. Contudo era espiritualista, cria em Deus, na existência da alma. Fundou o primeiro periódico, a Revue Spirite, como um “journal d’études psychologiques”, que era seu subtítulo, enfoque esse nitidamente laico, não confessional.

Fundou mais a Sociedade Parisiense de Estudos Espíritas, mais conhecida como a Sociedade de Paris, a rigor o primeiro centro espírita, igualmente sem nenhum intuito adorativo ou religioso, mas um sodalício para pesquisas, para entreter a nascente cultura espírita, em estudos sérios, sem mínima concessão à frivolidade ou curiosidade. Assuntos religiosos nem eram permitidos na pauta dos trabalhos.

Estava fiel, como se vê, à sua formação cultural, moral e profissional, pois era pedagogo: a revista era para estudos psicológicos e a sociedade para estudos espíritas. A institucionalização confirmava a Codificação. Se produziu uma doutrina laica (ciência, filosofia e moral), fundara instituições laicas: a livraria, a revista, a sociedade.

ESPIRUALISMO E ESPIRITISMO

Assim como os espíritas confundem espiritual com espírita, misturando as coisas na sua comunicação, confundem igualmente espiritualismo com espiritismo. Confundem mais, o que é bem mais nocivo, religião com idéia de Deus, religião com espiritualismo.

Espiritualismo é outro conceito que costuma suscitar dúvidas. Temas com Deus, a alma, vida futura, sobrevivência, são tidos como imediatamente, fatalmente, temas religiosos. O que não é verdade.

Pertencem antes, ao espiritualismo, contexto que precede as religiões e tais temas são tão comuns a estas como a outras formas não religiosas também.

Pelo fato de referir, abordar, aqueles temas, não chegar um corpo qualquer de idéias a ser, forçosamente, religioso, de modo exclusivo.

Deus, a alma, a vida futura, a moral, a cogitação do bem etc. não são monopólio das religiões. Não basta abordar essa temática para ser fatalmente etiquetado como culto.

O contexto geral do espiritualismo admite alternativas, enseja opções: pode-se ser religioso ou laico, na crença em aqueles temas. Há um modo religioso de crer neles, como há um modo alternativo, laico, distinto, de neles crer. A opção é aberta: ou se é crente religioso ou é-se laico, mas sempre se estará dentro do contexto espiritualista, que é o que detém a exclusividade da crença em Deus.

A idéia oposta, a descrença, é a saída desse contexto para aportar noutro contexto contrário – o do ateísmo e materialismo, onde também existem diferentes opções, todas, é claro, unânime em duvidar ou negar a existência do espírito e por conseguinte, da alma e de Deus.

O espiritismo é um modo particular de espiritualismo, não é o espiritualismo inteiro. Dentro deste, concorre o espiritismo com as demais faixas espiritualistas, das quais a religião é apenas uma delas, por sinal amenas bem dotada. Por isso é que Kardec declarava que o espiritismo assenta sobre as bases das religiões, pois de fato todos rodam naquele contexto geral espiritualista

Mas essa comunidade de traços entre espiritismo e as religiões não significa identidade entre eles: diferem, distinguem-se, são entidades bem separadas, autônomas, cada qual com suas características e idiosincrasias, isto é, reações, bem próprias.

O espiritismo é espiritualismo laico, profano, quanto às proposições doutrinárias, e perfeitamente civil na sua institucionalização, na sua pragmática.

As religiões são espiritualismo místico, tanto na doutrina que é dogmática, quanto nas instituições e práticas, que incluem liturgia, clero, pompa, materialidades, o que configura o culto, inerente a elas, das quais não podem se apartar.

A diferença é pasmosa, só não percebe isso quem possui aquele daltonismo intelectual de que já falamos, inapto para distinguir esse verde do vermelho, a nenhuma similitude entre o espiritismo e a religião.

Agora, porque pertencem ao mesmo contexto, o espiritualismo, tem um denominador comum: a crença em Deus, na alma, na vida futura, na moral, na virtude, na prática do bem.

As pessoas se iludem quanto a isso, pois acham que ambos encaram esses temas do mesmo jeito, sob a mesma ótica. Puro engano.

Religiões são antropomórficas, zoomórficas, litomórficas, costumam, ser idolatras, como é a Igreja Católica, como são os sincretismos afro-católicos também.

O espiritismo pensa Deus através de conceitos puros, finos, desligado de qualquer angustia de forma (morfismo), como esse par de afirmações: “Deus é a causa primeira e a inteligência suprema”. Isso não é um pensamento religioso realmente; há diferença imensa entre o modo confessional de conceber Deus e o que é típico do Espiritismo.

Quanto à alma, também, há diferenças: para a religião católica, só para citar um exemplo, a alma é um ser incompleto, sem o corpo. É criada para este, no instante da concepção e, pela morte do corpo, fica incompleta também, tanto que, para a encenação do Juízo Final, terá de reaver, recuperar, como não sei, o único corpo que teve, já que para a religião só se vive uma vez, só se tem direito a um corpo.

Mas como essa indumentária carnal já se desfez, claramente, e segundo a química, seus átomos já habitam uma cadeia infinita de outros corpos, ficaria difícil essa recuperação. Os teólogos especulam quanto a isso: como se Dara o comportamento ao Juízo Final? Que vestes carnis envergarão os fulanos a serem julgados?

Não estou brincando, a questão sim é que é, por si mesma, muito engraçada. Já se fez um Concílio, talvez mais de um, para discutir qual seria o osso imponderável, ideal, místico, em torno do qual se reuniriam os demais ossos, nesse processo futuro de recuperação do corpo perdido.

O sexo dos anjos, ficou uma expressão famosa, celebre, para exprimir pendências inúteis, bizantinas. Mas quase não se fala do osso imponderável, tão inútil e bizantino quanto.

Isso conduz a outra questão: o pensamento espírita que é laico, considera o espírito um ser completo, independente do corpo, a não ser na questão fisiológica, pois relaciona-se com o meio ambiente através do equipamento somático, mas isso não implica em nenhuma fatalidade, já que o sonambulismo, o desprendimento pelo sono, em certas circunstâncias, a hipnose, o transe mediúnico, bem com os estudos sobre o animismo/mediunismo, garantem que a dependência do corpo é um dado muito relativo e limitado.

Tanto que os vivos, encarnados, podem comunicar-se a distância, em certos casos, como se desencarnados fossem. A independência relativa entre a alma e o corpo, bem como a integridade do espírito, que é um ser completo sem o escafandro de carne, constituem outra diferença muito fundamental entre espiritismo e religiões.

Finalmente há outras barreiras que demarcam bem onde acaba um e começam as outras, sem possibilidade de confusões: a reencarnação é um processo paralelo e correlato à evolução, dois dados que a religião repele igualmente. Nas questões morais, éticas, axiológicas, eis que o espiritismo é lógica pura e a religião puro preconceito.

Portanto, entre uma e outra só há mesmo em comum a sua coabitação num mesmo domicílio: o espiritualismo. Passou daí, tudo o mais os separa. Religião é sectarismo, é obscurantismo, é dogmatismo. Espiritismo nada tem a ver com isso, pelo menos na ótica da Codificação. Fora desta, porém, de sua lógica severa e inarredável, pode-se começar a ver, nas fantasias e invenções dos confrades imaginosos, muita inovação espúria, tendendo a importar as mazelas religiosas.

Mas o espiritismo é Kardec, é a Codificação, não as fantasias e os equívocos de ninguém.

Espiritualismo é uma generalidade, é a crença na existência do espírito como um elemento geral do universo, ao lado da energia e da matéria. Materialismo é a crença oposta, na qual o que os espiritualistas chamam de espírito não passaria de propriedades da matéria e da energia, não seria um elemento à parte.

Ateísmo é a convicção pura e simples de que não há Deus algum.

Espiritismo é a convicção particular, dentro da generalidade espiritualista, de que há o espírito, como elemento geral do universo, em primeiro lugar. Depois, em consequência disso, há as expressões desse elemento: Deus, que será a máxi-

expressão do espírito, um espírito puro, tal como Jesus o definiu com a samaritana; a alma dos seres vivos, como as mini-expressões do mesmo elemento.

DEISMO E TEISMO

Alem do espírito e das religiões, há mais faixas dentro do espiritualismo. Kardec produziu um trabalho notável sobre isso: “As cinco alternativas da humanidade”, in “Obras póstumas”, que precisa ser lido urgentemente por todos, para varrer essa ilusão de só as religiões podem falar de Deus e da alma; de que estas idéias são puramente religiosas; de que, por conseguinte, quem não tem uma religião seria fatalmente um ateu.

Alem do espiritismo, repito, há o deísmo e o teísmo, como opções genéricas não religiosas. Há o panteísmo também, e mais o ateísmo/materialismo. Finalmente as religiões. O excesso de um, sobre o número proposto por Kardec (cinco) deve-se ao desdobramento em dois (deísmo e teísmo) que Rivail não faz.

Só nos interessa realmente esse trio: espiritismo, deísmo e teísmo. Deísmo e teísmo tem um dado em comum: ambos repelem o culto exterior. Pensar Deus e crer nele é-lhes bastante. Todavia separa-os uma diferença: o teísmo ainda é apegado a uma certa formalização de Deus, como as religiões.

O deísmo, não, nesse ponto é similar ao espiritismo (ou esse é que seria uma forma de deísmo? Difícil decidir...) e ao pensamento de Jesus: Deus é um conceito, é algo indefinível, só pode ser acessado idealmente, sem nenhuma vinculação a forma. (Dialogo com a Samaritana).

O panteísmo tem contra si uma suspeita de materializar Deus, tendo sido repellido, já no capítulo inicial d'O livro dos espíritos, exatamente por isso. O seu criador é o filosofo Spinoza, um dos que subscreveram a Codificação. Terá se arrependido da sua criação? Creio que não, já que a filosofia spinoziana foi considerada a “mais profunda visão de Deus” por um exigente ateu e materialista com Ernesto Renan.

Se Deus existe, ponderava este, haveria de ser como o propunha o grande judeu polidor de lentes, que foi banido da comunidade judaica por não ser ortodoxo religioso: pensava grande e livre demais para ser aceito.

Huberto Rohden, no seu livro “Filosofia da Historia”, lembrava que Spinoza não propunha um Deus feito de todos os seres que criara, o somático destes, o dado que motivou a impugnação do panteísmo por Kardec e pelos espíritos.

Havia proposto, sim, um “pan-en-teísmo”, isto é, um “Deus em tudo” não exatamente um “tudo é Deus”, o que é bem diferente. Para Spinoza, Deus seria a “causa causarum”, a causa das causas, a causa incausada, o que imediatamente vem a ser o mesmo que “causa primeira”, a primeira das luminosas idéias sobre Deus que a Codificação oferta, numa proposição bem deísta.

Deus em tudo é conceito que vai bem com o pensamento de Paulo: “em Deus somos, nos movemos, existimos”. Isso fecha a questão: nada pode existir ou ser fora dos limites de Deus. Portanto, nenhum sentido há naquela idéia filosoficamente absurda, de um Deus que se arrepende de ter criado o primeiro casal e o exila, expulsa-o... Para onde? Para onde se pode ir, aonde Deus não esteja? Impossível mover algo ou alguém para fora de Deus, como se existisse uma chance de extraterritorialidade, de extrajurisdicionalidade com relação ao Ente Supremo. Deus está em toda parte.

Se não se pode sair de Deus não se precisa voltar, pelo que a tradução de religião como sendo o que reconduz, ou conduz o homem a Deus, é filosoficamente insustentável. Quem não sai, não pode sair, não tem porque voltar ou ser reconduzido: antes de mais nada precisa-se ser lógico.

Para não alongar muito, deísmo, teísmo e pan-en-teísmo (como quer Rohden) ou panteísmo, como se vulgarizou a idéia, são modos de pensar Deus perfeitamente distintos das religiões, o que prova que há muitos esquemas de pensamento sobre o mesmo tema sublime: a religião é apenas um deles, por sinal o menos defensável, em certas ocasiões, não resistindo ao esmerilhamento da lógica.

Pessoalmente, e ninguém precisa concordar comigo, estou inclinado em pensar que a transformação do “pan-en-teísmo”, denunciada por Rohden, deve ser algo como aquela invenção sobre Darwin de que os macacos eram os ancestrais do homem o que lhe valeu algum descrédito; ou aquela insinuação de que o espiritismo, pela reencarnação, desagregava os laços de família: uma calúnia que colou, que deu certo.

MATERIALISMO

Merece um estudo especial o materialismo. Esta palavra sugere o oposto do espiritualismo e logo conduz à negação de Deus e da alma.

Mas o materialismo histórico não é bem assim. Consiste numa teoria de interpretação da história sob o ponto de vista econômico, por isso é que se chama materialismo, pois a economia é algo bem material.

Mas essa teoria foi proposta principalmente por Marx, criador igualmente do comunismo marxista: é o quanto basta para que tudo que se diga de uma idéia seja repetida em relação à outra.

Todos nos habituamos àquela retórica das ordens-do-dia: “materialismo ateu e subversivo”, “ideologias esdrúxulas e importadas”, “teorias desagregadoras e anti-cristãs”, esse tipo de linguagem mascara muito o que deveria ser o fato mais essencial: uma coisa é reconhecer o devido peso do dado econômico, material, na evolução da humanidade, no processo histórico, e bem outra é partilhar do ponto de vista comunista.

Os adeptos deixam-se envolver muito por essa confusão e quando lêem “materialismo histórico”, deixam-se capturar pela ilusão de que só materialistas, isto é, negadores do espírito, podem pensar aquela teoria. De fato não, ela pode conviver até com o espiritualismo, pois o materialismo dela dirige-se estritamente aquela idéia da prevalência do dado econômico sobre as motivações puramente emocionais, os idealismos de todo tipo.

Assim como se pode crer em Deus e não ser religioso, pode-se igualmente ser espiritualista e admitir que o mundo obedece a processos puramente materiais, como produção, divisão de trabalho, administração de recursos, relações comerciais, economia enfim. Uma coisa não infirma a outra.

Naturalmente os espiritualistas saberão acrescentar aos dados formais do materialismo histórico, aqueles elementos típicos de sua visão do assunto, sejam eles religiosos ou laicos.

Os espiritualistas precisam superar certa dependência intelectual que trazemos dos dados da história sagrada, que instilou em nós uma visão muito desligada da realidade.

Tudo queremos atribuir a intervenções providenciais, à ação de forma que chamamos (e mal) de espirituais, como os religiosos chamam de sobrenaturais, e embora não se possa em sã consciência descartar esse fato, é preciso dar-lhe o devido desconto, pois a verdade, como a virtude, anda sempre pelo meio.

A evolução humana é fruto dessa convergência: a ação dos espíritos sobre a natureza a sobre os homens; a própria ação dos homens sobre o meio físico, sendo eles outros tantos espíritos encarnados; finalmente a ação e reação do meio físico sobre os habitantes do planeta.

Olhar esse quadro apenas por um lado é incidir naquela coisa do ponto de vista, na parcialidade de observação, por isto o materialismo histórico, embora fundamentalmente uma realidade, precisa de certa correção, para incluir o dado espírita, que afinal é também um dado antropológico, já que os espíritos são homens, fazem parte da humanidade.

Materialismo histórico é matéria de economia política, de ciências políticas e sociais, não é privativo de ateus e materialistas no outro sentido da palavra. Naturalmente que pessoas religiosas, sofrendo a influência forte da história sagrada, podem ter uma certa dificuldade de separar bem as coisas.

Já que se emanciparam as idéias religiosas, estão naturalmente disponíveis para entender melhor o processo puramente material em que o meio físico age e reage sobre os habitantes do planeta, compelindo-os a progredirem mesmo contra a sua vontade.

Mas não existe nenhuma fatalidade em que o materialismo histórico seja ateu, negativista: são conceitos separados. Na verdade o materialismo opõe-se mesmo é ao idealismo, que consiste em achar que a motivação histórica são os sentimentos, as idéias, coisas abstratas e idéias. não se pode dizer que não influem também: é questão de dosagem.

Quanto ao materialismo propriamente dito, alguns mitos precisam ser desfeitos. Muitos supõem que ele seja uma flor do campo, que brota e viça sem cuidados, espontaneamente.

Na verdade, ele é uma flor de estufa, só se desenvolve em situações especiais, artificialíssimas. Materialistas e ateus parecem espíritos que muito sofreram em suas convicções, ao ponto de sobreporem seus traumas e perturbações à própria noção de Deus, do “mais além”, que em todos os seres é instintiva.

Ficamos pensando no que teria acontecido: que desastres espirituais teriam acidentado tais pessoas para que elas desertassem da convicção espiritualista e se bandeassem para uma descrença sistemática?

Não é preciso refletir muito: basta lembrar as agressões que os religiosos e demais espiritualistas sempre praticaram por simples diferença de opinião – seria o bastante para chocar, traumatizar, vidas afora, suas vítimas.

Estas conservariam, penso, como que uns ecos de sensibilidade, vida após vida, associando sempre aquelas lembranças doridas à idéia de Deus, às teses espiritualistas.

Milênios afora, foram pródigos em distribuir sofrimentos e perseguições aos que não partilhavam deles, dividindo a humanidade em fieis seus e inimigos. Isso deve ter causado funda impressão, multiplicando a legião dos descrentes e ateus, incompatibilizados com a idéia de Deus pelos absurdos crimes de que foram alvo, sem nenhuma motivação senão essa, o ponto de vista religioso.

Ao espiritismo esta reservado esse trabalho, o de resgatar a idéia de Deus dos indevidos contágios com a violência, a maldade, devolvendo os materialistas e ateus à boa compreensão de que o espiritismo é modo abrangente de pensar, distante do sectarismo, do dogmatismo.

Penso que esse modo de ver, o de que o negativismo é um subproduto da intolerância religiosa, é muito justificável. Basta pensar na Revolução Francesa, que derrubou um trono, matou seus reis, atolou-se num charco de sangue e violências, banuiu a própria idéia de Deus junto com a religião e a igreja, confundindo três coisas realmente separáveis: a Igreja Católica é apenas um dos ramos da religião cristianismo. Este, como um todo, não era culpado dos excessos da instituição isolada.. por sua vez, o cristianismo não é senão uma religião dentre muitas outras: não tem nenhum privilegio para representar a idéia da Deus, a qual é objeto de muitas correntes espiritualistas, além das religiosas.

Não havia razão para aquela reação tão radical, irracional, a não ser que se entenda o fato das experiências negativas acumuladas por milênios, dos ressentimentos e rancores que explodiram, afinal, numa convulsão que tinha origem em épocas mais remotas.

O natural é pensar que Deus existe, sob qualquer uma de suas concepções; é pensar que temos uma alma, não somos só matéria bruta. Quando essa naturalidade é substituída pelas complicações, de fato maiores e mais difíceis, do pensamento negativista, é porque alguma coisa aconteceu.

Comparo isso a noção de número. É intuitiva, é natural: até animais sabem contar, já que uma fera não ataca um número excessivo de adversários, sinal que ela sabe quantificar, avaliar quantidades.

Mas aritméticas mais complicadas, como a binária, dentro dessa a hexadecimal, a octal etc. precisam de aprendizado e conversão das idéias, pois são sofisticadas.

A idéia simples e direta da crença espiritualista, só é cambiada pela sinuosidade da descrença, quando algum processo deseducativo, traumatizante, intercepta o pensamento: surgem o ateísmo, o materialismo. Parece-me inegável a responsabilidade dos maus religiosos, das más religiões, na gênese desses ismos, as religiões (no sentido filosófico da palavra) da descrença e da negação de Deus e do espírito.

Em síntese, para o espiritismo, o materialismo pode ser visto como uma conseqüência de desilusões religiosas, de traumas do passado, nas vítimas da prepotência confessional. Bem como, por outro lado, o materialismo histórico elucida o processo da formação dos cultos e da fé, não como efeitos de uma revelação carismática, mas com construções humanas mesmo, produtos bem antropológicos.

Isso posto, reconhece-se que ao lado desse processo puramente humano de construção do espiritualismo, da civilização, da cultura, operam igualmente as influencias dos espíritos, ajudando-nos.

Nunca é demais repisar que quem diz “humano”, está sempre incluindo os espíritos, humanos também, a parte invisível da humanidade. Pode-se discriminar entre “desencarnados e encarnados”, como conceitos correspondentes a “humanos” e “espíritos”, mas deve-se compreender sempre que isso é uma questão de linguagem, já que os desencarnados estão integrados na humanidade, fazem parte desta, incluem-se no alcance da antropologia, da sociologia, da psicologia.

A RELIGIÃO

Já que se discute tanto se o espiritismo é uma religião, seria interessante entendermos que coisa é essa, afinal, que tanto se porfia para nela enquadrar a doutrina espírita.

Algumas facetas da religião precisam ser focalizadas.

Começa que se trata de um fato relativamente recente, ao contrario do que muita gente pensa. Nada alem de uns três mil anos, realmente, por incrível que pareça.

Quando a palavra surgiu? Foi dentro do latim, com o nascimento de Roma. Portanto pode-se ter como boa a datação em torno do século 10 ou 9, quem sabe 8, antes do Cristo.

Não é provável que fosse muito antes disso. Roma nasce da reunião de indivíduos que habitavam o Lácio, havia muito, desde uns dez séculos antes, que se repartiam por muitos povos e etnias.

Quando se reúnem, fundam uma cidade e inauguram um período brilhante da história da humanidade, por repartirem com a Grécia a honra da civilização ocidental.

A palavra religião nasce do latim para designar o fato que Roma inovava no mundo, um tipo novo de sociedade civil, de contrato social. Religião significava esse laço, esse laço conjuntava, reunia homens dentro daquela sociedade, expressava aquele contrato.

Depois do século IV da era cristã é que a palavra tomou o sentido que hoje é o dominante, sinônimo de culto e igreja. Portanto, desde a fundação de Roma, naquela época apontada, até esta última data, são quase quatorze séculos em que a religião não significava o mesmo que hoje.

Por comodidade, costuma-se dizer que povos anteriores a Roma, como os judeus, egípcios, caldeus, assírios etc. tiveram religiões. Não é acertado isso, pois a palavra tendo surgido no latim e com Roma, é um grande anacronismo aplicá-la a fatos anteriores.

Claro que sempre existiram práticas culturais, formas de adoração, desde os trogloditas, no amanhecer da pré-história, mas o nome mais adequado a essas expressões antiquíssimas, não há de ser religião, um vocábulo e um conceito relativamente novos, considerando que povos como o chinês e o indiano têm cronologias que remontam a trinta e vinte mil anos respectivamente.

A essas florações do espiritualismo pré-romanas, deve-se dar um nome mais adequado, de latrias, que é palavra que entra na formação de outras, como idolatria, zoolatria, astrolatria, etc. e significa adoração. A noção do invisível sempre foi companheira inseparável do homem. Todas as pesquisas da ciência conduzem a esse lado.

O homem elaborou seu primeiro pensamento sobre esse “alem” quando pensou o mito, um espiritualismo incipiente, que se requintou nas mitologias.

Depois, uma diferenciação importante: o pensamento mítico derramou-se em duas vertentes ou ramos, que vou chamar de filós, aqui.

O ramo ou filo, das latrias englobava todas as formas adorativas, culturais. O outro era o filo das sofias, ou da sophós, as formas de conhecimento, da sabedoria e da virtude associadas – a luminosa filosofia.

São duas direções distintas, duas atividades bem demarcadas, com objetivos diferentes e procedimentos próprios.

Interferiam-se mutuamente, de quando em, fatalmente se comunicavam entre si, vazando-se contribuições e influências.

Tinham características particulares: a latria significa adoração, maneja a fé, a emoção, a paixão, geralmente a Sofia quer dizer conhecimento, sabedoria, opera com a razão, incorpora outras aspirações.

Não foram poucas às vezes que o ramo latrico agrediu o filosófico. Sócrates, talvez o expoente máximo da Sofia, ou filosofia, teve sua morte exigida pelos representantes do filo latrico, sob acusações especiosas.

Jesus, sabedoria e virtude supremas, maior modelo concedido por Deus aos homens, um indiscutível mestre sofico, único título que aceitou, teve sua morte alcançada por uma conspiração latrica, de sacerdotes e fariseus, com o apoio de elementos políticos.

No discurso de Jesus encontramos interessante paralelo entre os dois ramos. A fé remove montanhas, pois é energia, impulso, força transformadora, numa varredura horizontal... obra quase que de terraplanagem.

Mas a razão é que liberta, pois... “conhecereis a verdade e ela vos tornará livres...” sendo o conhecimento da verdade função da razão, que guarda assim o empuxo vertical, que nos projetará para o alto, para fora das limitações terrenas.

Esse é um paralelo que quase ninguém valoriza mas é o próprio Mestre maior quem superestima os valores do intelecto, da razão, hierarquizando-a acima da fé, que passa por ser (mas não é), superior à racionalidade.

Também Kardec sustentava o mesmo que Jesus: a fé só é inabalável quando referendada, legitimada, pela razão, quando pode encarar a esta, face a face. Logo a razão sobranceia a fé.

A vertente latrica obedece a três elementos ou parâmetros básicos, omito, o misticismo e a coisa hierárquica. Isto é, o imaginário tentando explicar sem a lógica o que não acessa; o gosto pelo maravilhoso, fantasiando em torno do desconhecido; finalmente o senso de encenação, de ritualidade, que organiza as liturgias, as pompas e solenidades, com que se procura captar o favor das divindades.

Cultos e mistérios eram as expressões organizadas da fé mística e da devoção piedosa. Tinham templos, liturgia, culto, cerimônias, planejavam a arte, a magia, tinham sacrifícios e todo um pessoal, o clero e devotos, que servia de templo em atividades sagradas.

Nascem daí as palavras mais significativas; mistagogos, hierofantes, augúrios, augures, arúspices, sibilas, pitias, pitão, pitonisas, nigramantes num contexto que envolvia formas mágicas e paranormais, até que se organizam os mistérios, com suas formas ou níveis paralelos, os secretos, esotéricos, e os populares ou exotéricos.

Um proveitoso exercício léxico para pesquisar nos dicionários todas as palavras concadas por “hier...” ou “yer...”; “teos...”, “mist...” e “mit...”, “relig...”, “sacr...”, “ecles...” e com isso se fica sabendo muito a respeito do ramo latrício.

Palavras ajudam muito a explorar nosso passado. Ajudam a compreender a história, em suas três faces ou versões.

Todo esse universo representa uma acumulada de experiência e valores que decerto obedeceu a uma mecânica de desenvolvimento.

Qual terá sido?

Há três versões a considerar: a mítica, que é mágica também, representada pela história sagrada, toda mística que não pode sempre ser levada a sério.

A científica, que é laica mas também materialista, que contraria frontalmente, mais que coincide, com a primeira.

Finalmente, a versão espírita, científica igualmente, laica também mas espiritualista, que assimila e compatibiliza as duas anteriores, podendo seus excessos e tornando-as inteligíveis, acrescentando-lhes o sal do conhecimento doutrinário.

Na primeira versão, a da história sagrada, que é mística e pia, religião existe porque Deus escolheu um novo privilegiado, na pessoa de um patriarca, um iluminado, um agraciado, para fundar e chefiar, de modo despótico e arbitrário, respaldado pelo carisma, a delegação de poderes diretamente vinda de Deus.

Há sempre um livro sagrado, um texto sacralíssimo, há uma cosmogonia, isto é, uma explicação do universo, ainda que limitado a este mundículo.

A religião seria assim divina. Milagres e prodígios, em sua maioria inverossímeis, rebaixam a divindade a um poder mágico e caprichoso.

A divindade é sempre antropomórfica, zoomórfica, fitomórfica, litomórfica, isto é, parece-se com o homem, tem jeito e cara de animal, forma de vegetais, rochas,

tudo, sem falar nas diversas astrolatrías, denotando que são conceitos descolados da experiência sensorial, pois as mentes primitivas que pensaram isso jamais conseguiram subir a abstrações puras.

Historia sagrada, então, é uma sucessão de revelações, no sentido não kardequiano, ou seja, teológico.

Na versão do materialismo histórico, revestida de toda credibilidade, pois que se apóia na pesquisa científica, religião nasce da vivência dos fatos da experiência humana, especialmente do fato econômico.

A montagem hierática, a estruturação religiosa, inclusive todas as idéias e doutrinas, os conceitos e artigos de fé, tudo decorre de uma causalidade econômica, está ligado ao processo econômico e suas derivações político-sociais.

Mantém-se pelo mesmo mecanismo de manipulação do poder que caracteriza as formas de estado, os regimes.

Mudam quando se alteram as relações entre as classes, o equilíbrio do poder. Expressam o jogo dos interesses das classes sociais, manipulando dados como moral, temor de castigos celestes, a força, a economia, a expectativa de uma vida futura idealizada para fins de controle social, para manutenção da passividade coletiva.

Até aqui, as duas faces de uma mesma moeda, de um lado a versão confessional, do outro a materialista. Se uma prima pelos excessos de afirmação, com os dogmas irracionais e as credices inverossímeis, a outra aferra-se a extremos de negação, tudo querendo reduzir a mero jogo de interesses e fatalidades materiais.

Por exemplo, Deus ordenando que matasse e aniquilasse os povos da terra prometida, é algo que não condiz com o papel que a razão atribui ao ente supremo: isso ficou bem patente nos textos que Kardec codificou, com o sentimento e a lógica a respeito de Deus.

A maior vitória do adepto espírita será libertar-se, como recomenda Jesus, pelo conhecimento do império da visão puramente piedosa e mística, como também da grosseria da proposta materialista, que prendem-no a uma visão rasteira das relações de Deus com a humanidade.

Não podemos pular da frigideira para o fogo, isto é, desadorar a historia sagrada e abraçar, cegamente, a alternativa materialista. Os excessos da primeira não justificam sua troca pura e simples pela outra.

Esse foi o erro da Revolução Francesa e da Revolução Comunista. Será que não se pensa em um meio termo? Citamos constantemente esses dois termos como poderíamos alargar a lista, citando nosso próprio Governo Provisório em 1889, a revolução mexicana que Reed cobriu, a república portuguesa no início do século, a república espanhola.

Sempre a idéia vandálica de extirpar a religião e com ela, de envolta, a idéia de Deus, sem querer fazer a menor distinção entre as duas coisas. Tal como no provérbio inglês, jogam fora a criança com a água do banho.

Por isso a versão espírita é sensata, é lúcida, lógica, racional. Faz uma conciliação fácil e natural entre as duas anteriores, numa verdadeira síntese.

Religiões tem, realmente, a origem apontada pela ciência materialista, especialmente quanto ao fato econômico e à urdidura política, mas é também verdade que um fluxo permanente de revelações, pedagógico, informacional, incide sobre os homens, captado por instrumentos sensíveis, os médiuns, que atuam como sensores da espiritualidade.

Isso conduz ao fato psíquico, paranormal, extra-sensorial ou simplesmente espiritual, concorrendo ao lado dos processos do materialismo histórico, na lentíssima elaboração da sociedade, na religião em construção.

Kardec é um precursor da teoria da comunicação, quando aventou que a humanidade está dividida em duas fases, a encarnada e desencarnada, separadas pela membrana simbólica da morte, que assinala os limites de cada meio, de densidades diferentes.

Um fenômeno comparável ao da osmose, opera a troca de informações e contatos, pelos poros mediúnicos dessa barreira, tornando comunicantes e racionais os dois meios.

Isso configura uma relação estreita entre o modelo Kardequiano e a teoria da comunicação, com o modelo osmótico também. A comunicação interplanos ajuda ao progresso, aciona a civilização, representa a providência divina, por meios antropológicos mesmo.

Deus a tudo governa, providente e amoroso, por meio de propostos com ele identificados em inconcebíveis estados de pureza e perfeição relativa, de tal modo hierarquizados que essa cadeia de transmissão do amor divino estabelece a integração geral da criação.

André Luiz chega a tentar uma figura: hausto corpuscular, como fluido cósmico, comunicando serafins e devas, as mentes celestes que o animo ou hálito divino. É um conceito afim com a teoria de Kardec.

Alem da codificação kardequiana, cuja leitura é insubstituível, uma boa complementação é a leitura de “A Caminho da Luz” e “Roteiro”, de Emmanuel e “evolução Em Dois Mundos” e “Mecanismos da Mediunidade” de André Luiz.

Pode parecer que se está trocando uma versão por outra, apenas, mas acontece que a espírita está respaldada por um piso sólido de fatos esmerilhados impiedosamente pela própria ciência materialista.

Suas projeções e leituras desses fatos são patrulhadas por severas disposições lógicas.

Para que não se diga que recomendamos só autoria mediúnica, lembramos os admiráveis trabalhos de Herculano Pires, em particular “O Espírito e o Tempo”; de Mario Cavalcanti de Melo, “Como os Teólogos Refutam” e toda a bibliografia de Imbassahy, em especial “Religião”. Leia-se, ainda, Delanne, Denis, Bozzano, Deolindo Amorim, Aksakoff, Crookes. Impossível pensar espiriticamente, de modo geral sem ter lido tais livros. Mas a base é Kardec, inarredável, como um dado sólido.

A historia das latrias e dos cultos é também a historia da economia e da sociedade humana. Nenhuma fantasia mística pode substituir a realidade empolgante do longo caminho da evolução puramente antropológica. É preciso entender que para o espiritismo, os desencarnados são também objetos antropológicos, pois pertencem a outra metade, incorpórea de humanidade.

Claro que a providencia divina, representada por essa outra metade humana, Jamais desertou nem deserdou o homem encarnado, acompanhando, misericordiosamente, seu roteiro de ásperos trabalhos. Povoou-lhe o caminho de imperceptíveis ajudas, valiosos suprimentos, decisivos esforços, recebidos absolutamente inconscientemente, pelos seus beneficiários, quanto à sua origem extrafísica.

O fato paranormal, em qualquer época, os fenômenos espíritas e o canal anímico, representavam a interface por onde fluía a onda incessante de revelações, o fluxo de informações e estímulos, de influências instigantes. Sob essa pressão permanente, o homem, crendo-se sozinho, ousou e intentou, lutou e sofreu, criando todo o seu espantoso acervo de conquistas.

Quando reconheceu a falência de seus recursos, recolhia-se e cedia ao impulso látrico, suplicando humilde, embora o aparato espetaculoso da ritualidade, o favor dos deuses nunca desatendido.

Como bem observa Emmanuel, o homem inventou expressões substitutivas como o acaso, a sorte, o destino, para mascarar os desvelos de um administrador como Jesus. O desenvolvimento cultural guarda paralelo com o incremento da atividade econômica. Há nítida interdependência e correlação entre todas as áreas humanas e a mística. Cada um dos elementos da fé-culto-religiosidade, que performaram o “mitos-mistikós-hierós” foi descolado da vida comum.

Quando caçador e depois pecuarista, o homem fixa o toteísmo animal, a zoolatria, denotando a imensa valorização que emprestava ao animal, fonte do seu sustento. Agricultor, cessa de ser errático, de ser nômade. Do amanho da terra retira toda uma família de conceitos como o de “culto”, “cultivo”, “cultura”. Cultivare, verbo latino que significa isso mesmo, amanho o solo, dispensando-lhe tratos de plantio. Cultivar é fazer cultivo, assistir a terra, fazer culturas.

Nada melhor, para fixar, do que ouvir uma faixa de Milton Nascimento, seu belíssimo “Cio da Terra”, pois a música ajuda a compreender a história. Cultura veio a ser, além de plantação, também o cultivo do espírito, da inteligência, como o cultivo da fé veio a ser o “culto”. Cultuar/cultivar/culto/cultivo/cultura... eis como se entrelaçam três áreas bem distintas: a sófica (cultura, de kultur), a látrica, (o culto), a indústria alimentar (agricultura)...

A agricultura foi a suprema conquista de um período, uma conquista industrial, embora poucos se lembrem que ela é uma indústria também. Já o homem praticava, desde muito, outras formas industriais, como quando construiu seus primeiros abrigos, armas e utensílios, os aldeamentos lacustres, as palafitas, numa sofisticação crescente.

Fez-se minerador, começando na fundição a idade dos metais. Nesses ofícios de lavra, decididamente industriais, acaba forjando a dupla significação para a palavra: “lavar” tanto pode ser o arroteamento do campo, a lida da gleba, como pode ser a mineração e a fundição de metais. Lavram-se as minas extraindo os minérios; lavram-se as madeiras, lavra-se o solo, lavra-se a pedra, o incêndio lava. Lavar/lavoura/lavrador/labor/laborare/lavorare/labutar/labuta... há toda uma proximidade morfológica e semântica, mostrando como foi influente essa fase, a descoberta do solo e seus frutos.

É bom notar que cultura, conceito derivado daí, concorre com civilização, como idéia de construção social. Civilização procede de “civilis” através de “civilization”; tem a ver com “civitas”, cidade e cidadania, fundindo-se num conceito de mudança do estado de nômade para o de ocupante de espaços fixos, habitacionais, a aldeia depois a cidade. Civilizar é habitar em cidades, com toda promoção social que isso resulta, ascendendo ao nível de cidadão, de pessoa civil.

Civilidade é cortesia, qualidade de quem vive em corte, refino; é sinônimo de urbanidade, que é qualidade de quem habita a urbs, cidade também; mas é o oposto de vilania, da condição de vilão, que habita vilas, lugares mais agrestes, é figuradamente conceito oposto ao de apuro de maneiras.

Não estamos divagando, queremos apenas indicar como um pesquisarmento lingüístico pode ajudar a compreensão ad dependência que tem o fato religioso do fato econômico. Alteia-se o nível de dominação do meio e do desenvolvimento mental. Do estágio rurícola nasce um molde látrico. Assim, as relações na gleba, entre o senhor e os servos ou escravos; assim é a estruturação do culto.

Para os monoteístas, o Senhor é a projeção cósmica do fato econômico. Deus é o Senhor dos homens e estes são servos de Deus. Ou o gado dele, como diziam os judeus.

Os deuses que dominam a mitologia, quanto todos os gênios e espíritos da natureza são conseqüência também desse intimo contato com as coisas da terra.

Quando se estabeleciam os conceitos mais elementares, de divisão de trabalho, da noção de propriedade, de direito, no curso das ásperas refregas tribais.

Os conflitos de clãs, os problemas dinásticos, as guerras, etc.; o desenvolvimento da família, do clã, da tribo, da Cida<de, do estado, a hierarquia civil; a diferenciação das classes, o conceito de classes dominantes sobranceando as castas servis; a figura de reis e tiranos, tudo ajuda a pensar na hierarquia do invisível, performando a alegre corte olímpica, onde Jove ou Júpiter, aliás Zeus, curtia suas divinas peripécias.

Assim acontecia no curso das aventuras humanas, logo resultava um equivalente no contra campo do divino, no plano latrico, num paralelismo mais que evidente.

O Deus dos exércitos é naturalíssimo num povo que devia lutar para vencer a si mesmo primeiro, sua pasmosa barbárie, depois aos inimigos estrangeiros. O incrível é que não se compreenda isso bem e se tome a alegoria ao pé da letra: afinal, amonitas e filisteus eram inimigos dos hebreus, ano do Criador.

Este não criou apenas uma parte da humanidade e sim toda esta. O conceito de "...pai nosso, que estais nos céus...", poético, lírico, ideal, inovado por Jesus, associando pela primeira vez todo referencial afetivo que cerca a relação com o maior dos consangüíneos, com a relação correspondente à divindade, se completa, no Sermão da Montanha, com esta imprevista novidade: um pai de todos os homens, santos e pecadores, que é democrático pois dá o sol e a chuva igualmente para todos, sem distinção.

A democracia na Grécia era relativa, mas Jesus faz dela um dado absoluto, no Sermão da Montanha.

Não admira que matassem esse importuno mestre sófico, que vinha perturbar o esquemazinho comodista da latria judaísmo.

É importante anotar que o culto masculino não era assim tão absoluto então, embora a posição patriarcal do velho Jove, trêfego e ativo, em sua família de deuses. O culto feminino, penso que era muito mais difuso, ligado a terra, como divindade fecunda, mãe de tudo, do gado, dos metais, da água, da vegetação, da colheita.

Sempre a íntima correspondência entre o desenvolvimento econômico e social, político e mental do homem, o enriquecimento do seu imaginário místico, não se podendo desprezar nem deslembrar o fio cultural, sófico, dos labores intelectuais sob a direção de grandes mestres da sofia.

Emulam-se os três grandes fios componentes desse tecido primitivo, o místico, o sófico e o paranormal ou mediúnico, expandindo-se na medida em que a humanidade era bombardeada por uma pressão constante de apelos variados, desde os elevados e sutis, espiritualizantes, que procediam dos planos mais nobres, até as sugestões chãs e materialonas, provindas de desencarnados ainda muito primitivos também.

Essas linhas não eram independentes, relacionavam-se com outra, a fração pragmática, aventureiros ou indiferentes a tais coisas, os guerreiros, os lavradores, os caçadores, os artesãos, só para citar alguns; homens de ação ou de instintos, de pachorras ou acomodações.

Entremos agora em campo com uma nova equipe de elementos: os pertencentes ao sexo, a sexolatria, os cultos fálicos, os ritos da fecundidade. É sempre pouco referida, muito menos do que precisava ser, a participação sexual, do elemento sexo, na construção da coisa látrica, que veio, mais tarde, só depois do quarto século cristão, a ser chamada de religião.

Parece que um pudor, um escrúpulo, silencia as referencias, cala as alusões, impede os estudos, a nível de divulgação popular. É uma atitude demagógica, esta, pois o sexo foi um componente básico, um insumo importante da coisa látrica, de todas as formas de adoração.

Afinal, sexo também é uma forma de poder, um campo para a manipulação do poder e da dominação de pessoas. Deve ser atribuída de todo, essa alienação, à pressão que se abateu sobre o pensamento ocidental, quando sobreveio a grande noite do religiosismo judio-romano-cristão, entupindo todos os canais do pensamento, obturando o entendimento humano.

Sexo passou a ser questão de moral, passou a pecado, coisa do diabo; todavia, no começo, nunca foi assim.

O ramo látrico, quer sob a forma de mistérios, quer sob outras quaisquer, nunca cogitara de aprisionar a idéia de sexo no cárcere do pecado, da imoralidade.

Basta lembrar, sucintamente, o culto do deus Priapo, filho de Dionísio e Afrodite, deus das vinhas, dos jardins, da geração, que personificava a virilidade. É ainda, justamente com o falo, um nome alternativo do pênis humano. Era um objeto de culto na antiguidade, tendo existido mesmo uma festa, as faloforias, como existiram as naturais, os impercais, os bacanais. Eram festins místicos, rituais, de grande obscenidade, se vistos por um enfoque atual. Basta observar o que acontece no carnaval de hoje, legítimo herdeiro, em linha de sucessão direta, dessas festas religiosas da antiguidade.

O carnaval, longe de ser uma festa civil, laica, é, apesar do seu sentido profano, uma herança religiosa, uma concessão, uma válvula de escape, que a igreja concedia ao povo, uma compensação pela repressão brutal que foi feita ao instinto sexual.

Carna vale, quando só a carne impera, onde vale é uma saudação, mas que insinua a idéia de valor, significação, relevância.

O culto do falo ou priapo, seria hoje positivamente um caso de polícia de costumes, todavia as mocinhas e mulheres, em geral, podiam chegar a portar ao pescoço miniaturas da peça anatômica, como amuleto ou talismã, como um sortilégio para fins propiciatórios, em sua vida amorosa ou sua fecundidade. Os ritos propiciatórios, os ritos de fecundidade, ficaram famosos por sua extrema licenciosidade, inconcebíveis em termos atuais. Interessante referir que, na atividade pecuária, pastoral ou pastoril, o homem descolou uma compreensão nova da relação de casualidade.

O ato sexual gravou-se em sua mente como uma forma análoga ao ato de semeadura agrícola. Isso refletiu-se na linguagem: sêmen e inseminar, inseminação, semeadura, sementeira, semente, esperma, perisperma. A palavra relação arrasta até hoje uma acepção conotativa de ato erótico, muito mais forte que sua acepção denotativa, especialmente no plural, “relações”. Ninguém dirá que “mantenho relações com a fulana...” sem correr o risco de ser mal interpretado. Dirá isso sim, que “fulana e eu nos relacionamos...” o que mudará radicalmente o sentido inexpresso.

Ora, se a mente inculta daqueles homens percebeu a relação de casualidade e a semelhança entre as duas cadeias de fatos, aparentemente tão distantes, a animal e a vegetal, não lhes foi difícil o raciocínio meio confuso de que, entregando-se a infrenes exercícios eróticos, de modo coletivo, em fortes transportes de excitação, nas grandes festividades culturais (culto látrico), no meio das plantações, (cultura, cultivo), ajudariam para concorrer para a fecundação da mãe Terra, cujo culto era uma constante. Assimilava as covas abertas no chão, a leira, e o ato de semeadura, à mecânica do ato genésico e de tudo isso plasmou o seu comportamento social, original, origiástico, nos grandes ritos de fertilidade.

Mais tarde, foi-se complicando esse sentimento de identificação entre sexo e latria, a ponto de liga-los na sexolatria. Costuma-se empregar esse vocábulo como sinônimo de sexofilia, sexomania, extrema fixação nos prazeres carnis. Geralmente os moralistas e pudicos gostam de etiquetar assim tudo que lhes parece inconveniente, no ramo. Mas aqui empregamos sexolatria como uma relação direta entre sexo e culto, uma forma de latria que se exercia através do sexo.

Importa deixar bem patente que as atividades cultuais antigas incluíam sempre elementos de forte apelo sexual, como de resto todas as outras. Danças e cerimônias, representações e encenações litúrgicas, em todas a fé da antiguidade.invariavelmente encerravam elementos de erotismo ostensivo. Isso reponta muito forte nas manifestações plásticas dos milênios, até mesmo na Bíblia, com o celebre “Cântico dos Cânticos”. Ou no Taj Mahal. O exercício do sexo era um dado comum, correntio, valorizado. Depois é que veio a tornar-se um tabu, sob pesados tapumes moralistas, sob constrições que vitimaram principalmente a mulher, criando as situações críticas que Freud tão bem abordou.

Orígenes, o Pai da Igreja, mutilando-se de um só golpe e brandindo a própria genitália, patético, terrível, como se vencesse um inimigo, é bem o símbolo do espírito que mais tarde produziu as sombrias noções do pecado e virtude, bem e

mal, o puritanismo, o ascetismo, as flagelações, que explodiram em obsessões coletivas, na quadra medieval, nas comunidades de religiosos expostas a perturbações terríveis, como as convulsionárias.

Coisas distintas e imiscíveis, o sexo, a moral, a religião, o poder, o maniqueísmo do bem/mal, pecado/virtude, enovelam-se confundidas, como as serpentes que sufocaram Laçoonte, no caso, o espírito humano. Tudo isso configura uma espantosa deformação, uma inversão tal de valores e conceitos que admira que o pensamento libérrimo do espiritismo ainda não tenha entrado a desacreditar essa espúria associação, mostrando que a religião costuma não ser a fonte mais indicada para tais assuntos.

Verifica-se aí a admirável providência histórica de reeducação da humanidade. Kardec foi o missionário específico da instituição do espiritismo laico, do restabelecimento do ramo sófico, formulando o espiritismo como ciência, filosofia e moral. Marx pode ser apontado como um nome exponencial do processo de desacreditamento da religião, desnudando-a como um produto do mesmo processo que formou a sociedade, um resultado a que se chegou na mecânica do materialismo histórico. Freud coadjuvou Marx, a seu modo, desmistificando a repressão sexual, sugerindo suas ligações com a fruição do poder pelo condomínio religião/classes dominantes.

Missionários, porém, também erram e Marx e Freud, quanto Maomé e Napoleão, foram infelizes num detalhe: confundiram sempre a religião com a idéia de Deus. faltou-lhes a visão espiritualista de Kardec, para entenderem que mesmo sendo um produto humano, antropológico, apesar de seus erros, a religião ainda assim é respeitável pelo seu componente espiritual, sua finalidade elevada, que a ilumina e resgata. Todavia, não é de origem divina, como insinua, mas humaníssima. A entrada do espiritismo, no cenário humano, objetivou oferecer à humanidade a retomada do contato com o pensamento do cristo, na sua feição sófica. Segundo insistentes presunções, o mesmo insigne missionário, vitimado séculos antes pela prepotência do ramo látrico, João Huss, é que voltou para desincumbir tão grato papel, como Kardec.

Foi nos templos da Babilônia que ocorreram os fatos de prostituição ritual. Sacerdotisas são referidas na Bíblia como expoentes de grande abominação. Deve ter sido um fato traumatizante, pois o judaísmo baniu as mulheres do serviço religioso e essa tradição foi conservada pelo cristianismo. Esse dado, porém, não deve ser recebido com sensacionalismo, embora realmente pouco focalizado,

geralmente, pois tudo se passou dentro do primitivismo daquelas sociedades rudes, de caráter ainda em construção. De tudo fica, apenas, a noção de que o religiosismo é um caminho como outro qualquer, sem qualquer traço de privilegiamento que justificasse sua permanente tendência a se impor ao ramo sófico.

Depois da longa noite de repressão sexual, supostamente educativa, temos que a mente encarnada continua desorientada qual nunca estivera antes.

A religião persevera em sua postura inicial, não abrandada, de confundir a postura erótica com o pecado. As ciências leigas, no eterno cacoete de repelir tudo que é ligado a religião, por espírito de contradição, preconizam uma liberação extrema, apoiada tão somente em um imediatismo que seria válido, não existissem outros ângulos para serem considerados.

O espiritismo tem-se mostrado tímido, muito conservador e propenso a um alinhamento religioso, pois reconhece que o pensamento materialista é hedonista e conduz a situação de risco. Mas não há de ser adotando a postura religiosa que ajudará os necessitados de orientação, pois sexo é um reclamo vivo, atuante, permanente, uma força psicofisiológica que não pode ser tratada com preconceitos, querendo decisões autênticas, não discursos moralistas.

O espiritismo haverá de se lembrar que é um pensamento alternativo do religioso, podendo coincidir eventualmente com este, mas não obrigado necessariamente a repetir seus argumentos. O pensamento religioso não tem acesso a certas informações, a certos fatos, que o espiritismo acessa, como por exemplo a questão obsessiva, a comensalidade de espíritos em relações sexuais, os reflexos da incontinência e dos desvios, sobre vidas futuras. Os desvios com homossexualismo/lesbianismo, sua visível implicação com o dado da reencarnação. Tudo isso terá de ser pesado e medido, para, ao cabo, sem puritanismos e sem permissividades impensadas, adotarmos a solução correta.

É assunto para sexólogos, psicólogos, psiquiatras, educadores. O exercício do sexo implica outras questões, como organização familiar, casamento, saúde mental, que não podem ser deslembradas. O espiritismo tem condições de produzir um pensamento próprio a respeito, independente. Não pode colocar-se a reboque de sugestões religiosas.

RELIGIÃO EM ROMA

É preciso ter a mente bem aberta para subtrair-se aos condicionamentos fortes que pesam, sobre nosso espírito, nesse terreno. Muito difícil separar, naqueles povos tão antigos, o que era organização política, administrativa, judiciária, militar, comercial, etc. do que era a estrutura látrica, pois o que ficou deles, os mais probantes documentos são exatamente os que mais se prendem a devoções e credences.

Tem-se a impressão de que os povos mais antigos não faziam mais do que adorar e cultuar.

Em Roma, por exemplo, distinguiu-se o culto, (cultus-cultus), como sendo a látria, daquilo que hoje chamaríamos de cultura. Nesse quadro, religião o que era?

Quase tudo sobre isso é incerto em nossos conhecimentos. O que se sabia, até o discurso de abertura, feito por Kardec, era o que a igreja contava. O que a história sagrada referia.

Assim como a paleontologia, a geologia, Darwin, desmentiram a religião no que contava sobre a origem do planeta, do homem, da vida, Kardec veio a desmentir também no que se referia acerca de si mesma.

E o que a igreja contava era exatamente isso: religião era a ligação do homem com Deus. Procedia do verbo religare, que significava exatamente isso: laço que ligava, conduzia, reconciliava, reunia o homem a Deus.

Essa explicação, essa etimologia, grudou-se à mente dos confrades que mal tem olhos para ver sua insanável falsidade. Há uma impossibilidade gramatical aí: religare era um verbo; como podia ser traduzido por um substantivo, laço ou ligação?

A tradução é muito prolixa, encerra três substantivos, é uma reconhecível perífrase: homem (homo-inis), Deus (deus-dei) e o próprio laço (religio-nis).

Como encaixar tantos substantivos numa palavra de oito letras?

Sucedo que é fácil apurar se o étimo de religião era religare, bastando consultar dicionários de latim/português. Não, não é. Religare era só “amarrar por trás, para trás, no traseiro”.

O étimo verdadeiro é o que Kardec apontou: religio-religionis. Não há muito acordo sobre a tradução dessa palavra. Rivail, que era um filósofo, lingüista, aponta-a como sendo nó ou laço.

Mas se ligare era amarrar de qualquer forma, religare era amarrar por trás; se ligamen-inis era laço, cordão, fita; e ligamentum-i era ligadura, atadura, bem como

licium era fio, cordão, fica extremamente difícil arredar que religião não fosse igualmente nome inserido nessa mesma linha de significação. Cícero refere religião como algo muito perto da idéia látrica, como deveres morais dos devotos, mas isso é quanto a deuses, já que naquele tempo, século de Cícero, (106 a 43 a.C.), Roma não conhecia a idéia do Deus único.

Todavia, outras acepções que o próprio Cícero e outros autores dão dessa palavra, afastam-se da área látrica e tocam em valores laicos, da vida social secular.

O fato é que todo um grupo de palavras muito próximas entre si descrevem a operação de amarrar, conjuntar, unir, atar, reunir e todas tem formal semelhança com religião, o que corrobora a tradução de Rivail.

De qualquer forma, o étimo não era religare; isto sabe-se, bem como a tradução que a igreja lhe dá, é decididamente arranjada.

Pelo menos, é visivelmente menos confiável que aquela explicação fornecida por Kardec na pág. 356 de Revista de dezembro de 1868.

Surge um enfrentamento: de um lado a igreja que diz, de modo perfeitamente não confiável, que religião queria dizer “laço que une o homem a Deus”.

Do outro lado, Kardec, revestido da maior credibilidade, que refere tal laço como sendo apenas social e civil, unindo somente homens uns aos outros, ou seja, os diversos nomes de uma divindade.

Como desempate, os dicionários, mostrando a impossibilidade de embutir tantos substantivos em uma simples palavra e a visível discursiva ideológica contida naquela pseudotradução pela igreja.

Para os romanos, Deus era um habitante do Olimpo, era uma estatueta, um ídolo, entre milhares de deuses que conheciam. Deus era entidade desconhecida, antes que os cristãos chegassem a Roma trazendo aquela novidade.

Quando Cícero viveu, o quadro era exatamente esse: total ignorância romana sobre questão assim tão abstrata, de um Deus único, além do mais, espírito puro, nada antropomórfico, como era o Pai proposto por Jesus, em contraposição ao humaníssimo Jeová dos judeus

Foi Pompeu quem, apenas alguns anos antes de Cícero morrer, submeteu a Judéia, apropriando-se dos Tesouros do Templo, e transportando-os para Roma. Assim se chegou a saber da curiosa látria judaica, que não tinha deuses, ídolos, de contextura bem diferente do cultus romano, totalmente materializado e exterior.

Mas com essa conquista, não ficaram ainda os romanos cientes do que era Deus, pois os judeus não manejavam esse conceito. Lembremos que sua concepção da divindade bordejava outros conceitos, manejava outras palavras.

Deus-dei é a palavra romana, nada tinha a ver com Jeová, Iavé, Eli. Elohim, Adonai, que são hierônimos, ou seja, os diversos nomes de uma divindade, do Ente Supremo, para os judeus. Deus, para os romanos, era um daqueles habitantes do Olimpo, nada a ver com um Criador único.

Deus era um conceito bem pluralista, bem aberto, já que o panteão tinha abundante quantidade desses ídolos: um Deus era uma imagem, uma estatua ou estatueta, representando um habitante do Olimpo; Hercules era Deus, ou semi-Deus, como Castor ou Pollux, e assim por diante.

Cultuar aos deuses é algo infinitamente distante e distinto de cultuar a Deus: há um abismo de diferença. Pois os romanos faziam só a primeira coisa, sempre a fizeram, desde a criação de Roma até Constantino.

Foi por volta de Calígula, ou Cláudio, que o cristianismo chegou a Roma, trazendo com ele a idéia de uma divindade única, que não sei bem se pode dizer que já era chamada de Deus, partindo do principio de que os judeus não costumavam fazer isso: chamar por uma palavra de gentio, de bárbaro, como eram os romanos idólatras, ao Senhor, cujo santo nome não se devia pronunciar em vão. Isso não faria sentido.

É bom lembrar que os cristãos eram heterogêneos, parte deles eram judeus, praticavam o judaísmo ainda; outros tinham cultura grega, romana, oriental, havia de tudo, pois o evangelho transcendia limitações nacionais, lingüísticas e morais, isto é, de costumes, de hábitos, já que *mós-moris*, donde saiu moral, quer dizer exatamente isso: hábitos.

Eram uma miscelânea, mas que confundiam-se por um traço comum: a crença no Cristo-Jesus, o Carpinteiro, sem duvida que algo bem distinto do formal judaísmo, da latria judaica.

Para os romanos, práticos, expeditos, foi difícil entender aquilo: judeus que não eram judeus. Naquele tempo acho que não se distinguia como hoje, o que é étnico, racial (israelita), do que é político, nacional (israelense), finalmente do que é o terceiro dado, religioso (judeu). Não podiam fazê-lo pois essa distinção é produto de épocas posteriores.

Judeus eram habitantes da Judéia e pronto.

Os cristãos vinham da Judéia, logo, eram judeus.

Essa simplificação era enganosa, mais ou menos com a que os americanos praticam com relação ao Brasil. Este país está na América Espanhola, logo deve-se “ablar” ali, deve ter “señoritas” e “caballeros”, por lá – é como raciocinam, erradamente, é claro.

Os cristãos podiam ser judeus pela origem racial e nacional, nem todos, é claro, mas não se identificavam com a latria comum do povo da Judéia, o que hoje chamamos de judaísmo – tinham uma fé sua mesma, distinta.

Romanos não sabiam bem o que era uma fé, senão o significado que tinha no vocabulário comum. Fé púnica era uma expressão corrente em Roma, para designar a felonía, a traição, a falta de palavra, característica, diziam eles, dos cartaginenses, como se eles mesmos fossem muito honrados.

Fé no sentido atual, ed sentimento sobrenatural e cultural, não era expressão comum então e precisamos ter presente a imensa diferença de idéias, de vocabulário, de costumes, entre a nossa época e aquela.

Erraríamos muito se quiséssemos entender os fatos de então com nossa ótica de agora – não daria certo.

A crença comum, coletiva, dos cristãos (nome romano que tomaram depois de uma sugestão de Lucas), em Roma chamava-se religio-religionis.

Religião não era tanto, apesar da definição de Cícero, o que tinha a ver com os deuses, com o culto a estes, mas sim a relação existente entre pessoas dentro de uma certa categoria, de uma partição lógica: os devotos de um Deus, os membros de uma família, de uma classe, amigos, etc.

Logo, aquela relação indefinida, entre os cristãos, foi reconhecida como sendo uma religião, um laço social, que formava uma classe, uma comunidade de convicções, de posturas, de atitudes.

A chegada dos cristãos a Roma foi bem tardia com relação ao advento do Império: só no quarto ou quinto imperador é que ela se deu, já distante bem uns quarenta anos do fato gerador do cristianismo: o nascimento de Jesus.

Ora, aquela definição de Cícero data pelo menos um século antes, entre 81 e 43 a.C., talvez anterior também à conquista da Judéia, que revelou para a cultura romana a latria dos judeus, o conceito do monoteísmo relativo que os hebreus tinham, já que muitos historiadores ressalvam que não eram monoteístas totalmente, absolutamente.

Eram, por assim dizer... médio. O Ente Supremo (evitemos chamar de Deus, pelos motivos já expostos), para os hebreus, não só tinha muitos nomes como um

destes hierônimos (apelidos de divindades), era um plural, um coletivo: Elohim, plural de Eli. Quer dizer, havia deuses.

O fato de a idéia monoteísta cristã (esta sim, um monoteísmo de fato, não a monolatria relativa dos judeus), ter chegado um século depois da definição de Cícero, não quer dizer que isso já povoasse Roma de uma súbita compreensão quanto ao monoteísmo.

Não, como se sabe houve lutas terríveis, que perduraram quatro séculos quase, com as dez perseguições maiores, de Nero a Deocleciano.

Quando o cristianismo desembarcou em Roma, esta possuía um panorama cultural, místico, meio complicado.

Roma, assim como roubava as economias dos povos do mundo inteiro, pilhava as latrias também. Tinha as cencas nativas dali mesmo, do Lácio, que chamava de superstições, (dos etruscos, dos demais povos latinos); mandara importar crenças e cultos de outros povos: a mitologia grega veio inteirinha, teve só os nomes dos deuses adaptados para o latim.

Também os deuses egípcios, caldeus, fenícios, cartagineses, frígios, enfim: uma imensa importação, gerando um respeitável sincretismo, quase uma indigestão lártica.

Isso foi feito no curso de séculos. É bom não esquecer que, desde a fundação da cidade, no nono ou oitavo século antes de Cristo, até o ano em questão (mais ou menos 40 d.C.), tiveram bastante tempo para essa aculturação, esse sincretismo. Mil anos, realmente.

Quantos cristãos chegaram, havia pouco tempo, até que um novo fato havia-se produzido: o aulicismo, o augustalismo, um culto puramente político, cívico, que tinha se instituído com o Império (27 A.D.), e que chamava de Augusto (isto é, divino), ao Imperador.

Com isso, o Imperador (título militar, o que comandava as legiões), tornava-se um ser divino, participava da condição dos deuses (di), era o centro de um culto pessoal, um culto de personalidade, que prescrevia deveres rígidos, de respeito, lealdade, devoção, bajulação, sabujice, exatamente o que Cícero descrevia como sendo um dos conceitos de religião.

Religião já era, desde priscas eras, o conceito de união social de Roma, fonte de sua força e poder (“a niao faz a força”, era um provérbio favorito dos romanos), e com o aulicismo/augustalismo, essa religião (um dado puramente laico), deslocava-

se para um terreno cultural, látrico, mas ainda político, tornado-se a religião do estado.

Entenda-se: religião do estado é o civismo, é aquilo que hoje mesmo, aqui mesmo, pratica-se com o culto da bandeira, das armas nacionais, aquela parafernália de encenação ritual que envolve o Presidente da República, geralmente de cunho militar (paradas, continências, honras militares, revista de tropas, etc.), e que tem ligação com o Presidente da República, pois o Chefe da Nação é o comandante em chefe das forças armadas (um Imperador).

Ao mesmo tempo, ele é o primeiro cidadão da nação e sua mulher é a primeira dama, o Presidente é o *caput* ou *princeps* da sociedade.

Isso aconteceu em Roma, com o Império. Roma, antes, era uma República (foi reino com sua realeza, nos seus primórdios), não tinha nada disso, mas Augusto (Caio Julio César Otaviano, chamado Augusto), impôs essa transformação: recebeu o título de príncipe (*princeps*, o primeiro), de Imperador (*imperator*, o que comanda todas as legiões, que detém o *imperium* ou império, um bastão militar), e também o de Sumo Pontífice (o *pontifex*, o grão sacerdote do culto politeico, que era oficial, já que Roma não era laica, não havia separação entre o estado e a religião no conceito de culto).

No Brasil, temos quase o mesmo quadro; o império é aquilo que já se viu: o comando em chefe, pelo Presidente, das forças armadas, acrescentando, magnificado, em épocas extralegais, como na Revolução de 1964 (um período de exceção), pelo dado muito peculiar de que generais-presidentes tinham de possuir quatro estrelas.

O principado é a posição de relevo social, a precedência e a preeminência social, que a pragmática oficial regula e formaliza, relativos ao cargo.

Só não há pontificado, pois o Brasil já tem um culto majoritário, quase oficial, embora nominalmente o estado seja laico, e esse culto dominante tem já um pontífice lá fora, o Papa.

Alem disso, pela separação mesma, ainda que apenas nominal na maioria dos casos, entre o estado e a religião, o Chefe da Nação não é um eclesiástico mas um civil, ou seja, um cidadão não pertencente ao clero, ainda quando, noutro conceito, esse civil (cidadão não pertencente ao clero), seja um militar, um general.

Mas, na realidade, ele é o pontífice de fato de uma religião de estado, um culto profano e laico, já que não é dirigido por nenhuma divindade, mas a uma entidade ideal – o estado, a pátria, a nação, conceitos puramente abstratos que se

representam pelo pavilhão nacional, um culto muito rígido e por vezes intolerante, pois comina apenas, impõe penalidades, aos que lhe vivenciam integralmente os preceitos.

Todos são por ele abrangidos, ninguém pode subtrair-se a esse culto laico, o da bandeira, o da pátria, o do Chefe da Nação etc. sob pena de dar-se muito mal.

Todo esse culto laico, um culto cesário realmente, pois que meramente restrito ao executivo e às áreas que lhe são afetas, radica-se numa base castrense, veste farda e reveste feição de oficialismo.

Nas escolas, que já foram semi-militarizadas, as crianças são doutrinadas, numa verdadeira catequese sobre os conceitos desse culto à pátria, à bandeira, com certos maniqueísmos e radicalismos típicos do gênero.

No serviço militar, o quadro se repete: a disciplina, a valorização da hierarquia, o moralismo típico da área, configuram um estado geral muito parecido com o eclesiástico. Não é à toa isso: exércitos e igrejas são as mais antigas instituições mundiais, baseiam-se nos mesmos pressupostos, tem até a mesma radicalidade, tanto no plano subjetivo, ideológico, quanto no externo, nas institucionalizações que fazem.

Um dia fui fazer uma palestra num presídio, que embora não seja um estabelecimento militar, tem sua guarnição de soldados, sob o comando de um tenente. Na hora do descimento da bandeira, as seis da tarde, o comandante dessa guarnição, convidou-me para participar e tocou-me a honrosa incumbência de receber, dobrar e conduzir para dentro do pavilhão.

É um verdadeiro ritual látrico, místico, tem sua liturgia e tudo mais: os gestos medidos, o clima solene, profundamente tocado de rigidez militar, a tropa formada, a continência, o toque de corneta, e lá estava eu, envolvido naquele clima de religiosidade laica e profana, com os olhos úmidos, emocionado, a dobrar, meio atrapalhado, triangularmente, em sucessivas dobraduras, o pano sacrossanto, como nem um devoto manejaria o Santo Sudário de Turim, caso pudesse por-lhe as mãos.

É fácil de entender o porque da distinção, em Roma, do conjunto dos deveres puramente políticos, formais, laicos, profanos, civis, sociais, chamado religião, daquilo que era o culto pagão, aos deuses, embora pudesse revestir-se de um clima, e de manejos práticos conhecidos.

A figura do Presidente, de outras altas autoridades e particularmente dos chefes militares, são intocáveis, é tabu ofendê-los; a própria Constituição consagra

que não se pode simplesmente falar mal das forças armadas pois isso já é passível de punição.

Ora, tudo isso configura um tipo de religião de estado, ela é símile da religião cesárea, o aulicismo, dirigida à pessoa do Imperador, a quem se devia chamar de divino. Radica-se ainda num verdadeiro fetichismo, já que dirigida a objetos que por lei são sagrados, revestidos de sacralidade, como panos de bandeiras, emblemas, cargos, profissões, insígnias, etc.

Era isso que Cícero queria dizer, quando apontava religio-religionis como um conjunto de deveres morais, ora com os deuses (por extensão tudo que era revestido de sacralidade), para com os ancestrais (os manes), para com a família, os consaguíneos, a parentela (inclusive os lares, espíritos familiares, que tinham um altar dentro da domus, a casa); para com os iguais em classe social (é o chamado espírito de corporação, ou espírito de casta, muito comum entre certas classes com os militares, os magistrados, os advogados, os médicos, os policiais, que não suportam referências supostamente ofensivas à categoria, reagindo como um bloco).

Finalmente, para com o estado, um modo concentracionário, totalitário, de considerar tudo, como propriedade do poder político, representado pelo Imperador.

A latria judaica, proclamou algo forte, que se levado à risca, obrigaria o mundo inteiro a rever suas instituições e hábitos morais: “Não terás outros deuses diante de mim”.

Há pessoas que fazem de certas coisas verdadeiro culto tirânico, o que se prolonga e adensa, multiplica-se, quando se projeta na dimensão da classe ou categoria social. É o que acontece com a questão militar, a questão judiciária: são áreas densamente impregnadas de ritualismo, de até um certo ritualismo, onde o princípio de autoridade, o aferramento a esse procedimento rígido, cheio de mística e de formalidade quase lárca, contrastam com o descontraído peculiar das democracias.

Há grandes dogmas ali, há princípios intocáveis, sagrados, verdadeiros tabus, em tudo parecidos com o que se passa na área propriamente religiosa, cultural, eclesiástica.

Nas repartições, na chamada vida civil (o que não é militar nem eclesiástico), também ocorre esse tipo de misticismo mas já quanto ao regulamento, à letra de convenções e regimentos, que configuram uma espécie de devoção burocrática, que não se arreda do riscado mesmo diante das mais claras e simples questões.

As pessoas metódicas demais, sistemáticas, opiniativas, costumam entrar no mesmo esquema, impondo aos familiares e a quem deles dependem, verdadeiros infernos de regulamentação, de minúcias e formalismos, geralmente desnecessários e dispensáveis, que só tem valor para os seus olhos.

Tudo isso tem a ver com aquela luminosa observação de Jesus: “coar mosquitos e engolir camelos”. Excessos disciplinares, regulamentares, formais até legais, costumam ser a porta aberta à crueldade, à tirania, ao cativo da mente pelos hábitos e costumes degradantes.

A regra foi feita para o homem, não este para aquela – é outra grande advertência do grande legislador, que morreu na cruz dos princípios.

Ora se está manejando com algo que nos é imposto pela via sagrada do culto, da latria, ora está-se sob a imposição de algo que é a injunção tão mística quanto, da via legal, daquilo que a o estado estabelece; ora se está sofrendo a injunção de autoridades de outro tipo, como pais, professores nas escolas, patrões na vida profissional, de síndicos até, de fulanos imperiosos, imponentes, opiniáticos, dogmáticos.

O princípio geral é o mesmo, segundo Cícero, diferenciado em suas várias dinamizações: um conjunto de deveres impostos, configurando um esquema, um sistema que é um laço social e moral, abrangendo pessoas, sob diversas partições e categorias. Em suma: agremiação, sociedade civil.

Mas só a uma dessas é que se reservou o direito de se chamar de religião, no fenômeno geral do formalismo: a categoria látrica, dos religiosos.

Só aos que rolam nesse nível ou contexto, o da relação com o invisível, o sobrenatural, se chama de religião; só aos fatos pertinentes ao culto.

Os demais, de fato não são chamados assim, embora no sentido filosófico sejam também rotulados de religião.

Foi isso o que Kardec quis prevenir, a contaminação do espiritismo por tais simplificações e racionalizações, em cima de uma confusão semântica.

Religião, na sua clara distinção, é só aquilo que o povo chama de tal: o culto. O que não se enquadrar aí, por não ter seus distintivos (culto, clero, templos, liturgia, dogmas, etc.), pode ser religião sim mas só no sentido conotativo filosófico, da palavra, como ismo, isto é, categoria lógica.

Mas nem assim pode ser chamado de tal, já que o povo não distinguiria e pensaria que o ismo assim rotulado é um culto látrico, uma seita religiosa.

Deve-se ter bem em conta o que é política e o que é latria, o que são fatos laicos e os que são místicos, religiosos. Não são estanques, embora bem separados, por vezes misturam-se: Hitler fez o nazismo, uma ideologia, que eras um partido e tornou-se regime, tudo rolando no plano político. Mas uniu-se ao militarismo (outro ismo) e tomou emprestado a mística religiosa para compor um fato como aquela incrível espetaculosidade, a encenação formidável, de uma religião de estado, um culto à raça, ao Reich, ao Fueher.

Não estou fazendo divagação. A digressão foi necessária para mostrar, com exemplos práticos, como era o quadro encontrado em Roma pelos cristãos.

O império era assim: possuía o cultus, que era a latria para com os deuses; mas tinha o aulicismo, a religião de estado cesárea, o culto ao Imperador, ao estado, como uma entidade autônoma.

Havia os símbolos formais que os romanos desfilavam em sua solenidades, cada qual revestido de imensa significação. Eram conduzidos em procissão (préstitos), nas paradas militares, sempre apresentados ao povo, para incutir neste calculados estados de ânimo.

Um desses símbolos era o fascis. Consistia em um machado de guerra, cujo cabo era envolvido por um feixe de varas, amarrado por laço (talvez o licium), ou tira (talvez a facia), uma fixa enfim, trançada de forma ornamental. Fascis, feixe, faixa.

Havia um recado simples nesse emblema cívico; o poder de Roma, o machado de guerra, era rodeado e protegido pela união dos cidadãos, o feixe (facis), de varas, como um eloqüente discurso sem palavras: a união faz a força. Pode-se quebrar um elemento isolado, não o molho inteiro, haverá proteção para todos que se mantiverem juntos: a união civil, dos cidadãos é o penhor da força, do poder, da polis, de Roma.

Alem dessa mensagem política, da importância da solidariedade e coesão social, o fascis sinalizava outra coisa: o que mantinha conjuntado, coeso, o molho de varas entre si e em relação à arma? Era a amarração pelo licium, ou pela fascia, em todo caso o fato daquela amarradura, rematada por uma religião, isto é, um nó, consistente num laço.

Licium ou fascia, essa religião ou ligação física, era um fator de força, uma aplicação de força, a força dos interesses comuns, a força dos hábitos comuns, que mantinha a sociedade integra, espontaneamente, por espontânea opção.

Mas como nem todos pensam igual, era preciso haver um outro fator mais garantido,, de habitualidade imposta, uma injunção formal, a que todos

respeitassem: a lei, a *lex*, fruto do pensamento jurídico, aplicada pelo poder judiciário, os pretores de Roma. A *lex-legis* mantinha a sociedade na linha pelo temor de castigos, de penas: era uma severa constrição, uma garantia de unidade e disciplina social.

Os pretores eram temidos justamente porque tinham licença para matar (o *licere*), para condenar à morte, o que fazia deles em parte iguais aos deuses, que tanto davam a vida quanto a tiravam. Quando saiam à rua, eram precedidos por oficiais de justiça, os *lictors*, que portavam o *fascis* ao ombro, como emblema do poder dos pretores e ainda traziam uma vara na mão.

Todo esse aparato solene impunha respeito e medo ao povo, infundia-lhe distancia e submissão às leis.

O *licere* não era para brincadeiras, fazia o papel de *licium*, o fator de amarração de *fascis*. *Licito*, licença, licitar, são palavras claramente resultantes desse molde, como *aliciar* também. Tudo partia da idéia constritora que a legalidade representa, como um meio regulador da coisa social.

O dado histórico legitima, corrobora a etimologia de Kardec e infirma a outra, que se tornou vulgar, de “ligação com Deus”.

Tanto quanto o paganismo (uma *latria* importada de vários povos, notadamente a Grécia), havia as superstições (costumes religiosos bebidos no *Lácio* mesmo, fruto de povos anteriores – *superstitare* é sobreviver, conservar, dar continuidade a), como sinônimo de culto, concorrendo com o significado de relação com o sobrenatural.

E o *aulicismo* era outra coisa imposta, uma *religionis* feita por *éditos* e *jamegões*, baixada por decreto, obrigando a ser assim ou assado, em tais ou quais circunstancias, como uma convenção de condomínio, algo tão artificial e arranjado quanto o culto aos deuses.

Tais eram as religiões do Império. Há uma anedota curiosa, sobre o *aulicismo*, meio sobre o irreverente, mas que define bem como era burocrática e movida a decisões oficiais, essa coisa toda.

Um certo Imperador, salvo engano meu, foi *augusto*, o primeiro deles, o mesmo *Otávio*, sobrinho de *Julio César* – tendo sabido que muitos *áulicos* (freqüentadores da corte, devotos do *aulicismo*), tinham adoecido porque, em sua presença, por natural respeito a ele, sustinham a emissão de gases, flatulências, veio acudir a essa aflitiva questão com um *édito*, onde liberava, dispensava, os súditos dessa abertura, permitindo que ficassem a vontade, pois o fato dos flatos

não seria considerado lesa-divindade. Um gesto muito gracioso e humano, realmente.

Assim como hoje o sentimento de amor à Pátria (uma ficção legal e afetiva pois essa entidade é uma abstração total), é imposto pela via da educação escolar, primeiro, sendo cobrado dos cidadãos depois, como deveres duros, que arrostam penalidades severas, também na Roma antiga, que não conheceu o patriotismo nem o nacionalismo (ismos inventados depois), o moralismo oficial fabricou o culto do estado, concorrendo com o culto aos deuses.

Lá como cá, esse culto oficial e laico, embora dirigido a uma entidade ideal, fictícia, é de fato exercido quanto a um homem (o Presidente, dentro do nosso autoritário presidencialismo), tomando feição militar sempre, invariavelmente. Isso não é só no Brasil; ocorre em todos os países do mundo.

Por vezes tenta-se divinizar, de certo modo, com carismas personalísticos, essa relação puramente política e temos mito como o de Vargas, Salazar, Franco, Hitler, Mussolini, Hiroito, Perón, Eva Perón, Lênin, Castro, Stalin, toda a safra de ditadores e assemelhados.

Outros países, com diferente abordagem do mesmo tema, conseguem realizar um tipo bem diverso de conciliação entre a educação moral e cívica e as representações necessárias do poder, da hierarquia social, que afinal no fundo são justificáveis: os Estados Unidos, a Inglaterra, a França.

Pode parecer enfadonho insistir nesse assunto mas enquanto a comunidade espírita não entender a noção exata, límpida, da diferença que há entre culto látrico e culto místico em política, bem como disso para o fato geral da religião, como rótulo de categorias lógicas de fatos e idéias, não reconheceremos a sabedoria de Kardec, quando determinou que espíritas não chamassem o espiritismo por uma etiquetagem que só tornaria mais complicadas as coisas para o movimento.

Roma tinha seu culto látrico, o seu misticismo ritual, que era aproximadamente o que a igreja é hoje, com a diferença de que, em lugar dos santos nos nichos, havia os deuses. Mas o resto é quase que a mesma coisa. Tinha clero, liturgia, incenso, cânticos, procissões, altares, o ritualismo todo que hoje se nota.

A igreja conservou, com muita fidelidade, os costumes e os traços materiais de Roma, tanto quanto adotou sua divisão administrativa (vigários, prefeitos, cardeais, pontífice, dioceses, cúrias, etc.), e política, ao mesmo tempo que guardou de modo geral o que era o arcabouço do paganismo.

Chamar a religião de culto, de ligação com Deus, só foi possível depois que Constantino, como um rolo compressor, liquidou com as diferenças entre essas idéias, tornando religiosas, látricas, palavras que eram apenas laicas, como igreja e religião.

Elevando o cristianismo ao nível de culto látrico e de religião do estado, em substituição ao paganismo e ao culto político do Imperador, lançou uma forçada confusão e nivelando entre todas as palavras conceitos-chave da matéria, a ponto de hoje, ser quase impossível separar bem essas coisas.

A idéia de Deus ficou ligada à palavra religião, esta ficou sinônimo de igreja e ambas amarradas ao conceito de culto ao sobrenatural, o que também atingiu a idéia de Deus, ficando todo esse pacote, como uma comédia de erros, perfeitamente afastado do terreno da racionalidade.

Nunca mais se pode isolar essa idéias: culto e laço social passaram a conviver como irmãos siameses que tem o mesmo tronco, embora cabeças distintas: o vocábulo religião.

Este transitou, pr sua vez, da área sófica ou filosófica, que era da retórica, da gramática, da lógica, já que apenas expressava o fenômeno do gregarismo, para a área látrica; perdeu sua expressão de fato natural (a relação social, a união de afins), pra tornar-se um dado sobrenatural.

Por isso Kardec descartou-a como rótulo usável pelo espiritismo.

RELIGIÃO CRISTÃ

O ato de poder de Constantino, não foi um mero episodio histórico que se esgotasse em si mesmo. Ao decretar livre a religião cristã, reconheceu-a, essa providência gerou muitas outras conseqüências.

O ato foi político, por mais sincera que fosse sua fé. Curioso é que foi uma verdadeira revolução, no bom sentido político: o cristianismo que vivia por baixo, perseguido, foi guindado a uma posição que até ali era ocupada por aquele binômio látrico-político: substituiu ao mesmo tempo o culto pagão e o aulicismo, que eram fatos oficiais.

Estes, do mesmo passo, foram desautorizados, desativados, ficaram por baixo.

Mas não se pense que isso foi assim tão mecânico e automático: o culto pagão havia de estar radicado fundamentalmente na alma do Império e a religião cesária, o culto do Imperador, era um processo que tinha trezentos e tantos anos de permanência.

Só ingênuos haveriam de supor que um mero jamegão um édito Imperial mudaria de chofre esse quadro: não se mudam costumes milenares, fés antigas, tradicionais, por tais processos autoritários, a salvo de reações passivas, resistências manifestas mas reais.

Com a mudança dessa posição política, dessa correlação de forças, veio uma mudança muito maior, no plano mental, a começar pela linguagem, pelo vocabulário, pela semântica.

Religião, que foi um rótulo naturalmente cabível para os cristãos, pois o que eles formavam mesmo era uma religião, um partido, um grupo minoritário dentro do Império, passou a ter um outro entendimento, confundindo-se definitivamente com a idéia de culto.

Isso significou a perda de identidade do cristianismo, que adquiriu muitos acréscimos, muitas inovações, muitas deturpações, na medida em que, só por se chamar de religião de estado, religião do Império, viu-se na contingência de conviver com a maquina política e administrativa e participar da atmosfera moral oficial do colosso romano.

A palavra religião, em si, desnaturou-se e transitou, do significado que tinha, para um novo, identificando-se com a seita cristã, uma igreja, isto é, uma assembléia de pessoas, a ponto da, a partir daí, essas palavras terem-se tornado sinônimo de cristianismo.

Igreja procede de acclesia, que por sua vez resultava de eklesia, no grego. Significava puramente ajuntamento de gente, assembléia, fração de povo reunido. Podemos imaginar que fosse o aspecto físico, material, da coisa chamada religião.

Se esta era, na definição de Kardec, um laço moral que reunia homens, a esse grupo, de uma quantidade indeterminada de homens reunidos, deveria chamar-se ecclesia.

A ecclesia deveria estar para a religião como a limalha está para o imã: eram as pessoas atraídas pelo apelo ou influencia do fato gerador daquela religião, daquele laço social.

Mas depois de Constantino, essas diferenças se apagaram: o culto com toda sua sacralidade e materialidade espetaculosa, confundiu-se com a Igreja e com a

religião, resultando daí o seguinte: a desnaturação do evangelho, que recebeu uma letal transfusão de elementos estranhos, a ponto de ficar irreconhecível, na mudança semântica daqueles termos.

A Igreja surgiu como uma entidade nova, absorvendo todo o sentido da palavra, que já não apontava mais para um fato genérico mas sim para uma coisa muito particularizada, inconfundível – a nova religião de estado.

Religião, que era apenas uma categoria lógica, um rótulo para um fato social, ganhou nova dimensão – era a Igreja.

A partir daí, religião ficou sendo irremediavelmente latria, culto, a primeira religião nesse sentido que o mundo conheceu. E por uma vaidade incrível uma megalomania bem romana, arvorou-se num exclusivismo terrível – era a “religião por excelência”, a única religião possível e verdadeira.

Como o evangelho sustentava, na versão clerical, que só através de Jesus se iria ao Pai, bem como referia que tudo que a Igreja atasse ou desatasse, unisse ou desunisse (atar, unir é ligar, é religar e também, envolve o religio), seria confirmado no céu, então formou-se a idéia de que religião é que era o laço com Deus, o caminho para Deus, a união ou ligação com Deus.

Isso é uma construção puramente arbitraria, uma visão de partido, um produto de imaginação exaltada, mas é também – segundo entendo – um ato voluntário de deturpação, na medida em que essa ideologia fabricada se casava à maravilha com o dogma do pecado original.

Este dogma foi inventado em cima da lenda babilônica da expulsão do Paraíso. O primeiro casal, tendo sido banido, exilado, do Éden e da presença de Deus (pode-se sair da presença de Deus? Pode-se ser expulso para onde Deus não está? Existe isso – uma extraterritorialidade de Deus?), isso representava, no raciocínio dos teólogos, uma desligação, um corte, no estado anterior, de ligação com Deus como fato natural decorrente da criação.

É uma aberração isso: o Criador descrendo, pois a tanto vale pensar que se pode desligar, desfazer, estornar o nexa da criação.

Expulso o casal para um lugar impossível de existir (aonde Deus não estivesse), feito esse prodígio irrealizável, de des-criar o que foi criado, desligar o que é uma ligação indissolúvel com a criação – feita essa mágica toda, ficava a humanidade a ver navios, vivendo no mundo, que Deus havia criado mas aonde Ele não estava, não me perguntem porque.

A lógica nunca foi o forte da história sagrada mas ao cabo de tantos raciocínios confusos, sinuosos, pensou-se na religação, na reconciliação, na recondução dos fulanos exilados, de novo, ao seio do Criador e esse fato novo, essa anistia, foi chamada de religião, aproveitando uma vaga presença morfológica de “re-ligação”, uma segunda ligação, desfazendo a desligação e restabelecendo a ligação primitiva.

Fico fatigado de tanto acompanhar essa ginástica teológica mas é o que basta para mostrar uma ponta do processo obscuro que conduziu à fraude semântica, a transformação da palavra religião numa forma catequética de representar o dogma do pecado original, da expulsão do primeiro casal, da encarnação do verbo, da justificação do clero, dos sacramentos, enfim, de todo o universo dogmático e sacral.

O importante é fixar que a idéia de voltar a Deus, de ser reconduzido a seu convívio, de ser reconciliado ou religado ao Pai, embora o seu simpático apelo, seu charme natural, é positivamente falsa, pois implicaria na possibilidade irracional de se “sair de Deus”, de existir algum espaço “exterior a Deus”, onde Ele não fosse e não existisse, idéia que colide com o conceito inarredável de onipresença divina, do caráter infinito de tudo que lhe diz respeito.

Também sustentar que religião é a ligação com Deus é outro conceito falso, pois a ligação que temos com nosso Criador já é própria da Criação, o fato de sermos criaturas Dele. É um xaveco da Igreja essa alegação, aproveitando a sonoridade da palavra e aquela confusão semântica com a definição de Cícero.

Tão impossível como “sair de Deus”, permanecer “fora de Deus”, é a desligação da criação, essa descrição, algo impensável de fato.

E se não podemos desligar, ou descreir, a religação da religião é mero artifício sofisticado.

Em lugar de ser essa impossível e impensável “ligação com Deus”, religião era mesmo a ligação da união entre homens, consoante a definição de Rivail, pois que uma união social, civil, política.

Em definitivo, religião, no seu conceito puro e primitivo, a que Kardec chamou de “nato e verdadeiro”, não expressava senão o conceito de união social, portanto união entre pessoas, algo que se faz no plano humano mesmo, bem cheio de horizontalidade.

O culto, sim. A latria, sim, é que eram algo parecido com o que a Igreja inventou como tradução e etimologia de religião – uma ligação vertical, entre o plano humano e o divino.

Religião só referia o fato de pessoas concordarem em coabitar, conjuntar-se , conjugar-se, relacionar-se socialmente, conviver.

A fundação de Roma ocorreu precisamente nesses termos: os indivíduos que já habitavam o Lácio, numa decisão conjunta, dispuseram-se a fundar uma cidade que lhes servisse de abrigo, fortaleza, para proteção mútua.

Hão de primeiro ter escolhido o local, nele edificando algum tipo de abrigo, habitação, etc.. Mais tarde terá vindo a aldeia, a paliçada, os expedientes protetores.

Na esteira do tempo, terão vindo as muralhas, os arruamentos internos, e breve o primitivo acampamento já podia ser chamado de urbs, no latim, ou polis, em grego. Uma cidade, a civitas-tatis.

Viver na cidade é passar ao estado de cidadão, de urbano também. Mas é ser um cidadão, ainda, ter cidadania, o direito de viver na civitas, na cidade.

O conceito de civil deriva daí: a condição de cidadania. Pois que cidades tem habitantes, os cidadãos dela, segue-se que ali está o fato social, uma sociedade habita a polis, há ali dentro uma vida de relação.

Vida social importa em direitos e deveres, numa gama de implicações, numa densidade de relações, que podem ser chamadas de “políticas”, já que ocorrem no âmbito da polis.

Tal paisagem sugere a existência de hábitos, costumes, usos, tradições – é o que reza a palavra mós-moris, donde sai mores e moral. Moral é o que tem a ver com isso – significa hábitos, usos ordinários, repetitivos. O social acarreta o moral e este encaixa o fato legal.

Para regular costumes – mores – são indispensáveis leis (lex-legis), formuladas sob normas próprias, o jus-juris, o direito, que afinal representam uma ordenação moral (mos-moris) também.

Todos os dados básicos, como insumos fundamentais de qualquer sociedade, nação, comunidade, estão embutidos na palavra religião – o dado social, o legal, o moral, o civil, o jurídico.

A união faz a força – eis um caro provérbio romano. De fato, Roma fez-se pela união de indivíduos, mantém sua força pela persistência dessa união, dessa ligação – é a idéia-força da religião.

IMPORTÂNCIA DE NICÉIA

Esse foi apenas o primeiro de uma longa serie de outros concílios, que a pretexto de regulamentar, definir, ordenar, introduzir ordem, esclarecer, sistematizar, acabaram mesmo é matando o espírito do cristianismo, desencarnando da Igreja, nome que se oficializou, a alma generosa do evangelho.

Ficou só o corpo, o colosso totalitarista, cada vez mais identificado com o Império Romano, de quem herdou a língua, o latim, a divisão administrativa e os costumes (cúria, diocese, prefeituras, províncias e tudo mais).

Pedimos que leiam Emmanuel em “Emmanuel – Dissertações Mediúnicas”... ninguém melhor que ele, nessa sua primeira fase, de que temos saudades, para descrever o que foi o espantoso chorrilho de novidades, deturpações e falsificações, decretado concilio apos concilio, até chegar ao ponto pasmoso, culminante, da decretação da infalibilidade papal, em 1870.

O ramo látrico se serviu, campeou livremente, sufocando o ramo sófico, de Orígenes, Clemente, Tertuliano, Paulo de Tarso....

Só ingênuos incuráveis podem pensar que um jamegão imperial num édito poderia mudar da noite para o dia toda a estrutura de um mundo como o Império Romano.

Que o paganismo se dissolvesse, como um grupo de trabalho após a portaria de um diretor. Os clérigos pagãos, toda a montagem complexa, material e administrativa, as resistências, a fé até sincera nos deuses, nada disso poderia, num passe de mágica, acabar de estalo.

Os cristãos fundiram a estatua de Zeus ou Júpiter Capitolino e fizeram dela a estatua de Pedro. Derrubaram o templo no Vaticano e ergueram ali o símbolo máximo da igreja, mas não conseguiram nada alem de uma monumental vitória de Pirro.

Os vencidos, no caso o paganismo, absorveram os vencedores, impondo-lhes todas as regras de conduta. O cristianismo chegou, sim, a passar a limpo a cultura, as artes, o pensamento pagão, criando novos instrumentos e elementos de expressão.

Mas não independentes, não autônomos, mas subordinados ao passado que nominalmente se repudiava. Não conseguiram pensar diferente, em moldes autênticos, originais. Apenas reformaram uma casa velha, restaurando-as com modificações sensíveis, mas era uma casa velha reformada, não uma nova edificação.

Pedia-se, como se pede agora aos espíritas, o destemor de romper com o passado recente e obedecer a Jesus, o mestre dos mestres da Sofia, pondo o vinho novo do cristianismo no odre novo de instituições legítimas.

Mas não, por preguiça ou por que fosse, verteram o espírito generoso no vaso imundo e antigo, perdendo-o. Jesus continuara seus lembretes carinhosos: “não se Poe remendo novo em roupa velha, pois perdem-se ambos”... pois foi justamente o que os cristãos fizeram.

Hoje, são de grande atualidade e utilidade estes modestos lembramentos. Espíritas, somos herdeiros do mesmo grande problema, temos de criar um tipo novo de pensamento e ação, num traçado que evite os escombros e o campo minado das construções anteriores.

Mas até aqui, em cem anos de espiritismo brasileiro, só fizemos repetir desacertos: deixamos que o joio do religiosismo medrasse e viçasse, agora ameaça afogar o trigo doutrinário. Quando surgiu a época dos entendimentos associativos, - seriam “religionários”, no sentido filosófico, de associação de iguais – deixamos que a erva daninha da hegemonia de instituições e pessoas reproduzisse a história do papado e dos concílios.

Cada congresso, cada encontro, cada passo federativo, é como um equilibrista na corda bamba da história.

Mais e mais se impõe os desacertos de comunidade: minimização e esvaziamento do sentido sófico do espiritismo, com crescimento e predomínio indébito do sentido látrico.

Gigantismo e prevalência da justiça, nos negócios federativos, com esquecimento da missão histórica do espiritismo, que é educar, libertar, pelo conhecimento da verdade.

Não cultivar.

Quem tiver olhos de ver, que repare em torno. Mais e mais apertam-se os laços da perda da liberdade doutrinária, substituída por enquadramentos e austeridades e moralismos irrazoáveis.

O religiosismo pretende tudo submeter a sua batuta, pondo em andamento místico e piedoso, através de inovações e deturpações, como essa que representa a trilogia de Kardec falsificada em seu terceiro termo, trocado de “moral” para “religião”.

Ou como quando muda o nome das escolas de espiritismo infanto-juvenil para “evangelização”, sem discussão ampla com a comunidade.

Como quando chama de “culto” às conversações simples, na intimidade doméstica, numa sacralização ousada.

Finalmente quando pespega o rótulo descabido de Pentateuco – o Torah judaico – nos livros da kardequiana, obra pedagógica por excelência.

O MESTRE SUBLIME

Convém recordar alguma coisa do cristianismo e a sociedade judaica, bem com a sociedade romana.

Houve alguma dificuldade em assimilar Jesus, por parte da sociedade judaica.

A estrutura hierática, isto é, o clero, não podia abertamente repudia-lo, pois havia a promessa do Messias e todas aquelas profecias e predições, os fatos marcante, diferentes, que assinalavam aquele Rabi.

Mas, cedo, ficou visto que Jesus não era um dócil instrumento de pretensões sacerdotais, muito mais políticas, visando a libertação do jugo romano, para substituí-lo pelo seu próprio jugo.

O poder látrico não se entendia bem com o poder político, que era sustentado pelo invasor romano. Só se reconciliaram para, juntos, enfrentarem o perigo que era Jesus.

A realeza e o clero estavam separados, coisa estranha para um proposta tão teocrática quanto a vida judaica, desde o tempo que se chamavam de hebreus.

Jesus não coadunava com o papel que os restauracionistas lhe assinavam. Viera para operar uma revolução moral, não para um simples e burocrático papel messiânico.

Sua visão das relações com Deus era desconfortável para a ortodoxia.

Sua concepção do que devia ser a sociedade era incomoda, para os beneficiários da injustiça social vigente.

Tudo em Jesus incomodava, não só aos poderosos e a casta clerical, mas ao povo também, por incrível que pareça, pois onde esperavam um taumaturgo,

milagreiro, surgia um educador, apelando para reformas do “eu”, renunciando a pequenos regalos e autoconcessões indulgentes, pedindo austeridade e disciplina.

Afinal, que queria o Rabi? Reformar o culto existente? Chamar à ordem os principais da sociedade, os poderosos, fazendo justiça ao povo espezinhado? Pretendia libertar Israel e por a correr os romanos opressores? Meter em brios o poder político real e dos partidos, tornando mais respirável a vida dos humildes?

Nada disso. Falava de um reino que não era deste mundo, onde havia justiça perfeita, mas aqui, por enquanto, ainda não.

Ensinava, todavia, como começar a montar o quebra-cabeças desse futuro mundo humano, à semelhança do outro, onde era seu reino.

Possuía a vida lecionando o modo de operar a construção desse mundo melhor, que exigiria sacrifícios e renunciando incríveis.

Era um legítimo representante do ramo sófico, do filo da sophoós, um mestre de sabedoria, único título que aceitou.

Aliás, era a única fonte donde emanava essa sabedoria que tantos outros mestres sóficos, antes e depois dele, souberam personificar.

Kardec, em “o Evangelho Segundo o Espiritismo” – Introdução, faz uma inteligente remissão do Evangelho à obra precursora de Sócrates e Platão. Ousaríamos agregar se figuras de Buda, Pitágoras, o próprio Aristóteles, os sublimes mahatmas e gurus, os filósofos chineses, Krisma, todos aqueles homens que, antes de Jesus, a história guardou como que um elenco de figurantes, onde o Excelso Pedagogo com uma projeção solar.

O ramo oposto, o látrico, e que sem motivos plausíveis sempre desadorou a racionalidade, logo agrediu o representante da racionalidade plena e matou-lhe a figura humana, com o concurso da indiferença de Roma por todas as questões acima do nível de seus capacetes.

Práticos, avessos a esquentar a cabeça, materialões, os romanos ajudaram a filo látrico a esmagar, uma vez mais, o ramo sófico.

Fora das piedosas explicações da história sagrada, não há dúvida que o drama espantoso do Calvário foi produto de naturalíssimos esquemas humanos: luta pelo poder, politiquices, exploração sacerdotal da ingenuidade de um reformista utópico, o ex-comerciante de Keriath, que amava muito a Jesus e a seu povo, querendo vê-los exaltados, promovidos, valorizados.

Não deve ter sido difícil, aos planejadores siderais, a organização dessa verdadeira rede P.E.R.T. que são as profecias, com relação ao drama de Jerusalém,

pois trabalharam com muitas constantes e poucas variáveis. Toda vez que um mestre educador, um representante da sabedoria e da racionalidade, se propuser a adversar o conjunto poder da política e da religião, terminará exatamente assim, morto e depreciado. Sempre aparecerão como elementos indefectíveis, o povo ignaro e volúvel, a casta militar e o poder econômico, a serviço do continuísmo, da preservação do “stablishment”.

E haverá o eterno romântico idealistas disponível, para sonhar e conspirar suas utopias.

Durante algum tempo reinou a perplexidade em Jerusalém. Que é que se ia fazer agora? Pedro e seu pequeno grupo de aturdidos apóstolos fixaram-se na famosa casinha, à beira do caminho. Nem nome tinham, eram os seguidores do carpinteiro, mais tarde foram chamados de caminheiros, homens do caminho.

Não constituíam uma látria nova, nem mesmo uma forma mutante do culto oficial. Eram positivamente coisa nenhuma, entre os israelitas, senão sequazes de um carpinteiro, que zombara da lei, um díscolo da fé, um impostor, que havia sido justificado, morrendo entre dois ladrões.

Seria preciso viajar até Roma para entender o eles eram, dar-lhes um rótulo condigno. Eram um religionis, no vocabulário romano, indubitavelmente.

Formavam um grupo, isto é, uma assembléia ou eclésia, igreja. Isso tudo no sentido laico, profano, à moda romana.

Ligava-os uma firme crença numa coisa bem definida, comum a todos: Jesus. Podia desabar lá fora, Jesus era a única realidade tangível.

Laços de amor e fraternidade, de solidariedade incrível, conjuntavam o frágil grupo e isso introduzia fenômenos espirituais notáveis, de voz direta, curas, prodígios sobre prodígios, atestando que a crença em Cristo-Jesus não era um ludibrio, era para valer.

Desde o dia de Pentecostes, com seus admiráveis sucessos, haviam entendido que Jesus não falara apenas por falar, quando dissera: “...eu estarei convosco”... “onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome...”.

Passa o tempo e Lucas, mu romano, vem em socorro de suas necessidade de etiquetagem: chama-os de cristãos. Mais tarde os romanos irão conhecer o religio dos cristãos.

Nada disso tudo tinha realmente a ver com o chamado ramo látrico, pois não eram um culto no sentido formal, embora sustentassem (cultivassem a memória e os ensinamentos de Jesus, com imenso carinho e amor, vendo, todos os dias, fatos

irrecusáveis que atestavam a presença do Excelso Amigo naquela igreja à beira do caminho.

O APÓSTOLO

Surge o famoso impasse entre Paulo e Tiago. Chamado a portas de Damasco, por Jesus em pessoa, depois de tenebrosas peripécias que custaram a vida a Estevão e Abigail, bem como a centenas de humildes anônimos, Paulo adquire uma lucidez e maturidade notáveis e antevê os botes e ciladas do ramo látrico, do poder sacerdotal, e dos fariseus, visando a matar no nascedouro o grupo cristão.

Em seus tempos de anticristianismo, ao varejar a pequena igreja, numa diligência espetaculosa, Paulo havia deparado com um homem assustado que, à moda dos mais zelosos crentes, lia de joelhos, em preces de fé sincera, os rolos da lei, o Torah ou Pentateuco, bem como os profetas.

Isso sobresteve o irritado perseguidor, que deixou livre esse piedoso seguidor mosaico, embora fosse cristão. Era Tiago.

Pedro, na mesma oportunidade, fora preso e só se libertara por intervenção paranormal, que desferrolhara as portas da cela, para espanto de todos.

Tiago, vendo isso, tornou-se extremamente devoto, avesso a qualquer abertura de pensamentos, totalmente confinado ao misticismo israelita.

Começa ali, mais uma vez, no confronto entre o valente convertido de Damasco, e do devocional e místico Tiago, um novo reencontro do duelo entre a latria e o sofós.

Embora o evangelho não fosse, nem de longe, uma seita do judaísmo, este achou-se no direito de impor-lhe enquadramentos, gostosamente aceitos por Tiago, em sua miopia religiosista.

Circuncisão, abstenção de alimentos impuros, abluções rituais, elitismo quanto aos gentios, mascaramento e distorção dos pensamentos genuínos de Jesus, tudo es fazia para abafar a religio dos cristãos, para fazer dali um culto látrico, o ritualismo sagrado comum ao latrismo dos judeus.

Paulo insurgiu-se e apelou para Pedro, que tolhido por respeitáveis escrúpulos de consciência, caiu na famosa “terceira posição”, aquela do “...até pelo contrário”.

Ficou em cima do muro, sem se definir.

Necessidades materiais, dependência até econômica, jungiam o grupinho humilde à poderosa influência da comunidade judaica. Paulo tinha razão, doutrinariamente, mas ninguém podia viver só de razões, e havia os velinhos, os doentes, os “filhos do calvário”, na delicada expressão da bem-amada Abigail...

Então Paulo toma a atitude que o imortalizou. Rompe com o ramo látrico, congela Tiago e parte numa dupla campanha, trabalhando e angariando recursos entre os gentios para independê-la financeiramente a igreja de Jerusalém, ao mesmo tempo que divulga sua visão do cristianismo autêntico, um evangelho desvinculado de tutelas asfixiantes.

Que tivesse um pensamento próprio, não o religiosismo herdado do judaísmo. Grafa as suas epístolas, onde brilham até hoje, incompreendidas as gemas de surpreendentes conceitos, que muito se parecem com lições feitas de encomenda para o espiritismo atual.

As epístolas de Paulo são poderosas acumuladas de informação, concentrações de sabedoria, que na opinião de Emmanuel, devem receber toda atenção dos estudiosos.

Mas que, infelizmente, apenas são visualizadas com material místico, de fundo devocional.

Enquanto o cristianismo se expandia, e começava a receber contaminações e influências ideológicas, Paulo doutrinava, tentando opor, às simplificações emocionais da fé, os exercícios intelectuais, os apelos à racionalidade.

Perfeito conhecedor da pilha cultural, do nível de conhecimento do seu tempo, atua, no cristianismo crescente, como mais tarde irá fazer Allan Kardec, como um sistematizador, um organizador doutrinário, um processador informático humano.

Para entender Paulo, na melhor que “Paulo e Estevão” de Emmanuel. Ninguém me tira da cabeça que o papel relevante de Paulo, na organização da religião cristã, era de fato o que caberia a Judas, se este não tivesse suicidado.

O articulador político que era o infeliz companheiro de Kerioth, teria se expandido aí e não lhe teria sido difícil superar a o arquitrauma de sua suposta traição (na verdade foi traído, não um traidor), redimindo-se nas lutas e sacrifícios ao lado de seus companheiros.

Pedro negara Jesus, apavorado, por três vezes. Tiago havia-se comprometido seriamente com o judaísmo, arriscando a pureza doutrinária do movimento.

Por que não Judas? Claro que não podia competir com o saber universalista de Paulo, mas haveria um lugar relevante para ele nessa difícil e crítica fase, onde se precisa saber vencer.

Em lugar dele, porém, Paulo conseguia delir a fase criminosa de sua vida (Judas era um santo perto do truculento torturador que fora o ex-rabino), literalmente morrendo, para que nele o Cristo pudesse viver. “Já não sou eu quem vive, mas o Cristo quem vive em mim”.

A história de Paulo é a história do heroísmo de um mestre da sófia, chamado a defender o cristianismo contra os arreganhos da latria, como mais tarde o farão, também, Clemente e Tertuliano, orígenes e demais filósofos patrísticos, neoplatônicos que sustentaram a idéia da reencarnação com denodo, para serem vencidos pelo rolo compressor do ramo religiosista, isto é, o poder látrico.

Mesmo a controvertida questão da predestinação do “vasos predestinados para a floria ou imundície”, que indispõe tantos espíritas contra Paulo, é preciso convir que, sob certo enfoque, o ex-rabino estava certo.

De fato não há fatalismo, Deus não faz destinos fixos, imutáveis, o que seria injusto.

Todavia, tomando como ponto de referência o curto período de uma encarnação, o programa ou projeto de vida organizado com relação a uma existência, temos que reconhecer que há alguma predestinação.

Sexo, posição social, possibilidades econômicas e até nível de lucidez mental, são parte de um mapa de concessões que são feitas ao individuo reencarnante, o determinismo de sua futura existência, dentro do qual irá rolar, no seu incontestável livre arbítrio subjetivo, como um permanente lutador contra a adversidade.

Ninguém renasce a esmo, aereamente, sem previsão nem objetivos preestabelecidos. Isso configura predestinação, na sua legítima significação de “destino previamente organizado”.

Pois o que se chama de destino nada mais é do que um sofisticado e complexo mapa de programação de recursos e eventos, em escala de tempo e oportunidade, passível de revisão e reciclagem.

A começar pelos insumos cromossômicos e a terminar por coisas tão aleatórias com as condições climáticas, o homem em grande parte é predeterminado, no seu “hardware” psicofisiológico, no seu “firmware” de alimentação e educação, no seu “software” de livre arbítrio.

Paulo permanece com a grande figura histórica do cristianismo. Mais do que Pedro, como um porta-voz sófico do pensamento de Jesus, o ex-aluno de Gamaliel é o verdadeiro mentor intelectual da religião cristã.

Quando o cristianismo chegou a Roma, foi logo causando sensação. Paulo, aquele judeu esquisito, havia ousado apelar para César. Na audiência, assombrara Nero, dizendo coisas inauditas.

A Imperatriz Popéia apadrinhara a causa do destemido pregador e seu irresoluto marido, remirando-o através da esmeralda polida, que lhe atenuava a grande miopia, havia sussurrado, imperceptivelmente a Tigenius, o sombrio prefeito dos pretorianos, as providências a serem tomadas.

Aquele homem parecia perigoso. Por detrás dele por certo enfileiravam-se nomes prestigiosos, influentes. Convinha contemporizar. Liberdade agora e, depois... Mataram-no em seguida, juntamente com Pedro.

Mas muito antes desse episódio, em que o campeão da sófia defrontava o detentor do poder político e militar, o cristianismo havia chegado em Roma, com a dianteira de bem uns trinta anos.

Todo esse tempo os romanos tinham quebrado a cabeça com aquela novidade inassimilável. Que coisa era aquela? Havia muito que os cristãos pareciam um enigma extravagante. Não eram um mistério, isto é, um culto, nem sequer uma escola de filósofos; pareciam mais uma seita de judeus, supersticiosos, e corria à boca pequena que adoravam um deus com cabeça de burro a quem sacrificavam criancinhas.

“religião de judeus e escravos...”, irá deles dizer Plínio, mais tarde. Sem dúvida que eram um grupo (Eclésia) e tinham um jeito só deles de viver (religio). A religião dos cristãos. O que era, o que pretendia? Ninguém sabia.

Os romanos não eram intolerantes em matéria de cultos e fés. Os mais exóticos, de origem oriental, eram prontamente ambientados, como os da Mãe Isis, o de Amon Rá, de Seràpis, vindo da terra das pirâmides. Por esse lado não há explicação plausível para a grande reação de repúdio e intolerância que começou, ostensivamente, quando foram acusados do incêndio de Roma e se prolongou por mais de trezentos anos.

Embora Emmanuel, testemunha ocular de tudo, esclareça que muito antes disso os cristãos já morriam, dissimulados como criminosos comuns.

Os romanos não só eram promíscuos em matéria de fés, como de uma incrível indiferença por tudo que fosse mais consistente, exigisse pensar.

Eminentemente práticos, descomplicados, tranqüilos, em sua vidinha dissoluta, haviam deixado para trás todas as glórias e heróicas tradições da moral pública, do direito e do dever. Havia atingido já aquela fase que derivaria, irreversivelmente, para a decadência e a destruição, cinco séculos depois.

A depravação e aviltamento chegaram a cúmulos incríveis, assim entre as elites, quanto à plebe, de uma ignorância e brutalidade incompreensíveis. Costuma-se discutir muito sobre o fim de Roma, mas, além da explicação muito acadiana de que acabou porque se esgotou o seu gás, naturalmente, resta acrescentar que muito contribuiu para esse esgotamento, tornando-o prematuro, o luxo importado, o amolecimento, o hedonismo infrene, a ânsia de gozar a qualquer custo, fruto da inflação de comodidades e facilidades, graças às rapinas e espoliações no mundo inteiro.

Essa é a opinião de Emmanuel.

A sociedade superior, tinha os escravos para fazer tudo, portanto entregou-se à lassidão e à improdutividade totais, e mais, a um aviltamento de costumes realmente espantoso.

Os escravos eram o motor e o combustível de Roma. Por outro lado, era esta uma sociedade de roubo, de pilhagem, de rapinagem organizada, graças à qual sobrevivia.

Para que continuasse, não podiam faltar escravos nem bens expropriados de seus legítimos donos. Por isso, entenda-se bem, os cristãos foram perseguidos, pois formavam uma exceção de pureza. De recato, de sensatez, sob todos os aspectos, no carnaval de excessos generalizados.

Pregavam a fraternidade, dos homens e povos, sua igualdade absoluta diante de Deus e seu direito à liberdade.

Precisava mais? Ser pacífico entre belicosos; ser puro, entre lascivos e sensuais; honrado entre patifes; respeitador entre rapinantes; libertário entre conquistadores, predadores e exploradores, é querer realmente morrer mais cedo.

Levadas às últimas conseqüências as suas idéias democráticas, mas democráticas mesmo, não daquela democracia fechada, “relativa” dos gregos, que excluía quem não fosse “da casa”, postas em prática, efetivamente, essas concepções libertárias, avançadas, dos cristãos, Roma demoraria, com demorou, pois sem escravos e proibida de prosseguir em suas guerras de conquista, na sua pirataria inconcebível, não teria sentido a aventura romana.

Por isso, pressentindo naquela religião e naquela Eclésia, tão frágeis, mas tão ameaçadoras e perigosas, o seu fim próximo, Roma em peso congregou-se contra elas, somando o elemento hierático, dos cultos e mistérios, que se viam arriscados, mais os negociantes, os latifundiários, os autocratas e os militares, o povo em geral, que via periclitarem seus bárbaros costumes, seus deleitezinhos calhordas.

O cristianismo não era mistério, quando muito seria uma religião de partidários de uma filosofia impopular, das muitas que pululavam em Roma, com os estóicos, os epicuristas, os cínicos e peripatéticos, os gimnosofistas, toda a contracultura da época.

Mas acontece que tais grupos filosóficos não proliferavam tanto assim, não arrastavam multidões, ficavam confinados a pequenos ajuntamentos inexpressivos. Os cristãos impressionavam pelo volume numérico. Opunham-se a coisas importantes, fundamentos da estabilidade de Roma, fonte de seu poder.

Eram subversivos, eram “inimigos do gênero humano”, a pior acusação admitida entre os romanos. Não tinham deuses, ídolos, templos, sacerdotes, cerimônias espetaculosas de culto externo.

Apenas costumes simples, ingênuos, inconstantes: comentários de textos incompreensíveis, as anotações de um certo Levi, de um médico chamado Lucas, epístolas de um doutor de Lei, girando em torno de um alucinado que morrera crucificado como inimigo de César.

Impunham as mãos, distribuía água pura, após orações singelas. Faziam um repasto modestíssimo, o ágape fraterno, após; amavam-se com grande carinho, uns aos outros, não tinham ambições nem haveres, que doavam, ao entrar para a Igreja, desprendidamente.

Perseguidos, não reagiram, caíram na clandestinidade. Os que eram apanhados, morriam sob inenarráveis atrocidades, verdadeiras loucuras coletivas de ódio sem motivo algum, nas garras e colmilhos de feras terríveis, queimados como tochas vivas.

E morriam cantando... e marchavam firmes, audazes, sem nenhuma covardia, para a morte, como coortes disciplinadas, em operação de guerra. Acusados por Roma, a senhora do mundo, preferiam morrer a abjurar.

Quando em liberdade, nas sombras da clandestinidade, subsistiam sob uma forma diversa de religionamento: como membros de cooperativas funerárias, nas catacumbas, outro tipo de religio-nis. Mesmo aí, foram perseguidos, porque não sacrificavam aos deuses, não respeitavam a figura divina do Imperador, deus

também, pelo culto augustal. Em linguagem atual, não foi tanto uma intolerância religiosa, pois não eram concorrentes dos cultos de então.

Foi um choque cultural, pondo-os fora da lei, fazendo deles subversivos. Eram uma ideologia adversa, um segmento social que comprometia o modelo econômico, a paz social, a estabilidade política.

Depois, então, foi Constantino, a revolução semântica, a reviravolta vocabular, os costumes cambiados, mas isso já foi contado.

Para compreender bem o que foi a transição do paganismo para o cristianismo, em que as palavras religião e igreja mudaram de lado, de significado, é preciso ler Emmanuel e, “Dissertações Mediúnicas”, um livro que o movimento começa a esquecer.

Ali se mede a surpreendente realidade daquele conceito de Leon Denis, repetido por Néio Lúcio: “...religiões são como gotas de orvalho; na corola do lírio – diamante celeste; caídas no chão, pingos lamacentos...”.

A idéia pura, os ensinamentos de Jesus, foram asfixiados por um número incrível de adições e desfigurações, restando muito pouco da simplicidade original.

Assim como as almas, as idéias também desencarnam e, após um tempo erráticas, voltam a “reencarnar” noutra ambiente, noutra época, noutra corpo de circunstâncias históricas, assumindo nova tipicidade.

Foi assim com o cristianismo, tomado como sinônimo de idéia para o Mestre inolvidável. Desencarnou da Igreja por absoluta falta de condições vitais e, após uns tantos séculos, reapareceu sob a rotulagem de espiritismo.

Hoje, o que se chama de cristianismo e cristandade, moral cristã, Igreja cristã, nada mais tem a ver com o passado, são os mistérios e culto recauchutados, puramente látricos, místicos, rituais.

Mas a iseia generosa e pura, a sabedoria do Cristo, reaparece em nova apresentação, revestindo a tríplice natureza da ciência, filosofia e moral. Pertence iniludivelmente ao ramo da sabedoria, o filo sófico, por mais que o cultualismo, o religiosismo, o tentem enquadrar.

É corrente que, quem muito quer provar, nada prova realmente. Correndo embora esse risco vamos começar a navegar, doravante, em mares agitados. Tal como o cristianismo, que foi soterrado sob um aluvião de contrafações e invenções, o espiritismo está sendo alvo de uma persistente e dissimulada sucessão de pequenas mudanças, como aquelas que por mais de uma vez referimos.

A Igreja de Roma adaptou do mitraísmo, latria pérsica, a data do nascimento de Jesus. Jesus jamais nasceu no dia e mês em que hoje comemoramos o Natal. Quem nascia nessa data era o Deus Mitra, encarnação da luz e do bem. O dogma da Santíssima Trindade não passa do trimurti do bramismo, Brahma, Siva e Vichnu.

A mariolatria, o culto da Mãe Santíssima, de Maria, Mãe das Mães, com muita ênfase no epíteto de Virgem Santíssima, nada mais é do que um “ersatz”, isto é, um sucedâneo do culto da Mãe Isis e da Boa Deusa dos romanos.

O culto dos santos é a continuação da idolatria dos cultos e mistérios; o rosário católico é a “roda de rezar” budista, donde vieram outras coisas: o habito, a tonsura, o celibato, também conhecidos do clero mistérico.

No fim de tudo, o que restou de Jesus e sua doutrina?

A POSIÇÃO DE KARDEC

A codificação é, no seu contexto, tão explícita, tão clara, que me pergunto como pode haver alguma dúvida sobre as transparentes colocações de Kardec.

Este nunca deixou de pautar-se por três constantes, de que não se desviava: a) jamais chamava o espiritismo de religião; b) repreendia, refutava, animoso até, em polêmicas, os que insistiam em dar à doutrina tal rotulação; e c) ele mesmo só chamava o espiritismo de ciência ou doutrina, adjetivando esses substantivos de modo variado, mas sempre como matéria científica, filosófica e moral.

Por vezes, no que era acompanhado pelos Espíritos, concedia-lhe o epíteto de “laço”. Laço social, laço moral, laço sublime, era como às vezes chamava o espiritismo. Que quer dizer?

Temos de repristinar, isto é, voltar ao começo da civilização ocidental, aos costumes e à cultura de Roma, à fonte da latinidade, para surpreender a prístina, primitiva, original acepção da palavra religião: tinha para os romanos, no latim, a significação de “nó” ou “laço”.

Quando Kardec recusava-se obstinadamente – e era irredutível nisso – a chamar de religião ao espiritismo, era ao vocábulo que objetava, pelo rumo que tomou, no curso dos séculos.

Mas não desadorava o conceito natural, nativo, que esse vocábulo expressava em tão priscas eras: o de laço moral, laço social, principio da união civil e política. nos Prolegômenos d'O livro dos Espíritos, em seus últimos parágrafos, há

a referência ao caráter de “laço fraternal que envolverá o mundo inteiro”. É o velho conceito romano, e religio-religionis, antes que a palavra fosse desnaturada, descambando para o significado de culto que estadeia hoje.

Na Revista Espírita de 1858, paginas 208/210, vol. 1 (coleção EDICEL), há uma carta de um certo Marius M. De Bordéus, que pede licença a Kardec para chamá-lo de confrade e conceitua que “a doutrina deve ser um laço fraternal entre todos que a compreendem e a praticam”.

Kardec retribui a essa conceituação com um lanço antológico que vale a pena transcrever:

“Com efeito o espiritismo é um laço fraternal, que deve conduzir à prática da verdadeira caridade cristã todos os que a compreendem na sua essência, porque tende a fazer desaparecer os sentimentos de ódio, inveja e ciúme, que dividem os homens”.

Faz notar uma importante diferença, numa ressalva necessária:

“Mas esta fraternidade não será a de uma seita; para ser segundo os divinos preceitos de Cristo, deve abarcar a humanidade inteira, pois todos os homens são filhos de Deus...”.

Aí esta estampada, cruamente, a utilização do conceito natural de religio-religionis (nó, laço, nexos, relação social), com clara exclusão do outro sentido, o sobrenatural, que a palavra tomou depois, que implica o significado de culto e seita.

Nenhum culto, por mais hegemônico que seja, logrou jamais envolver a humanidade inteira. Todos se quedaram, sem exceção, detidos por limitações e partições geográficas, culturais, políticas, raciais, nacionais, lingüísticas.

Também nos prolegômenos, há a declaração de que ali está uma filosofia racional, isenta dos prejuízos do espírito de sistema, vale dizer, do dogmatismo.

Sem dogmatismo, que é o espírito de sistema; sem o sectarismo, que é o espírito de seita, como pode alguém enxergar aquela doutrina, que é um laço natural, nunca sobrenatural, feito de fatos e princípios, como sendo um culto religioso?

Ao cabo de um ano, ei-lo às voltas com um afoito Abade, François Chesnel, que pelas paginas de L’Univers, chamara o espiritismo de “uma nova religião de Paris”.

Na Revista de 1859, paginas 141 a 150 e 211 a 213, está documentada a forte reação de Rivail a esse fato.

“Os fatos protestam contra essa qualificação”, principia (pg. 150).

“Em segundo lugar, é o espiritismo uma religião?”.

“Fácil é demonstrar o contrário” (pg. 148).

“Seu verdadeiro caráter é o de uma ciência, não o de uma religião” (idem).

“...tem conseqüências morais, como todas as ciências filosóficas” (idem).

“O espiritismo não é, pois, uma religião. Do contrario teria seu culto, seus templos, seus ministros” (idem).

O Abade havia-se louvado, para aquela qualificação (de religião), no fato de os espíritas orarem a Deus em suas reuniões.

Kardec protesta:

“Que prova isto?”.

“Que não somos ateus. Mas de modo algum implica que sejamos adeptos de uma religião” (p. 149).

Antes havia assinalado o fato incrível de que, entre os adeptos do espiritismo, havia profíctentes de todas as religiões e seitas: católicos, protestantes, israelitas, muçulmanos, budistas e bramanistas.

Quer dizer, eram religiosos por suas crenças em diversas religiões, no sentido de culto que esta palavra tem. Mas isso não se aplicava à sua adesão ao espiritismo, que não é uma religião no mesmo sentido, apenas um laço social, religando todos os que compreendem e praticam a doutrina, formando uma comunidade multirracial, multinacional, multilingüe, multiconfessional, uma perfeita antecipação do que seria um Esperanto, por exemplo, isto é, um fato muito abrangente que supera todas as partições e divisões humanas.

Por tudo isso, sabe-se qual era a permanente posição do Mestre, primeiro quanto ao espiritismo, segundo, quanto aos que vivam a chamar a este do que não é.

Essa polemica foi rumorosa. Teve replica do Abade. Kardec respondeu-lhe, também está nas paginas 211/213 do mesmo volume.

Explicita ali que “...o Abade Chesnel se esforça sempre por provar que o espiritismo é, deve ser e não pode deixar de ser senão uma religião nova, porque não decorre de uma filosofia e porque nele nos ocupamos da constituição moral e física dos mundos”.

E argumenta: “Sob esse aspecto, todas as filosofias seriam religiões” (pg. 211/212).

E repreende-os: “Realmente, senhor Abade, é abusar do direito de interpretar as palavras...” (...) “...Se, entretanto, o quiserdes elevar a todo custo ao plano de uma religião, vós o atirais num caminho novo” (213).

Para Kardec, o espiritismo era uma ciência filosófica que, longe de abafar as idéias religiosas, como fazem quase todas as suas congêneres, despertava aquelas idéias nas pessoas.

Mas isso, evidentemente, sem nunca se confundir com as religiões, isto é, os cultos, de cuja natureza não participa.

Essa polemica teve efeitos benéficos: ajudou a vender o resto da primeira edição d’O Livro dos Espíritos, que estava meio encalhada. É o que Kardec revela em 1860 (pg. 4 do vol. 3 da Revista).

Mas em 1861, no vol. 4 pg. 13, Kardec responde a Georges Gandy, diretor do *Lê Bibliographie Catolique*, um detrator da doutrina:

“Quereis a toda força, que o espiritismo seja uma seita, quando se aspira ao título de ciência moral e filosófica, que respeita todas as crenças sinceras”.

Estava lançada, de modo claro, a trilogia kardequiana: ciência, filosofia e moral.

Se a Igreja fraudou o significado-chave da civilização ocidental, inventando uma tradução inveraz, Kardec representou a restauração da verdade – não fosse ele o preposto do Espírito de Verdade.

Aquela pagina 356 do vol. 11 da Revista Espírita, está carregada de eletricidade. Ali se repristina, volta-se, está-se remontando ao começo da civilização ocidental, num reencontro da cultura mundial com suas fontes.

No seu estado natural, nativo, com que nasceu, a palavra religião era só isso – laço que reúne homens, que os aproxima, laço de substancia moral, feito de costumes espontaneamente assumidos e livremente mantidos e aceitos. Numa palavra – contrato social.

Religião ao natural é isso, tal é a religião natural a que o Espírito da Verdade aludiu um dia. Pois que isso o espiritismo é, um laço entre homens, laço feito de conhecimentos, noções, de habituações, convivências, hauridas nos fatos, nenhum mal haveria em ser pensado como aquele fato que antigamente se chamava de religião.

Um dia os cristãos foram chamados pelos romanos de religião também. O espiritismo, pelo fato de reconhecer-se uma religião, nesse sentido puro e natural, mostraria sua identidade com o cristianismo, uma identificação apenas ideal e lógica,

entenda-se, já que historicamente não há entre os dois vínculo algum. Um não procede do outro.

Todavia, é impossível proclamar essa identidade através de tal palavra, pois ele está irremediavelmente comprometida, envenenada pelo tóxico da prepotência, da fraude, que a tismou, de modo fatal, com o nivelamento com os cultos.

Chamado de religião, o espiritismo só parecia ser um culto aos olhos do povo e isso ele não é, não pode ser assim referido.

Por isso Kardec produz aquela explicação, na página 357 daquela obra, admitindo o óbvio, de que a doutrina espírita funciona como um laço entre os adeptos, identificando-os, solidarizando-os, não por pressões ou injunções, mas com base em leis naturais: a estima, a benevolência mútua, a fraternidade, a comunidade de conhecimentos e disposições.

É o sentido filosófico da palavra religião que está em jogo. Mas nem assim pode ainda a doutrina ser taxada de religião. Outros motivos poderosos impedem-no. Por isso Kardec descarta, de vez, qualquer aplicação da palavra para que o entendimento do povo não seja confundido.

E é isso que os seus seguidores devem fazer: atender a Kardec, não chamar o espiritismo de religião nem mesmo no sentido relativo, filosófico.

Pode-se perguntar por que Kardec não silenciou, quando teria sido fácil fazê-lo, já que omitira aquela declaração durante todo o tempo que durara a Codificação.

Por que rompeu seu silêncio a cinco meses de sua desencarnação? Foi seguramente o seu permanente compromisso com a verdade que ditou aquela manifestação.

Ao cunhar o nome de “espiritismo”, havia já decretado a necessidade futura de, a qualquer tempo, dar aquela explicação.

Ismo é um sufixo que impõe a idéia de religião, no seu sentido filosófico original, de relação, de associação.

Já vimos diversos tipos de ismos, repartidos entre os que são laicos e religiosos. Evidente que pertencem a este segundo grupo de cultos e fés piedosas, místicas.

Claro que se alinham no primeiro grupo, dos ismos laicos, coisas como o peristaltismo, o evolucionismo, o psiquismo, a que não pode chamar de religiosos, dizer que tem religiosos.

A gramática impede que se diga que daltônicos são religiosos da religião daltonismo, ou que são correligionários uns dos outros. São portadores, pacientes, desse defeito visual.

Não se dirá que alcoólatras (ou alcoólicos), fumantes, toxicômanos, são religiosos dos referidos ismos, nem que são correligionários entre si por tais dependências, mas sim que são dependentes, doentes, viciados.

Por isso os espíritas são adeptos do espiritismo, não os religiosos dele, pois não é um culto religioso. E correligionários é expressão que ficou confinada à área política, já que no âmbito profissional diz-se que há colegas, para estudantes e profissões liberais. Na carreira militar, há camaradas, que é igualmente o que repetem os comunistas, que é igualmente o que se diz entre os trabalhadores do campo.

É uma questão de propriedade vocabular, que não pode ser ignorada: o adjetivo religioso/religiosa é privativo dos cultos látricos. Cada faixa de significação, entre os substantivos, traz a sua adjetivação adequada – o espiritismo consagrou a expressão de confrades, adeptos, tal como os radioamadores com “macanudos”, os esperantistas com “samideanos”, isto é, coidealistas.

Quando chamou de ismo a doutrina espírita, Kardec criou como que uma fatalidade semântica: passou a dever à cultura, à comunicação, aquela necessária explicação.

Portanto, ao subir à tribuna da Sociedade de Paris, a 1º de novembro de 1868, sexta-feira, às 20,30 horas, pesava sobre seus ombros a desincumbência de uma obrigação formidável, pessoal e histórica.

Nesse seu famoso discurso, de abertura da sessão anual comemorativa do Dia dos Mortos, na Sociedade de Paris, retoma o assunto e intitula a peça oratória com aquela mesma pergunta que fizera no bojo de sua resposta ad Abade:

“É o espiritismo uma religião”? (Revista Espírita, pg.351 a360, ref. Dezembro de 1868).

Desta feita, opta por um procedimento diferente. Já dissera nove anos antes (1859), de forma peremptória, que o espiritismo não era religião, enquanto essa palavra significasse culto formal, igreja ou seita, crença mística e piedosa ou coisa assim.

No discurso de abertura, todavia, que é o nome mais sintético com que ficou conhecida essa manifestação, produz algo surpreendente, que precisa ser devidamente avaliado em sua imensa novidade, em sua grande significação: inova a

lexicografia, contraria a etimologia geralmente aceita, aponta outro étimo, que não é corriqueiro “religare”, como geralmente se supõe.

Não revela qual é o étimo novo que introduz, mas pela tradução que dele dá, sabe-se que é o mesmo que Cícero refere, é religio-nis.

Todavia, passa além do texto cicerônico e reipristina, faz arqueologia semântica, atribuindo ao étimo um alcance maior, fixando sua tradução em “laço! ou nó, de modo explícito, tornando claro o que Cícero apenas insinua.

Retraça, empolgante, o que era na cultura romana o conceito de religião (pág. 356):

“Com efeito, a palavra religião quer dizer laço”.

“Uma religião, em sua acepção nata e verdadeira, é um laço que religa os homens numa comunidade de sentimentos, de princípios e de crenças”.

“O laço estabelecido por uma religião, seja qual for o seu objetivo, é pois um laço essencialmente moral que liga os corações, que identifica os pensamentos, as aspirações”.

“O efeito desse laço moral é o de estabelecer entre os que ele une, como consequência da comunidade de vistas e sentimentos, a fraternidade, a solidariedade, a indulgência e a benevolência mutuas”.

Se compararmos essa manifestação com o que dissera em 1858, a Marius M., veremos que são complementares.

Em seguida, tendo fixado bem o que era o significado primitivo, original e natural da palavra, desfecha (pág. 357):

“Se assim é, perguntarão, então o espiritismo é uma religião? Ora, sim, sem dúvida, senhores. No sentido filosófico, o espiritismo é uma religião e nos o glorificamos por isto, porque é a doutrina que funde os elos da fraternidade e da comunhão de pensamentos, não sobre uma simples convenção, mas sobre bases mais sólidas: as mesmas leis da natureza”.

Primeiro descreveu o que se deveria entender por religião, no sentido filosófico, que é o natural, na palavra. Era o seu nato e vero significado, esse que traçou: religião é um laço social e civil, religava homens entre si, formando comunidades por uma similitude natural.

Depois enquadra aí o espiritismo e estabelece que, nesse sentido natural da palavra, existe uma relação entre a doutrina e o vocábulo.

Isso não infirma, mas confirma, o que dissera antes, ano s+o em 1858 ao confrade de Bordéus, como expendera ao Abade em 1859. o espiritismo para

Kardec, é um laço social, de substância moral, que consiste em uma ciência filosófica e moral, a qual não abafa as crenças religiosas, antes estimula-as, fazendo mesmo o prodígio de interessar e reunir, fazendo-os conviver lado a lado, pacificamente, os fiéis e crentes de todas as religiões.

Mas não é, ele mesmo, uma religião, pois não é um culto látrico, apenas uma doutrina filosófica espiritualista.

Claríssimo, não? Mas surgiram novas explicações:

“Por que então declaramos que o espiritismo não é uma religião”?

eis aí uma boa pergunta. Todos estamos perplexos. Se ele é uma religião no sentido filosófico da palavra, não um culto, por que Kardec não dissera isso antes, limitando-se a declarar enfático que não era uma religião?

A resposta é magistral:

“Porque não há uma palavra para exprimir duas idéias diferentes e que na opinião geral, a palavra religião é inseparável da de culto.

O leitor, atilado, há de ter percebido a necessidade de se intercalar um “senão” após as palavras iniciais (porque não há...), para que o sentido fique completo. Essa lacuna parece pertencer ao original francês, visto que todos os tradutores desse discurso (Ismael Gomes Braga, Thiesen/Wantuil, Wallace Leal Rodrigues, Herculano Pires e Julio de Abreu filho), reproduzem a mesma obscuridade. Ficaria então assim:

“Porque não há SENÃO uma palavra para exprimir duas idéias diferentes...”.

Quer Kardec dizer que as idéias são duas – a de laço social, tal como os romanos entendiam, um fato civil, laico, profano, social; e a de culto formal, um fato sagrado, hierático, eclesiástico, que é o que hoje todos entendem.

Mas a palavra, para exprimir essas duas idéias tão contraditórias, é uma só, a mesma: “religião”.

Prossegue Kardec:

“Se o espiritismo se dissesse uma religião (...) o público não o separaria das idéias de misticismo...”.

Quer dizer: chamado de religião, ainda que no sentido filosófico da palavra, que não é um sentido místico, o povo, que não faz tais distinções finas, sutis, de ordem semântica, acabaria pensando que ali estava uma religião no sentido único que maneja e conhece: um culto, uma igreja.

“Não tendo o espiritismo nenhum dos caracteres de uma religião, na acepção usual do vocábulo, não podia nem devia enfeitar-se com um título sobre cujo valor inevitavelmente se teria equivocado”.

Esse modo de dizer (“se teria equivocado”), significa que qualquer um, qualquer pessoa, se teria equivocado, que isso causaria um equivoco generalizado, com toda gente pensando o mesmo: que o espiritismo era um culto, uma seita religiosa.

E remata conclusivo: “Eis porque simplesmente se diz: doutrina filosófica e moral”.

Aí está o que eu disse no início: é da falta de conhecimento da Codificação que nasce a divisão entre os confrades. A Revista Espírita também parte da Codificação, é parte integrante dela e foi no seu bojo (ela tem 12 volumes anuais, vai de 1858 a 1869 sob a direção de Kardec), que ele doutrinou, estabeleceu, que o espiritismo não podia nem devia chamar-se de religião, mesmo no sentido filosófico que a palavra teve no passado.

Se todos lessem Kardec, perceberiam que não há lugar para discussões nem opiniões: o fato doutrinário é que o espiritismo não pode ser rotulado por uma palavra que encerra confusões de idéias.

Kardec foi taxativo: “Não tendo o espiritismo nenhum dos caracteres de uma religião na acepção usual do vocábulo...”, então não seja este usado como um rótulo, já que ninguém está a fim de correr o risco de cismas e divisões, fatalmente resultantes da insistência de manter aquele rótulo repellido por Kardec.

Só os cultos são chamados de religião, bem entendido, só os cultos à divindade, pois o culto como o da Bandeira Nacional, não sendo religioso, não é chamado de religião. Esse é um dado mundial.

Se a palavra religião é uma só para as duas idéias, a de laço e a de culto, o mesmo não acontece com os adjetivos que são aplicados a esse substantivo. Há uma diferença notável aí:

Religião no sentido usual, de culto, só afina com o adjetivo “religioso/religiosa. É o que se diz nos cultos, que são religiosos. É o que se diz dos seus religiosos, com a curiosidade de que isso é um conceito genérico, pois, especificamente, com relação ao clero, aos eclesiásticos, dizer que são religiosos corresponde a designar o seu caráter civil, sua profissão ou ocupação.

Lembremo-nos que em termos de qualificação, ou se é militar, ou se é civil, ou então eclesiástico, religioso. Quem diz “um religioso”, pode estar-se referindo a

uma pessoa que tem uma religião e a segue, quanto pode estar falando de um membro do clero, que tomou ordens e hábito, pertence a uma irmandade ou confraria, que é padre, freira, monge, monja, e assim por diante.

Tudo isso amarra o adjetivo ao substantivo, diferenciando a idéia embutida neste, de culto, de fé piedosa e mística.

E o outro sentido, o filosófico, terá algum adjetivo privativo dele, assim como o primeiro sentido, de culto, tem o seu?

Sim, de fato, no sentido filosófico da palavra religião só se usa dizer que alguém é religionário ou correligionários entre si.

É assim que se diz entre os políticos. Partidos políticos, como Kardec muito bem lembra na pág. 356, constituem um laço social, um laço civil e legal, envolvendo todos que militam naquela agremiação política, que distingue-se por ter um programa, estatutos, personalidade jurídica. Os seus membros e adeptos não são chamados de religiosos e também quase nunca de religionários, entre si.

A recíproca é verdadeira: fieis de uma igreja ou seita, só se chamam de religiosos e nunca de correligionários.

Se há um só substantivo para os dois fatos, o laço e o culto, na adjetivação, porem, há uma perfeita diferenciação: religionários/correligionários, para o sentido laico, de laço; religiosos, para o sentido místico, de culto.

Enquadrado por Kardec no sentido laico da palavra, o de laço, não pode o espiritismo ser adjetivado de religioso, seria impróprio.

O que justifica o que disse antes: além do desconhecimento do espiritismo em si, os que vivem repetindo que ele é religioso, que é religião, também não conhecem muito bem os fatos da língua, do contrário não diriam algo tão anti-gramatical.

Eis aí tudo que há a respeito da pendência. Aos olhos do povo, inexistente aquela distinção de sentidos na palavra religião.

Para o povo a palavra significa uma coisa só: culto.

Também inexistente aquela distinção quanto aos adjetivos. Religiosos apenas significa o que a palavra religião quer dizer: culto a uma divindade, sendo de notar que, em nosso país, religião só expressa a Igreja Católica, não outra religião qualquer.

Protestantes, cristãos também, são chamados de “bíblias”, de “crentes”. Para o povão ignorante e bitolado, só a Igreja é a “religião verdadeira”. Esse é o fato brutal, que ninguém pode ignorar.

A palavra religião é ambígua, é caso de anfibologia, mas para alcançar isso é preciso entender um pouco do assunto, coisa que o povo está longe de fazer. Chamar o espiritismo de tal nome importa no permanente risco de vê-lo entendido por aquilo que Kardec tanto se afatigou em refutar: como seita religiosa, como culto místico.

Mesmo que se explicasse cansativamente: “Olha gente, eu estou chamando de religião mas é no sentido filosófico, aquele que Kardec diz que é. Queiram notar que não é no sentido de culto não, viram”? – ninguém garantiria nada que os ouvintes ou leitores não se decidissem a ignorar tal fina, sutil distinção e mandar o orador ou escritor às favas, assumindo sua própria versão da palavra empregada.

Toda vez que há o risco de uma palavra ser mal entendida ou deturpada no seu entendimento, melhor não usá-la: eis o raciocínio de Kardec, usando razões de comunicólogo, que sabe bem que o sucesso da comunicação está no alcance do repórter, não nos finos cuidados do emissor.

O receptor, pela decodificação que faz da linguagem do emissor, é que fecha o ciclo da comunicação. Ou determina a incomunicação.

Por isso a recomendação tão racional de Kardec, parecida com a firme doutrina de Jesus: não chamar o espiritismo de religião, em que sentido do vocabulário for, para não arriscar confusões semânticas.

“Se teu olho te é motivo de escândalo – arranca-o”.

“Seja o vosso falar, sim, sim, não, não”.

O espiritismo lembra-me, nesse pormenor, sendo laico como é, mas constantemente sendo entendido como uma coisa religiosa, aquela curiosa lenda que Malba Tahan um referiu.

Um homem, por motivos que não vem ao caso, viu-se despojado de sua sombra natural, isto é, humana, e adquiriu uma outra, assombrosa, impossível, inexplicável: a sombra de um burro. Aonde quer que fosse, para escândalo geral, a sombra que seu corpo derramava era algo estranhíssimo, porque projetava a sombra de um quadrúpede.

Pois essa é a sombra impropriedade que o espiritismo estende no ânimo dos confrades: corpo laico com sombra de religião.

Segundo o “Aurélio”, toda doutrina, sistema ou corpo de idéias, de hábitos, seria uma religião. É porque o grande dicionário consigna o sentido filosófico da palavra, sem o dizer explicitamente, pois não sendo um dicionário filosófico, só um léxico, apenas refere esse ângulo semântico. O corpo de idéias que é o espiritismo,

porém, porque as pessoas não conseguem admitir que haja outra acepção para a palavra, é prisioneiro do mesmo destino angular daquele fulano da fabula árabe: corpo de idéias laicas, sombra de latria, de coisa mística e religiosa.

Este livro não foi escrito para os que estão firmemente convencidos de serem religiosos de uma religião chamada espiritismo, e a quem essa convicção é inabalável, sincera, bastante, da qual não estão dispostos a abrir mão.

Foi escrito para os que, tendo lido as palavras claras e insofismáveis de Kardec – negando que espiritismo seja religião no sentido comum da palavra – se demoram entre perplexidades e dúvidas, sem saber que partido tomar, que solução dar ao impasse.

Uma onda de questionamento rola, na imprensa espírita, multiplicando atritos e reações emocionais. Afinal, o espiritismo é o que?

Sem nenhum dogmatismo, mansamente, como convém aos que se presumem unidos por laços de fraternidade e benevolência, responderíamos que o espiritismo é o que a Codificação diz ser.

É aquilo que Kardec estabeleceu, como um fato, alicerçado em provas, com foros de certeza. É o que respondeu ao Abade Chesnel, é o que disse a Georges Gandy, o que revelou à platéia que o ouviu, na Sociedade de Paris.

Kardec fixou que, a despeito do que o vocábulo pudesse significar no seu sentido filosófico, não se chamasse de religião à doutrina e ao movimento.

A gramática dispõe que não se lhes de o adjetivo de religiosos. É preciso ter muita coragem para contravir ao mesmo tempo o sábio Kardec e a fera gramática, nas suas disposições.

Discutiremos a seguir outros aspectos da questão.

Poucos se dão conta de que há uma diferença –entre muitas – extremando a 1ª edição d'O Livro do Espíritos, de 18-4-1857, da segunda, de 18-3-1860: a segunda ostenta o dado que faltou à primeira, a saber, uma declaração na capa, explicitando que ali estava uma “filosofia espiritualista”.

De fato, tais palavras não aparecem no primeiro livro, podendo imaginar-se que foram elas introduzidas talvez em decorrência daquelas acesas polemicas no espaço entre as duas edições (1858 e 1859).

Porque Kardec sentisse a reação de incompreensão dos seus contemporâneos, deve ele ter-se decidido a uma frontal e explícita definição.

“Filosofia espiritualista”, declarou na capa, ostensivamente, como uma pavilhão de combate desfraldado no mastro principal. Mas não ficou só nisso: nos Prolegômenos, também, aparece uma outra inovação.

Só no da segunda edição, não no da primeira, se declara que ali está uma filosofia racional, isenta dos prejuízos do espírito de sistema. Naquele primeiro livro, não se fala disso.

Textualmente se diz que foi o livro escrito, por ordem e ditado dos Espíritos Superiores, para estabelecer os fundamentos de uma filosofia. Se na capa se diz que essa filosofia é espiritualista, ali se acrescenta que ela é racional, e não está inquinada dos prejuízo do espírito de sistema.

É espiritualista, isto é, propõe Deus, a alma, a vida futura; é racional, ou seja, pauta-se pela razão, não pela fé dogmática; não tem sectarismo também.

Difícilmente poderiam seguir afirmando, depois de tão candente definição, que ali estava uma religião.

Aquela admissão de um enquadramento numa das vertentes semânticas do vocábulo, era inevitável, já a partir do sufixo que Kardec impôs à doutrina. Poderia ter usado qualquer outro – matia, mática, logia, ética, grafia, etc. – mas desde que optou por “ismo”, criou uma verdadeira fatalidade semântica: isso é sufixo que em boa sinonímia equivale à velha religio-nis, na sua verdadeira e natural acepção, de laço social ou relação lógica, que formam comunidades, compõe categorias.

Há ismos laicos que são doutrinas ou sistemas (darwinismo, existencialismo, kantismo, cartesianismo, etc.); que são hábitos, costumes, vícios, portanto são morais (lesbianismo, tabagismo, alcoolismo, escotismo, radioamadorismo, etc.); que são esportes (campismo, iatismo, montanhismo, alterofilismo,); que são deveres morais (civismo, patriotismo) ou instituições (presidencialismo, parlamentarismo); ideologias, regimes (nazismo, comunismo, castrismo, getulismo) ou doenças (parkinsonismo, daltonismo, autismo).

Há-os, também, muito conhecidos, que são religiosos: o cristianismo, o judaísmo, o islamismo, o marmonismo, etc.

Todos são ismos, mas não há como confundir os que são laicos com os religiosos. Os que tem religiosos e eclesiásticos com quem tem adeptos, interessados, pacientes, vítimas, correligionários.

Por isso obrigava-se Kardec, a partir do instante que optou por aquela sufixo de tão largo espectro, a definir, explicitar, fixar, o que era o espiritismo naquela gama de aplicações.

A primeira oportunidade surgiu em 1858, no livrinho “Instruções práticas sobre as manifestações espíritas”, naquele glossário de termos pertinentes à doutrina. Mas talvez porque fosse ainda extemporâneo isso, o que se viu foi o verbete vazio, que provocou do tradutor, o querido Wallace Leal Valentim Rodrigues, uma curiosa manifestação, em forma de rodapé, (“Iniciação Espírita” – EDICEL/“Instruções Práticas, etc.” – Editora O Clarim).

Mas só dez anos depois, no discurso de abertura, foi o assunto definitivamente resolvido, sob dupla forma: na pág. 356, como vimos, do vol.11 da Revista, Kardec produziu aquela achega lexicográfica, que derrubou o étimo de religare, desacreditou a tradução (falsa) de “laço que liga o homem a Deus” e botou em pratos limpos se o espiritismo era um culto ou não.

Mas na pág. 359 daquele volume, eis uma soberba colocação: “eis o Credo, a religião do espiritismo...” grifada com tipo diferente para realçar o seu caráter apenas conotativo. Isso frisava que o sentido filosófico ali era acionado, como uma metáfora válida.

O espiritismo é o laço (religio-nis) mas não é culto, todavia, nem por isso se há de chamá-lo pela palavra busilis, o vocábulo confusão. Várias vezes Kardec remontara ao latim para produzir sua nomenclatura. Médiuns, foi o caso mais típico. Mas mediunidade, derivou ele do francês mesmo, preferindo fazer isso a usar o latino media, que vem a ser a mesma coisa.

Com religio-nis, fez o mesmo, foi ao latim buscar o conceito que esse étimo importava, mas ao reentrar no francês optou pela tradução de laço (lien), muito mais confortável e isenta de riscos.

Mostrou preferir, com isso, o alinhamento, o enquadramento laico, não o confessional. É nesse terreno que todos estamos bracejando. De um lado a opinião, gratuita, autoritária, desinformada, sustentando algo que Kardec repudiava – o rótulo de religião.

Do outro lado a pesquisa, a garimpagem da informação, revisitando a história e produzindo o fato.

O espiritismo é feito de fatos não de opiniões.

UNIVERSALIDADE DO ESPIRITISMO

Antes de ser um movimento, uma comunidade, espiritismo começa por ser um fato natural. Espíritos não existem só para os que acreditam neles, não tem somente uma existência subjetiva, mas existem objetivamente, independente do conhecimento, até, que deles se tenha.

São seres concretos, definidos, circunscritos, localizados, que ocorrem em qualquer parte do mundo, independente do meio físico, moral, político, regime econômico, ambiente cultural.

Fazem parte da natureza pois que são seres naturais, as almas dos seres vivos, já desencarnados, inclusive as almas dos homens.

Isso faz dos espíritos um dado bem antropológico e sociológico também, sendo-lhes aplicáveis muitos dos critérios e princípios dessas duas áreas científicas.

No hemisfério ocidental, de tradições majoritariamente cristãs, natural filiar-mos a moral dos espíritos, por eles ensinada, à moral de Cristo, pela comparação com o Evangelho. Noutro hemisfério, porém, a comparação será necessariamente outra, pois diversas são ali as fontes da moral tradicional.

Seria inaudito que um espírito guia concitasse muçulmanos à observância da moral evangélica. Lembraria a famosa gaffe de Ralph Bunche, o diplomata americano negro, mediador da ONU no conflito árabe-israelense, de 1947.

Numa incrível alienação, num momento crítico, de muita tensão, teria se dirigido aos delegados das partes em conflito, que eram árabes e israelenses, não nos esqueçamos, portanto muçulmanos e judeus, para conclama-los a resolverem a pendência... com espírito cristão.

Claro que não foi atendido. Por que o seria? O cristianismo nada significava ali.

O espiritismo, porém, tem a vocação da abrangência, da universalidade pois o termo, além de designar a doutrina dos espíritos, refere um fato natural que acontece em todas as latitudes e não sofre nenhuma localização: a ação dos espíritos, uma das forças da natureza.

Uma das características das religiões é sua parcialidade, isto é, por mais que se esforcem por projetar-se, fazer proselitismo, em amplos movimentos de propaganda e conversão, só conseguem mesmo interessar e envolver uma fatia da população, não toda ela.

Muitas religiões, além dessa parcialidade, tem ainda uma regionalidade, acabam por confinar-se a uma região qualquer, uma área geográfica localizada.

Raras são as que ultrapassam barreiras como línguas, raças, costumes, nacionalidades, culturas e níveis políticos e econômicos.

Isso porque religião é sempre uma estrutura de opinião, não de fatos do conhecimento e sofre todos os processos de deformação do ramo. Opiniões são deformáveis, manipuláveis, contestáveis, mas fatos não.

Um fato como o heliocentrismo, um ismo laico, é uma estrutura de conhecimento, consiste em saber que a Terra é redonda e move-se no espaço em redor do sol, gerando nesse movimento, a divisão do tempo, da hora, das estações, os climas, os regimes, os grandes ecossistemas, e toda sorte de fatos telúricos.

Esse ismo é hoje algo ensinado em toda parte. Como é um fato de conhecimento, paira acima do processo de formação e sustentação de opiniões. Não precisa de proletoisismo nem defesa, como dispensa conversão. O seu meio natural de propagação é o ensino, a educação, pois conhece-lo faz parte da civilização. É um fato laico, não profissional

No entanto, em milênios recuados, o mesmo fato central – a Terra, o Sol, a relação entre os dois corpos celestes – foi motivo de um culto nutrido, difundido mundialmente: o culto da Terra como mãe mística, e o do Sol. Com o esclarecimento da civilização, sua mundialidade permanece, só que agora a nível de educação, de conquista de conhecimento, de nível cultural. Deixou de ser místico, agora é laico.

A isso aspira o espiritismo: ser um ciência, filosofia e moral, não um culto, não uma seita religiosa. Religiões são limitativas e tem limitações. Estruturas de conhecimento, realmente não.

Uma crença persistente atribui ao espiritismo o caráter de “cristão” e de “evangélico”. É certo que Kardec usou as duas adjetivações mas isso não autoriza ninguém a supor que o espiritismo seja um ramo tardio do cristianismo ou uma nova interpretação particular do evangelho. Não é uma seita cristã nem uma ramificação evangélica.

O espiritismo resultou do fenômeno, como está muito bem explicado n’O Livro dos Espíritos, especialmente na Introdução e nos Prolegômenos. Sua relação com cristianismo, pela via histórica é nula, bem como sua ligação com o evangelho é bem diferente do que se supõe.

Kardec só o chamou assim por outras razões bem distintas da questão da origem histórica: porque diziam que o espiritismo era anticristão e se colocava fora

dos ditames evangélicos, uma calúnia insistentemente repetida, é que o Mestre parece ter tomado aquela decisão.

O espiritismo vai bem com todas as propostas espiritualistas, pois é uma filosofia que não abafa as crenças religiosas, antes revive-as, dá-lhes condições para vencerem as objeções e contestações da incredulidade e conviver com a ciência. Isso foi dito muito bem ao Abade Chesnel, naquela polemica em 1859.

Sua ligação com o cristianismo é natural, porque este é, de todas as religiões, a que mais se aproxima da proposta espírita. Mas não seria correto dizer que ele (o cristianismo) deu nascimento ao espiritismo pois não foi assim que aconteceu. O fato espírita, em Hydesville e nos salões parisienses, foi a mangedoura do Consolador, não o Novo Testamento.

Entenda-se que essa é uma distinção puramente histórica.

Quanto ao evangelho, compreende-se que a relação com o espiritismo é também limitada a isso: entre a moral do Cristo e a moral espírita, não há diferenças, assemelham-se, são convergentes.

Mas deve-se assumir que essa relação começa e acaba aí: é com a moral do Cristo, não a moral cristã, pois essa expressão significa a moral conciliar, dos teólogos cristãos, que foi elaborada em séculos de cristianismo, e com ela o espiritismo não tem a ver. Se fosse absolutamente cristão ou evangélico, o espiritismo ficaria confinado à área geográfica onde tais valores prevalecem, não teria universalidade. Teria vigência num hemisfério só, não noutro.

Pode haver uma certa reação de resistência a isso, muita gente terá dificuldade de entender esse ponto, essa necessidade de se separar bem as duas idéias – o espiritismo vinculado ao evangelho, ao cristianismo, apenas ideologicamente, não historicamente, não podendo portanto ser categoricamente rotulado como “cristão” ou “evangélico” no sentido absoluto, pleno, dessa palavras.

Mas isso está seguramente assentado nas palavras do próprio Rivail, tanto no bojo da polêmica com o Abade Chesnel (1859) quanto no discurso aos lioneses (1861). Vejamos.

Ao Abade disse que “... seu verdadeiro caráter (do espiritismo) é o de uma ciência, não o de uma religião. E a prova é que conta como aderentes homens de todas as crenças, os quais, nem por isso, renunciaram às suas convicções: católicos fervorosos, que praticam todos os deveres do seu culto, protestantes de todas as seitas, israelitas, muçulmanos e até budistas e bramanistas. Há de tudo, menos

materialistas e ateus, porque estas idéias são incompatíveis com as observações espíritas”.

Essa é a imparcialidade e a mundialidade do espiritismo, sua não redução ou confinamento a partições geográficas e confessionais, sua abrangência enfim.

Kardec acrescenta que “... o espiritismo se fundamenta em princípios gerais independentes de toda questão dogmática. É verdade que ele tem conseqüências morais, como todas as ciências filosóficas. Suas conseqüências são no sentido do cristianismo porque é este, de todas as doutrinas, a mais esclarecida, razão porque, de todas as seitas religiosas do mundo, , são as cristãs as mais aptas a compreendê-lo em sua verdadeira essência”.

É uma distinção perfeita e justa, bem fundamentada. Embora se relacione indistintamente com todas as formas espiritualistas, mesmo sem ser dogmático, é com o cristianismo, porque é esta o mais esclarecido e racional, que mais se afina o espiritismo, o que todavia, não autoriza ninguém a confinar a doutrina espírita no seio da cristandade, pois ela é um fato, assenta sobre fatos que são universais, não pode sofrer limitações por questões ideológicas.

Essa facticidade do espiritismo (a qualidade de exprimir fatos e não idéias, opiniões) é assim referida: “ O Espiritismo pertence à natureza... é uma força, como a eletricidade é outra... como a gravitação universal é uma terceira”.

“Ele nos desvendou mundos invisíveis, assim como o microscópio nos revelou o mundo dos infinitamente pequenos, cuja existência não respeitávamos...” (até aqui, Revista Espírita, 1859, pág. 148. mais tarde (1861) dirá algo complementar disso:

“Em seu nascimento, teve o cristianismo que lutar contra uma potência terrível: o Paganismo, então universalmente espalhado. Não havia entre eles nenhuma aliança possível, como não há entre a luz e as trevas. Numa palavra, não poderia propagar-se senão destruindo o que havia”.

“O espiritismo, ao contrario, nada tem a destruir, porque assenta suas bases no próprio cristianismo: sobre o Evangelho, do qual é simples aplicação”.

Ora, a essa altura muitos poderão pensar que Kardec estava proclamando a relação histórica direta, a dependência necessária entre os dois fatos separados por vinte séculos – o espiritismo e o cristianismo, a doutrina espírita e o evangelho. Mas os períodos seguintes corrigem e esclarecem essa impressão:

“Não é, pois, como pretendem alguns, sempre porque não o conhecem, uma religião nova, uma seita que se forma às custas das mais antigas; é uma doutrina

puramente moral, que absolutamente não se ocupa dos dogmas e deixa a cada um inteira liberdade de suas crenças, desde que nenhuma impõe”.

Ficou bem claro que não se forma à custa de religiões mais antigas, não sendo ele uma nova religião. Só os que não o conhecem bem pensam tal coisa. E argumenta convincente:”E a prova disso é que tem aderentes em todas (as religiões), entre os mais fervorosos católicos, como entre os protestantes, os judeus e os muçulmanos”.

É a reprodução do texto anterior (1859). A interpolação foi minha. Volta a repisar a factualidade do espiritismo, sua capacidade de expressar fatos e não opiniões.

“O Espiritismo repousa sobre a possibilidade de comunicação com o mundo invisível, isto é, com as almas. Ora, como os judeus, os protestantes e os muçulmanos tem alma como nós, resulta que podem comunicar-se, tanto com eles como conosco, e que, conseqüentemente, eles podem ser Espíritas como nós”.

É a demonstração da universalidade e mundialidade do espiritismo, a impossibilidade de sua confinação a partições geográficas, raciais, culturais, lingüísticas e políticas. Isso porque o espiritismo é uma estrutura de fatos, de conhecimentos de noções sobre fatos, não um mero movimento de opiniões, de juízos pessoais, um mero agregado ideológico.

“É a constatação de um fato que não pertence mais a um partido, do que a eletricidade e as estradas de ferro; é, repito, uma doutrina moral e a moral está em todas as religioes e em todos os partidos”.

Todos esses trechos estão na Revista de 1861, pgs. 316 e 317.

A própria expressão “doutrina moral” pode ainda sujeitar a incompreensões. Pode parecer que se esta assumindo a acepção corrente dessas duas palavras, que nos levaria para bem longe da realidade dos fatos da Codificação.

Doutrina é aquilo que é dito, expandido, por pessoas dotas, influentes. Alguém muito douto e sábio, que goza de influência sobre as pessoas, ao expender, externar, um conjunto de opiniões suas, juízos seus, está formulando uma doutrina. Antigamente se escrevia “doctrina”, fiel ao étimo “doctor”.

Muito usado dizer, em economia, em finanças, em política, em questões jurídicas, que existe a doutrina assim ou assado, de fulano e beltrano, indicando que alguém expendeu certa formulação, fez tal e qual colocação muito acatada, que foi adotada pelo meio ao qual a tal doutrina se destinou, prevalecendo ali.

A doutrina Monroe, de James Monroe, presidente americano, consistiu em dizer que a América é para os americanos, deixando claro que os Estados Unidos reagiriam a intervenções européias ou outras, nesta área do globo. Já o Presidente Wilson, doutrinava a não intervenção do país nas disputas européias, o não intervencionismo.

Doutrinas diferem de teorias científicas nisso: enquanto estas são assentadas sobre fatos, geralmente consistem em explicações abrangentes de certas categorias de fatos; aquelas, as doutrinas, são estruturas de opinião: um fulano eminente, uma sumidade, acha, julga, sentencia, que deve ser assim ou assado, fundamentado em alguma matéria que ele mesmo valoriza e interpreta, mas isso não é a mesma coisa que uma teoria científica.

Ora, ao dizer continuamente que o espiritismo é uma doutrina, pode parecer, aos olhos de quem não alcança bem essas finas, sutis distinções, que o material doutrinário é uma estrutura de opinões dos espíritos, um material opinativo, expandido por sábios desencarnados, unicamente. Não é bem assim.

A atitude, a postura, de Kardec diante dos Espíritos, longe esteve de ser passiva, de mero assistente. Questionava-os, como que os entrevistava e até debatia com eles. Valorizava-os não como oráculos ou gurus, não como mestres revestidos de infalibilidade. Nada disso: supunha-os meros informantes, cujas informações só revestiriam valor se associadas umas às outras, formassem um contexto lógico, harmônico, confiável.

Longe de ser uma doutrina no sentido usual desta palavra, a espírita é, nitidamente, uma ciência informática, assentada sobre o tratamento e processamento da informação, sem nenhuma concessão a sumidades.

A gramática não é uma doutrina, mas uma ciência. Do mesmo modo como a geografia, a história, a biologia, etc.. Dentro dessas ciências pode haver um dado isolado, a formação de uma doutrina assim ou assado. Mas doutrina é um dado bem diferente daquele expresso pela palavra ciência. Ciência é feita de fatos. Doutrina é discurso, opinião.

E quando se fala de doutrina moral, fica parecendo que se trata de um discurso sobre a virtude, pois arraigou-se a idéia de que moral é isso, é o exame das coisas ligadas à pureza, à castidade, à probidade; é a recomendação dessas virtudes, desses valores, acima de tudo.

Moral como sinônimo de pureza, principalmente nas questões de sexo, trato de dinheiro, palavra empenhada, é o que o povo entende categoricamente. É o que

todo mundo diz, quando refere a moralidade, desmoralização, ou diz que fulano tem moral, é cheio de moral.

Mas moral, etimologicamente, é coisa bem diversa, bem distinta. Moral, já vimos isso, procede de mores, de mós-moris, que era só hábitos, usos, costumes, atos repetitivos e ordinários, sem cogitar se puros ou impuros, castos ou não, honestos ou desonestos.

Moral é sinônimo de habitual, comportamental, usual. Quando algo é moral, isto quer dizer que passa da órbita da simples cogitação, do pensamento, do plano de idéias e entrar a interessar os hábitos de alguém, muda-lhe a compostura, o comportamento.

Há uma oposição conceitual clara entre o que é ideal apenas, restrito ao plano das idéias, e o que é moral, o que repercute no plano das ações. Potencial é o que pode ser, o que é apenas e, potência, como possibilidade, o que é possível de ser e acontecer. Mas atual (escrevia-se actual, por causa de acto) é o que consiste em atos, ações praticadas efetivamente, não apenas que se sabe poder acontecer, numa linha de simples hipóteses.

Então, o que é atual nesse sentido, feito de atos, não é mais simplesmente potencial ou moral, pois projeta-se na realização, na prática. Se esta é repetitiva, não é esporádica, isolada, então reveste-se da condição moral, pois moral é moral, tem habitualidade.

A doutrina espírita é moral porque não se resume ou esgota em ser um belo agregado de pensamentos sublimes, uma proposta ideal bela e sedutora. Não: é factível, é realizável, espelha-se em atos, influi no moral (habitual) das pessoas, enseja a mudança de instituições e costumes coletivos.

Mas em que medida isso acontece? Isso tem a ver com a pureza, a virtude? Não necessariamente, pois as pessoas podem ter reações em atos (atuais) que ainda não expressem as últimas conseqüências da moral espírita. Podem agir (praticar atos, ações) tais como entrar em comunicação ostensiva, assumida, com os espíritos e acatar suas instruções, etc. o que configurará um procedimento espírita, isto é, um fato moral, de conduta.

Mas, por outro lado, noutro sentido da palavra moral, podem não mudar moralmente, não fixar outros padrões éticos, de conduta com relação aos semelhantes, de reforma de seus costumes, e isso é o que Kardec quis dizer ao reportar-se aos “espíritas cristãos”, os que não apenas mudam seus hábitos, aceitando o fato espírita, o conhecimento espírita, mas os que vão mais longe, mais

fundo, acatando a moral de Cristo, neste sentido que a palavra tem, de discurso ou doutrina persuasiva, influente, de uma sumidade, no caso o sublime Mestre Jesus de Nazaré.

São nuances semânticas, são quase nugas, detalhes, que muita gente torcerá o nariz ao exame delas, mas são muito necessárias, pois significam sintonia fina com o pensamento exato, autêntico, de Kardec.

Vejam bem como fica diferente pensar de um jeito ou de outro. Pensado como “cristão”, “evangélico”, no sentido vulgar, o espiritismo logo se povoaria de inovações desfiguradoras, como uma fixação no evangelho, na evangelização, no Novo Testamento, que são valores religiosos, confessionais e até sectários; e já que muçulmanos e judeus não aceitam isso, perderia sua universalidade.

Entendido como doutrina, ficaria relegado à faixa das coisas sublimes mas inverificáveis, destituída de base nos fatos. Nada menos factual, nada mais aéreo e opiniático, do que doutrinas espiritualistas, pronunciadas por gurus e tipos de tantos que começam impondo-se pelo misticismo, pelos maneirismos, e acabam decepcionando pela sua vulgaridade, sua falsidade, sua inautenticidade.

Ninguém derrubou Darwin, que não pronunciou uma doutrina mas constituiu uma teoria científica, com apoio nos fatos. Resistiu impávido ao assalto de cento e trinta anos, sofrendo retoques, correções, sempre segundo a norma científica, mas não de fato, como queria a Igreja, formais desmentidos.

Se pega a onda de que o espiritismo é “moral” no sentido comum, usado por todos, vai grassar a praga do rigorismo, da maledicência, da fiscalização da vida dos outros, pois nada melhor do que uma coisa ser colorida de “moral” para açular a instintiva mania de patrulhamento dos atos alheios.

Ficaria entronizada a maldita loucura da intolerância, dos juízos categóricos sobre o procedimento, uns dos outros, que derrubou no pó do chão a vida cristã, segundo Emmanuel bem lembra no seu notável “Cinquenta Anos Depois”.

O moralismo, como o reformismo, são formas espúrias de cogitação de coisas que, sem esses excessos, podem ser pensadas com mais serenidade e isenção. Moralistas geralmente são tipos que nunca fazem o que pregam e vigiam os outros.

O espiritismo tombaria nesse resvaladouro se não entendesse bem o que quer dizer o terceiro termo da trilogia espírita, nada a ver com o ascetismo, moralismo, intolerância, preocupação em vigiar a vida alheia.

A chave de tudo está naquela questão d'O Livro dos Espíritos, que traça a procedência, a prioridade, do progresso intelectual sobre o moral. Primeiro as idéias se modificam, depois os hábitos.

O progresso das idéias, dos pensamentos. É de natureza intelectual.

O progresso dos hábitos, que são agregados de atos, expressa a substancia moral.

Longe de ser uma conferencia de comadres ou candinhas, a doutrina ou ciência espírita é um processo de educação do ser, habilitando-o a reformar-se, depurar-se a si e ao meio onde transita, pela simples verificação de que há processos melhores de viver e agir, do que os grosseiros, materialões, de que é bem mais fácil viver de modo racional, lógico, para as coisas do espírito, do que afundar, chafurdar, no pântano dos instintos mais crassos.

O direito é moral, a educação, a pedagogia, também são morais. Pois que visam ao comportamento, aos costumes, aos hábitos. Nesse sentido é que se deve considerar a expressão “doutrina moral” ou “ciência moral”, “filosofia moral”, que Kardec propunha, como forma de substituir, evitar, a palavra religião, de todo imprópria, para referir o espiritismo.

A moral espírita, note-se, não é só aquilo que os espíritos ensinaram, doutrinando-nos quanto às questões éticas, expendendo um discurso moral, não.

É também, e diria mesmo – principalmente – aquele conjunto de conclusões e ilações que podem ser retiradas da observação dos fenômenos, do pesquisamento sobre eles.

Voltamos assim ao conceito informático de revelação, já abordado, onde revelação é a informação dos espíritos mas é também o processamento dessas informações e os resultados que se obtém pelo pesquisamento, pela observação, isto é uma ação humana independente.

Kardec explicita isso naquele capítulo I de “A Gênese”. Quando surgem as expressões “espiritismo cristão”, “evangélico”, devemos entendê-las de modo justo, para não incidir em enganos, pois o espiritismo não é um descendente direto do cristianismo, do Novo Testamento, como são as seitas e igrejas evangélicas.

Sempre bom clarear que o vocábulo “cristão/cristã” está sujeito a certas confusões, pois há que distinguir quando ele se refere o que é relativo ao Cristo, e quando a relação é com o cristianismo, coisas bem diferentes.

Não se pode dizer impunemente palavras com sentidos e alcances diferentes: doutrina de Jesus é uma idéia definida e clara. Mas doutrina jesuítica,

relativa a Inácio de Loyola e à Companhia de Jesus, já é assunto muito distante da primeira idéia. Quem se aferrasse a palavras, valorizando “jesuítico” como relativo a Jesus, cairia em um erro muito grande.

Sabe-se por aí que certas adjetivações são muito enganosas.

Certos fatos não devem ser adjetivados: democracia é assim; uma vez adjetivada deixa de ser democracia pois até as piores tiranias gostam de enfeitar-se com esse rótulo, só que seguido de pomposos adjetivos.

Espiritismo é Kardec, é a Codificação. Adjetivando, começa a desmerecer. Enseja isso uma certa confusão: espiritismo cristão, evangélico, pode levar ao pensamento de que existem outros espiritismos que não são cristãos nem evangélicos.

Até mesmo a expressão consagrada “espiritismo kardequiano” pode permitir esse engano: haveria outro não kardequiano?

Essa rotulação, se generalizada, pode conduzir uma atitude de permissividade e isso não nos interessa; seria uma semente de divisionismo futuro. Quem não concordasse com certa adjetivação, proporia outra e assim por diante.

Deve-se ter em mente que qualquer uma adjetivação dessas permanece, passa além da pessoa ou situação dentro da qual foi feita e projeta-se no futuro, talvez para ser manipulada por elementos inescrupulosos ou ignorantes.

Porque Kardec usou aqueles adjetivos – cristão, evangélico – para indicar alguém que além de conhecer a doutrina, vive-a sinceramente, introduziu um risco de pensar que pode haver vários espiritismos, um que é assim e outro que é assado.

Dentro do princípio de que tais etiquetas são arriscadas, melhor não adjetivar. Fique claro que o espiritismo é um só, não há pluralidade deles, e esse que existe é, sucessivamente, cristão, evangélico, kardequiano e laico, sendo tais adjetivos cumulativamente pertencentes a uma coisa só.

Isso se aplica também aos livros da Codificação. Tem sido adjetivados de modo desconstruído. Chamam-no de “obras básicas”, de “pentateuco kardequiano”, chegou-se a dividir, no catálogo de alguns editores, entre obras da Codificação e Revista Espírita, como se formassem coleções diferentes.

Para finalizar, vamos falar de fatos que, na prática, refletem sectarização do movimento espírita.

As aulas de moral cristã, de espiritismo infantil, antigamente eram chamadas de “catecismo espírita”. Uma campanha mudou isso para aqueles nomes acima referidos.

De uns dez anos para cá, uma velada mas persistente escalada foi mudando de novo, sem dar na vista, para “evangelização”, com “evangelizadores” e “evangelizados”.

Parece inócuo, mas não é, pois nos confina nos limites do cristianismo, desuniversalizando a proposta espírita. Como situar Gandhi nisso? Depois dessa inovação, ficamos parecendo uma igreja evangélica nascida da reforma.

Muitos centros fazem reuniões dominicais à base de estudos do Novo Testamento, com os pais dos alunos das... Escolas Dominicais. Não foi uma alteração discutida democraticamente com a comunidade, mas uma lenta e segura imposição, manipulando o atavismo religioso dos novos adeptos.

O habito saudável, de se estudar em família, os temas edificantes, está sendo sistematicamente mudado para um tipo de mono-estudo, só de evangelho, com um certo cerimonial. Até aí nada demais.

Quem objeta ao estudo das amáveis lembranças de Jesus? Mas o rótulo escolhido para esse ato é muito conotativo: “Culto doméstico do evangelho” ou simplesmente o “culto no lar”.

Isso entra em rota de colisão com Kardec, que se cansou de repetir que o espiritismo não tem cultos. Pois agora já tem um.

Fabricou-se uma visão limitativa, redutora, da bibliografia de Kardec, miniaturizando-a para uma mofina quantidade, a quina de livros que circula sob o apelido de “obras básicas”. Seleccionadas por um critério desconhecido, que até dá para pensar que foi o de grossura de volumes, do número de páginas, pois que nada, mas nada mesmo, autoriza chamá-las assim.

Kardec escreveu 18 títulos em 29 volumes (Thiesen/Wantuli in “Allan Kardec”, vol. III) dado que só um deles, a *Revue Spirite*, tinha 12 volumes.

Dessa obra, apenas um título ele consentia em chamar de básica, assim no singular: a obra inaugural, “O Livro dos Espíritos”, pois a pilha ou coluna de livros que escreveu, como Allan Kardec, tem naquela a sua base, a que contata o chão, pois é a primeira pela ordem.

Todavia, previdente, pedagógico, recomendava que sua leitura fosse precedida pelo menos de um livrinho introdutório, que passava assim a ser pré-básico: “o que é o espiritismo”; havia outro “O espiritismo em sua expressão mais simples”, o único, dentre todos, que Kardec em pessoa editou em português.

Há mais dois, nas mesmas condições, mas fiquemos nesses. Nenhuma dessas quatro obrinhas de leitura prévia recomendável, figura nas “obras básicas”. A

Revista Espírita é um assombroso repositório de fatos e de discursos, comentários, enfim, uma galáxia de contatos intelectuais com o Codificador.

Mas não é considerada básica, embora fosse essa sua condição, criada que foi como um espaço jornalístico precisamente para funcionar como base para comunicação, contatos, relacionamentos, verdadeiro “religio” impresso, para a comunidade espírita mundial.

Era, ademais, um laboratório de idéias, pois ali eram expostos, primeiros frutos de qualquer concepção, para que recebessem opiniões ou contestações, dentro d famoso critério que Roustaing tanto ironizou, mas que é rigorosamente informático: mundialidade/concordância/diversidade, como elementos de autoridade.

Mas nada disso conta para o quinteto que arbitrariamente foi selecionado. Parece que um intuito redutivo, limitativo, norteou essa seleção, do tipo “ad usum delphini”. Restringindo e até inibindo maiores contatos da comunidade com a opulência da kardequiana, nome muito mais adequado para a bibliografia do Mestre.

Como se isso não bastasse, inventou-se um epíteto totalmente gratuito e excessivo, uma superfetação, um exagero, além de tudo impróprio. Pentateuco kardequiano é alguma coisa de bombástico, de sonoro, que deve afagar o pernosticismo. Mas não tem nenhuma razão de ser.

Pentateuco não é nenhum nome comum, algum coletivo aplicado a qualquer quina de livros, embora sua construção etimológica, que sugere o número cinco.

Longe disso, é um nome próprio, reservado e consagrado, para rotular o Torá dos judeus, o seu conjunto de livros sagrados, que são lidos pelos mais zelosos e formalistas, de joelhos, reverentes.

Ora, isso não afina, não se coaduna com a quina de livros eminentemente pedagógicos, de um prosaico autor filosófico, o pedagogo Rivail, escritos sem nenhum caráter sacral.

Os do pentateuco são a parte mais sagrada da Bíblia, para os judeus, que os tem na máxima veneração. Essa etiquetagem de “pentateuco” para um sexto da kardequiana (a coleção de livros da lavra de Kardec) é no mínimo imprópria, pois já tem dono e não se pode chamar impunemente de Corão, Bíblia, Torá, Bagavahd-Gitá a qualquer livro ou conjunto de livros, por mais respeitáveis que sejam.

Esses nomes tem aplicação própria, reservada, insuscetível de generalização.

A insistência em tal rotulação trai um evidente propósito de sacralizacão, pelo sabor místico daquela palavra.

Finalmente, temos o caso da trilogia, que foi concebida por Kardec como sendo uma cadeia de termos insubstituíveis – ciência, filosofia e moral – mas que foi mudada, arbitrariamente, para ciência, filosofia e... religião.

É como se uma escola começasse a ensinar, Por extravagância, que a trilogia adotada pela Revolução Francesa, Liberdade, Igualdade, Solidariedade e não o que realmente foi, com Fraternidade com terceiro termo. Se alguém protestasse, diriam que, afinal, não há diferença entre Solidariedade e Fraternidade, dão no mesmo.

Pode até ser (de fato não é não) mas ainda que a troca fosse perfeita, que houvesse exata equivalência entre as duas coisas, a história sairia lesada, pois que os revolucionários franceses usaram foi um termo diferente daquele apontado pela opiniática escola.

E o fato histórico está acima da opinião.

Agora pergunto: Como foi isso? Como aconteceu?

Periódicos anosos, respeitáveis, queridos, ostentam em seus cabeçalhos, que o espiritismo é religião, que eles são religiosos.

Federativas publicam normativas, formalizando, (eufemismo de ritualizar) o chamado “culto no lar”, traçando o que deve ou não ser lido, a duração até minuciosa, em minutos, de cada lance, especificando os livros a serem lidos, com a nota, no mínimo curiosa, de que se deve ficar só nos livros de páginas, de mensagens leves, evangélicas, que deve-se evitar... leituras mais pesadas como “O Livro dos Espíritos”.

Enquanto isso, fala-se noutras ocasiões que “evangelizadores” “evangelizam” e “evangelizados”, em aulas de “evangelização”.

E o refrão de “pentateuco”...

Isso nos faz pensar numa cena que o cinema consagrou. A testemunha é chamada para depor. O oficial de justiça, solene, perante o juiz austero e todo o tribunal formalizado, empunha um volume da Bíblia.

É a palavra de Deus.

A testemunha é intimada a levantar a mão direita, enquanto pousa a esquerda, ritualmente, sobre o Santo Livro, e, com voz pausada, repetindo as frases do Oficial de Justiça, que por sua vez segue um ritual forense:

- Jura dizer toda a verdade, somente a verdade, nada mais do que a verdade?

E a resposta famosa:

- I do! (Eu juro).

Esse juramento assim, com a mão nos Santos Evangelhos, nas Santas Escrituras, na Palavra de Deus, é um comprometimento terrível. A testemunha está ali juramentada, é passível de punição severa por perjúrio e impiedade, a partir daí.

Na América dos puritanos, um juramento tão ritual, é de uma validade, uma majestade, formidáveis.

...e no entanto, pasmem – jura-se com a mão num livro onde... se proíbe de jurar.

- “...eu porem vos digo, não jureis de modo algum”.

Isso quem diz é Jesus, no Sermão da Montanha, acrescentando incisivo: “Seja porém vosso falar sim, sim, não, não”.

Por maneira que se jura, oficialmente, por um livro santo que proíbe de jurar, dentro de um tribunal laico, não religioso, num país em que a religião é separada do estado. Parece brincadeira mas não é.

Eis em que vai se tornar, dia destes, o movimento espírita: uma contradição igual, onde se manterá um culto no lar, se evangelizará e se dirá que é uma religião, fazendo vista grossa ao que dispôs Kardec.

Para entender menos mal isso é mister recuar no tempo.

RAIZES DA CONTROVÉRSIA

Afinal, por que tão insistentemente se tenta sempre vestir no espiritismo a camisa de religião?

A obstinação desses reside nisso: as pessoas antes de serem espíritas são emocionalmente dependentes do misticismo. Essa identificação é profunda, é arraigadíssima, não se rompe quando se quer.

Os que porfiam em vestir no espiritismo essa camisa de força, operam com a obtusidade crédula de Dejanira, a ciumenta mulher de Hercules. Nesso era um centauro, um daqueles monstros meio homem, meio cavalo. Tendo o casal chegado à beira de um rio, Nesso ofereceu-se para passa-la em seu lombo. Embeijara-se pela mulher do herói e tinha o plano de raptá-la. O fero marido, ingênuo, consentiu em que a beldade cavalgasse e Nesso, assim que se pilhou com ela às costas, disparou a correr.

O brutamontes, enfurecido, pespegou-lhe, de longe, segura flechada que o deitou agonizante. Mas Nesso ainda teve tempo para uma vingança genial:

sussurrou para a linda mulher, por quem afinal iria perder a vida, que a sua túnica era um filtro de amor potentíssimo.

Se Hercules a vestisse, seria magicamente fiel para sempre, sem pensar em outras mulheres.

Preciso contar o resto? A tonta não refletiu: recolheu a túnica, ainda molhada com o sangue do centauro e, assim que pode, deu-a a Hercules para vestir. Ele entrou a morrer, vítima de atrozes dores, pois o sangue do monstro era um terrível malefício.

De tudo, ficou a imagem forte: ...vestir a túnica de Nesso.

Por amor, egoístico, avaro, podemos criar situações de risco para tudo que amamos. Pretender nivelar o espiritismo ao plano das religiões é, sem dúvida, fazê-lo vestir a túnica fatídica.

Assim foi com o positivismo. Travestido em “religião da humanidade”, começou a divisão interna entre “místicos e científicos”. Assim foi com o cristianismo, erguido à condição de culto oficial, religião de estado, perdeu-se num parafuso de modificações desfiguradoras.

Por que terá de ser assim com o espiritismo?

I

Mas o espiritismo brasileiro também tem a sua história particular. Quem leu já os excelentes livrinhos de Canuto de Abreu e Acquarone, biografando Bezerra de Menezes, há de ter-se espantado com a complicação que era o ambiente nacional, nos primórdios da doutrina. Dividiamo-nos em partidos que se desentendiam francamente. Havia os “místicos” e os “científicos”, os “espíritas” e os “Kardecistas”.

Muito mais tarde vamos encontrar o espiritismo dividido em “alto” e “baixo”, de “mesa” e de “terreiro”, com a introdução do complicador que foi o sincretismo. Havia quem dissesse das “linhas”, a branca, a oriental, a indiana e por aí a fora. Essa polarização e radicalização é que, antes da virada do século, levou a impasses fortes, que provocaram a formação da atual Federação Espírita Brasileira.

A crônica nesses dias, em matéria documental, é produzida por partidários da facção que predominou. Os místicos, religiosos, evangélicos, como se denominavam, conseguiram impor-se, menos pelas razões próprias que os amparassem de modo inconfundível, do que pelos erros e desorientação dos que foram aliados.

É preciso compreender como eram as coisas, então. O espiritismo era visto , daqui, com fumaças e neblinas de desinformação. Era um pensamento francês, um requintado pensamento francês, donde vinham todos os demais que alimentavam a mentalidade brasileira, que habitava cabeças mais próprias para ostentar melenas, bandós e chapéus elegantes, do que, realmente, para pensar em profundidade.

Superficialismo, frivolidade e muita alienação cultural, adornavam a rarefeita vida intelectual do país. A base escravocrata, na aristocracia rural, rebaixava-nos como povo. Os livros de Kardec, embora conhecidos desde quase sua publicação inicial, somente foram traduzidos em 1875, dezoito anos depois e assim mesmo nem todos, nem na proporção e preço exigidos, para que se produzisse a informação plena.

Pode dizer-se que se entendia, então, o espiritismo, pela metade, filtrado pelas predisposições mentais de cada um, dominada que era nossa sociedade pelo imperialismo sectário da religião católica. Havia tanta desinformação que os adeptos viviam espantosamente incientes da natureza real daquilo que freqüentavam e diziam professar.

Os nomes de centros refletem essa perplexidade. São típicos produtos de mistura de catolicismo com outros elementos. Tipicamente religiosos.

O elemento intelectualizado, a elite que sustentava a comunicação, na tribuna, na imprensa, nos panfletos passados de mão em mão, também cindia-se.

Ou adotavam uma linha puramente literária ou confiavam-se a piedosas dissertações, copiando senão o fundo, pelo menos a forma dos discursos sacros.

Acquarone é mais objetivo que Canuto, mas ambos concordam que reinava um desafinamento total nessa orquestra de adeptos.

É perigoso julgar uma época como aquela, pelo risco de injustiçar. Hoje contamos com um formidável arsenal de instrumentos de análise e correção de rumo, que fazem a razão independe da tutela religiosa, mas naquele tempo pouco se podia fazer.

O roustainguismo foi mais assimilado pelas pessoas que vinham do catolicismo, tinham a mente obnubilada por preconceitos e bloqueios. O roustainguismo falava de coisas familiares. O culto da Virgem Maria, a proposta piedosa, as imagens da sua retórica toda sacralista.

Havia toda uma crosta de equívocos e mal entendidos no ar, impossíveis de serem desfeitos. Tendo faltado a esses veneráveis fundadores do movimento uma

visão mais límpida, ficou-se com a impressão errônea de que Kardec era “científico” ao passo que Roustaing era mais “evangélico”.

Também deve-se reconhecer que os chamados “científicos”, costumavam descomedir-se, exceder-se, com insistências e elitismos, realismos incríveis, que terminaram justificando boa parte dos reparos que até hoje são-lhes desfechados. Os extremismos e radicalismos nunca conduzem a bons resultados, e o que deu foi se cavar, lentamente, o fosso de incompatibilidades e incompreensões, onde dificilmente se pode dar razão completa a cada um dos lados.

Dois fatos vieram ajudar um pouco. Richet, fundando a metapsíquica e Rhine a parapsicologia, funcionaram como uma sucção para fora do movimento de quantos simpatizavam vagamente com as idéias espíritas fenomênicas.

Uma inexplicável disposição mental os faz adejar eternamente em derredor do fenômeno, sem nunca se decidirem a algo mais construtivo. Por outro lado, o sincretismo, fortalecendo-se e organizando-se em federações também puxaram para seu bojo os demais desafinados, as notórias falenas do cultocentrismo, os que gostavam do espiritismo mas... preferiam uma marca mais forte.

Nos terreiros encontram suficiente mescla de elementos para alimentar sua própria ambigüidade, sua indefinição. Ali expandem suas tendências à ritualidade, ao misticismo.

II

Impende ao movimento refletir um pouco e curar-se da idéia fixa de que o espiritismo “tem de”, forçosamente, ser religioso, numa injunção histórica, para que possa ser o cumprimento da promessa firme de Jesus, o seu Paraclito.

Não é preciso sacralizar-se para assumir essa sublime missão. Consola-se também, através da informação, do ensino. Quando a razão periclita, nas garras do pânico, da agonia, cafunés e blandícias pouco adiantam. Mas a informação sim. Basta que se saiba porque se sofre, o motivo real dos padecimentos, para se formar uma previsão confiável de sua gravidade, de sua extensão, o seu limite.

Faz muita diferença se estar informado de que a dor, física ou moral, mesmo em ritmo de agonia, significam libertação, reabilitação, quitação de débitos, regeneração. Saber que a morte não é o fim, que o ente amado não foi perdido, vive em outra condição, é uma das conseqüências mais consoladoras da informação.

Aí está o consolo, pela forma dos fenômenos, pela visão nova, da justiça e bondade divina, por via pedagógica, da doutrina espírita.

III

Por volta dos anos 30, a situação política do Brasil era peculiar. Seguindo a onda universal dos regimes de direita, a ditadura de Vargas instalara-se após a Revolução, que derrubara a República Velha, sob vibrações de justas esperanças.

O “ancien regime”, que fora implantado sobre a derrubada do Império, como uma panacéia republicana para todos os males que se apontavam na monarquia, acabara num impasse, decepcionara – daí a Revolução vitoriosa, que abria uma risonha perspectiva para a pátria.

Seguindo os cacoetes de todas as revoluções, desde que o mundo é mundo, a junta governativa, o governo provisório, havia-se eternizado, no meio de revoltas, sedições, pronunciamentos militares e civis, e uma crescente descaracterização de tudo que havia prometido ou prefigurado.

Era um regime de exceção onde, à falta das clarezas solares da lei, livremente fabricada em legislativos eleitos pelo voto livre do povo, com representação autenticamente democrática, pululavam os cogumelos e demais fungos típicos da sombra do arbítrio, as excrescências das ditaduras, afinal.

Vargas já tem os seus críticos e analistas, não irei engrossar esse número. Quero só dizer que Robert M. Levine, um brazilianist americano, portanto um daqueles que sabem das coisas, no seu livro, “O Regime de Vargas”, edição da “Nova Fronteira”, refere que a Igreja Católica, grande amiga e beneficiária de todos os totalitarismos, exigia e obtinha, do ditador, sempre que queria, o fechamento sumário de centros espíritas.

Que foi assim em 30, 32, 35, 37 e 38. quem o diz é um brazilianist, que afinal sabem mais do Brasil do que nos mesmos.

O fato é que o relacionamento entre o governo, a sociedade e o espiritismo foi pontilhado de lamentáveis incidentes e excessos perfeitamente dispensáveis, provocado pelo religiosismo sectário e intolerante, de um lado; de outro, pela eterna covardia moral e despreparo crônico das chamadas autoridades competentes, para administrar a coisa pública, principalmente a convivência entre as correntes de opinião.

Dirigentes e médiuns, freqüentadores de centros, eram presos arbitrariamente e fichados, numa vergonhosa rotina de cerceamento da liberdade de conscienciae de reunião, mesmo sendo desarmada, para fins pacíficos, como rezava a Lei, mesmo a legalidade relatriva das constituições suspensas e substituídas por decretos- leis.

Há que ler, como um dever insubstituível, o notável “Idéias e Reminiscências Espíritas”, de Deolindo Amorim, a respeito (Edição do Instituto Maria, de Juiz de Fora).

A comunicação espírita arrisca-se a desmemória total do esforço e das abnegações desses confrades corajosos, íntegros, prudentes e humildes, que Deolindo Amorim evoca, salvando para a posteridade seus nomes.

Em meio a essa crise, um alvitre terá brotado, em certos círculos, como um achado: os cultos, as religiões, eram protegidos por lei, que lhes garantia o exercício.

Ora, o espiritismo era uma religião, (pensamento dominante nos círculos onde teria brotado o alvitre); logo, estaria protegido pelo manto da legalidade.

Por que não confugir ao patrocínio da lei? Por que não refugiar-se sob sua proteção? Bastaria enfatizar o pretendido aspecto religioso, para o que não se precisaria fazer nenhum esforço especial, tão difuso era esse pensamento, entre os confrades, sinceros, bem intencionados.

É difícil resistir quando uma sugestão dessas vem vestida com tanta aparência de racionalidade, de sorte que muitos não teriam desadorado o lembrete.

Afinal, tínhamos compromisso com os pobres, os deserdados, os necessitados, aspirávamos a uma situação de legalidade e tranqüilidade, não de clandestinidade, não de martirológios.

A idéia pousou com a naturalidade das soluções sem alternativa, como se fosse a única, a mais acertada, a mais confiável.

Mas não era.

Esqueceram-se da velha historia de Esaú e Jacob, quando o primeiro cedeu ao mais jovem o direito de primogenitura, num lance de astúcia, que teve a cumplicidade de Sara, sua mãe.

É a velha historia do famoso “prato de lentilhas”, pelo qual o mais velho, Esaú, cansado, faminto, trocou com o mais moço, Jacob, o direito de primogênito.

Isso passou à historia como um símbolo daquilo que é um ato de toleima, de irreflexão, quando se aliena um bem valioso, importante, capital, por coisas sem

valor, despiciendas, num momento de precipitação, explorado pelo oportunismo, pela velhacaria.

Essa barganha é uma imagem literária de citação obrigatória, aqui, pois foi assim que se consolidou, entre nós, a fantasia do religiosismo.

Pelo menos é o que se alega ter sido a razão da opção que se fez pelo religiosismo, como uma defesa contra pressões, por meio de uma mimetização com as religiões.

Para a corrente roustainguista, sincera e respeitável sempre, na coerência que mostra ter com seu pensamento em separado, que é o de achar válida a teoria do díscolo de Kardec – aquela idéia caiu como sopa no mel.

Era a promoção de sua ideologia ao estagio de artigo de necessidade.

O espiritismo “tinha de” ser religioso, numa injunção, para por-se a salvo de perseguições, gozar dos mesmos direitos que as “demais” religiões, as “outras” religiões (é assim que costumam dizer nessa área).

Para a massa de adeptos, cujo raciocínio é místico, limitado a encarar o espiritismo como uma religião “ersatz”, isto é, sucedânea da sua fé anterior, tudo estava bem. O enquadramento da doutrina nesse termos dispensava todo mundo da obrigação de mudar, de reciclar seu intimo par adaptar-se ao fato novo; este sim, o espiritismo, é que estaria sofrendo uma mudança para adaptar-se ao gostinho acomodaticio dos adeptos.

Tudo não passava de uma colossal mimetização. Como as plantas e certos animais que mimetizam-se para sobreviver, capturar suas presas, o espiritismo iria vestir a pele daquilo que, conscientemente, sabia-se que não é, ou seja, afivelar no rosto a mascara da religião.

Um verdadeiro “putsch” religiosista.

Enquanto a área religiosa da comunidade, encabeçada pela venerável Federação Espírita Brasileira, sentia-se à vontade com essa forma mimetista, que afinal casava-se com seu propósito natural, já que roustainguismo é uma visão confessionalista – a uotra área não roustainguista, que era quase que só a Liga Espírita do Brasil, teve a lucidez de gerar outro tipo de reação, uma providência muito mais eficaz, que passava bem ao largo dessa mimetização.

Para esta área, aquela emenda sairia bem pior que o soneto, pois o espiritismo, uma vez nivelado, por oportunismo, com os cultos, assemelhado a eles, do ponto de vista de proteção legal, podia ser isso uma solução de ocasião, mas no

fundo representaria um lamentável desprezamento da Codificação, que se opunha, como se sabe, a qualquer confusão naquele sentido.

Esaú, vendendo seus direitos por um prato de lentilhas, matou sua fome no momento mas alienou vantagens e interesses de grande importância e significação para sempre.

O espiritismo aceitando ser visto como religião para fugir a perseguições, poderia gozar uma relativa calma – por quanto tempo? – mas trairia seu permanente compromisso de lealdade a Kardec, que expressamente desautorizava tal transigência.

Era uma questão de princípios. A mimetização só interessava realmente a quem já tinha assentado no seu íntimo que o espiritismo era mesmo um culto religioso, uma visão opiniática, sem dúvida, pois ano é essa a expressa realidade da Codificação.

Mas pensando bem, tinha-se de alçar o pensamento acima das urgências e premências da hora e projetá-lo mais longe, indo buscar a causa profunda daquela incompreensão que sitiava o movimento, açulando em seus calcanhares os mastins da repressão.

Se o ramo mais afeito a um sentimento látrico, inclinava-se pela mimetização, o ramo sófico, mais chegado ao pensamento racional, ia se pronunciar.

Vejamos.

A maior parte dos preconceitos e perseguições partia da área clerical mas havia outra que provinha da área médica, da polícia também.

Nomes ilustres, da medicina, não exatamente por sentimentos mesquinhos de intolerância religiosa, mas por estarem sinceramente convencidos do que diziam, denunciavam o espiritismo como ligado a doenças mentais, a uma patologia social, pela confusão que insistiam em fazer entre a doutrina e o que chamavam de “baixo espiritismo”.

Havia mesmo lamentáveis excessos em toda parte, justamente reprováveis, muitos merecedores, de fato, de repressão policial mas o espiritismo não tinha, realmente, a ver com isso, pois eles corriam por conta do sincretismo, não do pensamento kardequiano.

O sincretismo, a ignorância, eram realmente o dado vulnerável bastante suscetível de merecer aquelas imputações.

Pelo escritor e jornalista Deolindo Amorim, grande conferencista também, que se fizera notar pelo seu feitio didático, professoral, diferente do habitual da época, membro de muitos sodalícios, integrado à Liga Espírita do Brasil, foi entregue à publicidade, um livrinho, pouco mais que um opúsculo, que parecia mais uma tese de doutoramento, tão pouco encorpado era, mas encerrava nos seus escassos limites físicos, como os pequenos frascos, todo o perfume da verdade e todo o veneno letal ao que era urdido contra a comunidade.

“Africanismo e espiritismo”, seu título, encerra megatons de informação, megabytes de lógica pura, num punhado de páginas, que se lê duma sentada.

O espiritismo não é o sincretismo. Tem distintas naturezas e origens. Enquanto o segundo é o fato confessional, o produto da aculturação na esteira da miscigenação brasileira, aquele, o espiritismo, é o singular fenômeno natural, absolutamente inconfundível, imiscível, com o sincretismo.

Invocava as luzes de autoridades como Nina Rodrigues, Jorge Ramos, Edson Carneiro, Afrânio Peixoto, Roquete Pinto, Câmara Cascudo, Couto de Magalhães, Gilberto Freire, Silvio Romero, a nata da nossa inteligência, mestre influentes, que a todos impedia acatar

Alem do mais, com uma grande concisão de estilo, introduzia que o espiritismo era um fato que nada tinha, nem remotamente, a ver com o contexto em que, tão impensadamente, insistiam em o filiar.

A partir desse livro de Deolindo, uma sensação desconfortável começou a invadir a imprensa, os círculos médicos e a sociedade em geral: confundir o espiritismo com o sincretismo era uma rematada prova de ignorância.

Não tinham a ver um com o outro. Foi o quanto bastou para, sem transigir, sem capitular, sem mimetizar, sem desfigurar a realidade doutrinária, travestido-a, maquiando-a, num espúrio transformismo, oportunista, casuísta, viria assegurar o respeito a nossas idéias e meter em brios os irrefletidos que antes, trefegamente, viviam realejando na imprensa, na sociedade de classe dos médicos, que o espiritismo era... “a fábrica de loucos”.

É mister extrair desse livro alguma coisa mais, algo que não estava ali expressamente, textualmente, bem explícito, mas que hoje, salta aos olhos, numa leitura inevitável.

Acho que é perfeitamente lícito identificar no discurso de Deolindo, no “Africanismo e Espiritismo”, um alcance que me parece fatal: se o espiritismo não é o sincretismo, então não é, também, pela mesmíssima razão, religião.

Sincretismo é, por definição, amálgama, fusão, caldeamento, no caso em tela, de fés e religiões, seitas e ritos, que se mesclam num contexto mas conservam os caracteres originais, perfeitamente reconhecíveis.

A Igreja Católica é, sem dúvida, um produto muito sincrético. Tomou do mitraísmo a data do nascimento de Jesus (que nunca foi 25 de dezembro, quem nasce aí é Mitra, o deus persa), bem como o conceito dual, do bem e do mal, da luz e da treva, fortificado pelas incursões do maniqueísmo.

Tomou do hinduísmo muita coisa, como a organização clerical, que em parte é, também, tomada de empréstimo à classe sacerdotal do paganismo. Tomou a tonsura e as castas monásticas, a roda de rezar, que é o rosário do hinduísmo. A santíssima trindade, um dogma incompreensível pela sua aritmética (um mais um, igual a um) é, afiança Emmanuel, tirada do trimurti bramânico (in – Dissertações mediúnicas” – cap, “Roma e o Evangelho” – edição da FEB), que tem Brahma, Siva e Vischnu.

O culto dos mortos, as velas, as cerimônias dos cemitérios fazem parte da tradição gaulesa, os costumes funerários dos primitivos druidas. O Egito entrou com subsídios clericais também, bem como o culto da Mãe Isis, o qual, associado ao de Boa Deusa, performou o culto da Virgem Maria, estranhamente parecido com o da Virgem Dévaqui, mãe solteira e donzela de Krishna, que muitos chamam de Krishna-Crist.

Mas o sincretismo de que se estava falando não é esse da Igreja. Esta já não é mais vista como um produto sincrético e sim como uma religião embora não seja de fato uma religião por si só.

A religião é o cristianismo, a Igreja Católica é apenas um dos milhares de ramos e troncos da religião cristã, deve-se esclarecer.

O sincretismo com o qual tanto se queria confundir o espiritismo é aquele que se fez numa segunda instância, de segunda linha, o sincretismo afro-brasileiro, afro-católico também, onde se mesclam elementos religiosos dos africanos com os ameríndios e os da Igreja Católica.

Impossível negar a presença desta no sincretismo dos terreiros, e quem chamava a este de “baixo espiritismo” precisou reajustar o apelido para “baixo

catolicismo”, pois o coeficiente católico na liga sincrética é imenso, ao passo que o contingente espíritico é igual a zero.

A umbanda, em particular, uma das especialidades do sincretismo religioso afro-ameríndio-católico, já é por si mesma um sincretismo à parte. Deolindo lembra que os torços e turbantes, por vezes também um fez, característicos desse culto, são elementos tomados ao islamismo, como a presença de símbolos cabalísticos e mágicos, o triângulo e a estrela de Davi denotam a presença de uma cota de judaísmo. Outras participações traem a mitologia grego-romana, o politeísmo haurido não se sabe bem onde, com divindades claramente pertencentes ao contexto daquela mitologia, como as sereias.

Houve um ramo do cristianismo que se internou pela África, indo formar uma colônia cultural cristã no seio de populações muito fechadas, arredias a contatos ocidentais. Não se pode dizer, por outro lado, que o evangelho seja tipicamente um fato puramente ocidental.

Desenvolveram ali cultualidade e ritualidade, um pensamento dogmático, perfeitamente distinto dos ramos cristãos ocidentais e isso gerou um braço de miscigenação, que teria causado a umbanda, a quimbanda, etc.. Mais tarde as incursões dos árabes em busca de escravos negros, nas profundezas da África, impuseram um contágio cultural islâmico, que foi incorporado.

Finalmente, aqui no Brasil, receberam os cativos uma dose de reforço de sincretismo, com a catequização da Igreja, o que fechou a roda: o produto final refletia quase todas as fés e religiões mundiais, numa síntese imensa. Totemismo, feiticismo, manas, tabus, ju-jus, de envoltas com religiões bíblicas, com a galáxia do hinduísmo, mais o budismo, tudo conflui e deságua no sincretismo afro-brasileiro.

Ora, o espiritismo nada tem a ver com isso, está perfeitamente ausente e ausente desse processo e se não tem a ver com o produto, o efeito, que é o sincretismo, é porque nada tem de comum com suas causas ou con-causas, que são as muitas formas de fés e ritualidades.

Foi essa, em resumo, a parte não expressa formalmente, do discurso de Deolindo, no seu admirável “Africanismo e Espiritismo”, como um dado que ele não chegou a vocalizar mas que surge como uma leitura muito plausível.

A época conheceu ainda o lançamento de um outro livrinho espírita, que, já pela editora, sumamente respeitável (a FEB), já pelo assunto expresso no título (“Religião”), já pelo autor, Carlos Imbasshy, assim como pelo prefaciador, Guillon Ribeiro, presidente da FEB e tradutor notável das obras de Kardec, bem que poderia ser chamado de “a última palavra” nessa pendência.

O livro ocupa-se de um episódio menor, banal, onde um diretor de ensino, despachando sobre um pedido de inclusão do espiritismo como objeto de ensino religioso, indefere-o, pela razão bem simples de que, para seus olhos, para sua razão, que se baseava (e mal) em autores doutrinários, o espiritismo não se afigurava uma religião.

Todavia, produzia argumentos tão pouco convincentes, demonstrava tanta parcialidade e tão pouca isenção, que via-se, para além da pachorra burocrática de quem não esquenta a cabeça com seus jamegões, que era mesmo um sectarista.

Contra esse farisaísmo é que saiu Carlos Imbasshy, pois impedia-lhe o dever de tornar patente a sem razão daquele parecer especioso.

Embora visivelmente imiscível, não misturável, com as religiões formais, o espiritismo possuía, sustentava, uma parte relacionável com elas, uma funcionalidade aparentemente religiosa, que se parecia muito com a prática religiosa, a qual asseguraria o seu enquadramento nos dispositivos constitucionais.

Esse o ponto.

Que não era religião, no sentido comum do vocábulo, era fato inocultável. Restava saber se, mesmo assim, aos olhos da Lei, a qual se refere sempre ao direito positivo, se não tinha alguns dos efeitos salutarés, dos princípios respeitáveis que a religião tem e que constituem a própria razão de ser do dispositivo constitucional de proteção aos cultos.

Em suma: religião ele não é mas será que não tem direito a ser visto como as religiões, ser respeitado pelo Estado, por causa dos benefícios morais e sociais que indiscutivelmente o espiritismo distribui?

Será que, do ponto de vista dos resultados que produz, que em nada ficam a dever às religiões, não poderia o espiritismo ser entendido como coisa respeitável, digna, merecedora de ser ensinada a crianças que são filhas de espíritas nas escolas?

Eis a questão.

Tudo gira em torno desse ponto: o porque da proteção que o Estado dispensa aos cultos. É porque as religiões consolam, instruem, hospitalizam, albergam,

exercem uma ação cultural e assistencial que o Estado só pode ver bem, como bons olhos, já que por vezes supre ou concorre com a própria ação cultural e assistencial do estado.

Isso é que faz as religiões respeitáveis e respeitadas, do ponto de vista legal. Ora, mesmo não sendo religião, se o espiritismo tem um desempenho reconhecidamente similar, se ele também desenvolve uma ação assim benéfica, sobre a sociedade, por que se haveria de o excluir de um direito que não é negado às religiões – o de manter ensino em separado para os filhos de seus adeptos, nas escolas?

Isso é o que o administrador tinha de examinar, a questão dos direitos que as crianças e seus pais tem de não serem contrariados em sua opção, que a Lei Maior protege, o direito à liberdade de consciência em matéria religiosa. Ser religioso é uma coisa, é a afirmação desse direito; todavia, não ser religioso, é a outra face dessa moeda, pois está-se exercendo a mesma livre opção, a de preferir não ter religião.

Não se é livre apenas para ser religioso, isso seria iníquo; é-se livre para também, caso assim se preferir, não ter religião alguma, pensar Deus de modo alternativo, noutras variedades de pensamento espiritualista, ou até, em ultimo caso, nas variedades de pensamento negativista, pois não é crime não pensar em Deus.

A decisão do administrador estava certa mas só em parte. Com incrível percepção da verdade, traçou ele que o espiritismo não é uma religião; isso estava evidente, pois era o que Kardec vivia repetindo, apoiado por Flamarion, Delanne, Bozzano, Denis, etc.

Isso qualquer um pode acessar, basta saber ler.

Mas passou daí, entrou a maldita discriminação sectária: reconhecia que o espiritismo é laico, que não é religioso, mas só para o efeito de o despojar dos benefícios da sua condição legítima, a de espécie espiritualista, tão digna e moral quanto qualquer fé religiosa.

Pode-se partir de uma constatação verídica para uma conclusão incoerente com a verdade; pode-se partir de uma premissa verdadeira para uma conclusão falsa e foi isso que aquele injusto diretor estadual de fato fez.

Ser ou não religião nada tinha a ver com o que era pleiteado pelos pais dos alunos. O que desejavam estes é ver seus filhos ensinados na escola dentro dos mesmos princípios que eles professavam e em nos quais iniciavam seus filhos no lar – o pensamento espírituolista do espiritismo.

Religião é separada do estado, este é laico, o ensino é laico também. Que tinha o diretor, como um leguleio, de estar ruminando coisas a respeito? Cumpria-lhe apenas dar condições aos pais daqueles alunos, declaradamente não religiosos, de satisfazer seu líquido direito legal, constitucional – não serem contrariados em sua liberdade de consciência em matéria de fé religiosa.

Pois foi algo assim, nessa linha, trabalhando nessa direção, a da sustentação da paridade em direitos civis, entre os espíritas e os religiosos, que entrou Carlos Imbassahy a apreciar a pendência no seu livro.

Esse também era o pensamento de seu eminente prefaciador, sem embargo das diferenças radicais entre sua ótica e a do polemista prefaciado. Entre o seu objetivo e o do autor.

Do ponto de vista de resultados práticos, a maioria dos confrades, particularmente os dirigentes, já religiosos por si mesmos, não conseguiram ultrapassar um certo tipo de leitura do livro e essa foi a de que o espiritismo só podia mesmo ser tido como religião.

Mas não foi essa, lisamente, a finalidade prevista por Carlos Imbassahy. Esse o problema das comunicações de massa, quando nos dirigimos a uma congêrie de leitores, sem possibilidade de retro alimentação, isto é, de recolher, de volta, sua interpretação, seu entendimento, sua leitura das coisas que escrevemos. Era realmente sutil a distinção que propunha o querido polemista. O espiritismo apreciado como um resultado, pelos seus efeitos, suas conseqüências sociais, similares em tudo à das religiões, no que estas tem de benéfico, era uma difícil proposta para o entendimento comum. Este resvalou para a leitura de que o espiritismo, redondamente, tinha mesmo um aspecto religioso, fosse lá como fosse.

Ajudava bastante, a formar essa opinião, um certo tópico de Kardec, no “Obras Póstumas” chamado “conseqüências religiosas do espiritismo”. Sem ler este, assim só pelo título, muita gente até hoje se sente à vontade para pensar que o espiritismo tem conseqüências confessionais, isto é, pode atuar no animo das pessoas como uma igreja, uma fé, pois a isso chama de “ter conseqüências religiosas”.

Mas lido o trecho, compreende-se que Kardec se referia aos reflexos que o advento do espiritismo em geral, e a sua aceitação pelas pessoas, particularmente, trazia ao procedimento dos religiosos.

Fazia-os mais fervorosos, mais firmes em sua fé, dissipando as dúvidas que a simples crença dogmática acumulava.

Então não é o espiritismo que acaba sendo uma religião, por via de conseqüência, como querem as pessoas mal informadas. Mas sim algo bem diferente: o conhecimento espírita afeta, implica, modifica a crença dos religiosos. Como Darwin e Copérnico afetaram a fé na Bíblia.

É que “Religião” foi escrito com pompa e circunstância. A pompa, devido ao estilo realmente inexcelável do autor. Movia-se nesse gênero, com segurança e brilho. Mas. A circunstância, pertencia indiscutivelmente à Federação Espírita Brasileira, sua editora, que comparece, no proêmio, na pessoa de seu próprio presidente, o dr. Guillon Ribeiro, marcando sua posição religiosista e, sobretudo roustinguista – o que Carlos Imbassahy não era – em perfeito contraste com a comedida e sóbria postura do autor.

Essa parte do livro, de responsabilidade do titular das instituição editora, é suscetível de merecer muitas atenções, pois sem dúvida que contrata com o próprio objetivo – localizado – do livro. Enquanto o dr. Imbassahy, que era advogado, embora sem exercer a profissão, elegeu uma tese, uma linha, para sua intervenção de defesa, do espiritismo, em a qual se movimentou sempre, sem desdobramentos, o seu prefaciador visivelmente abriu para um leque de conotações.

O objetivo de Imbassahy era assinalar que, não importando quantas finas considerações fossem tecidas a respeito do fato de ser ou não, formalmente uma religião, um culto, o espiritismo tinha o direito de ser apreciado pelos seus efeitos, indisputavelmente sadios, edificantes, moralizantes, como se religião fora. Essa a sua tese, retirar o espiritismo de debaixo da mira das autoridades, atrair a atenção para as subidas disposições morais, as excelências da doutrina, pois isso é que a Lei tivera em mira resguardar, a liberdade de se reunirem pessoas para as ações dignificantes do culto religioso.

Por mais que alguém seja realista, positivo e objetivo com as religiões, não há duvidas de que serão respeitáveis. Elas, e por extensão, tudo que as substituíam. Era esse o escopo do venerável polemista, tornar reconhecível a comunidade existente entre as fés religiosas e a doutrina espírita, no tocante à reforma moral de cada individuo, sua idêntica benignidade e utilidade para o fim social. O assemelhamento, a paridade do espiritismo com as fés religiosas, quanto a esses aspectos, foi o pensamento que norteou o querido escritor, não de fato a idéia da mimetização. Isso é que importa ressaltar, resguardando assim a memória de Carlos Imbassahy, que não pode ser enxergado como um religioso comum, desses que são ou se fazem apegados a uma ótica confessionalista, indiferentes a tudo mais.

Tendo em vista que a lei só privilegiava, só resguardava o culto religioso, não outra coisa qualquer, pareceu-lhe sensato sustentar uma paridade entre a posição do espiritismo e a das religiões, para o efeito da percepção daquela vantagem legal.

Osso é uma assimilação, ainda, porém, muito diferente daquilo que o prefaciador colimava. Para este, ao espiritismo não bastava ser tido como uma religião para o efeito legal, do ponto de vista dos resultados socialmente benignos, de suas vantagens morais assemelhadas às dos cultos.

Queriam-o “a religião”. Mais até, “a religião por excelência”.

Negar isso, parecia-lhe inaudito, para negar o próprio Cristo, e ser como que “espíritas materialistas”. O distinto confrade assumia a acepção látrica, que em religião funcionava como dupla ligação entre a criatura e o Criador, que conduzia o homem a Deus.

No propósito, evidentemente bem intencionado, de situar o espiritismo, presumia até mesmo que este tivesse até dogmas, não os conciliares mas os a que chamava de naturais, fruto das leis divinas. Enumerava tais dogmas em seguida. Também aduzia que o espiritismo tinha seu culto próprio, diferente, estabelecendo elevados conceitos que só faziam dignificar, numa visão justa, afinada com sua reta intenção, nossa doutrina e movimento.

Como fica visto, era d problema do emprego de conceitos e palavras de alcances variados, que significam de modo não igual para as pessoas. Para o nosso confrade, que procedia em um reto propósito, imbuído de elevados sentimentos, paralelos como os que traçou, referentes a dogmas, culto e a prece, eram validos, nós compreendemos isso, uma vez que nos colocamos em sua posição. mas não podemos garantir que todos o façam do mesmo modo. Há quem lendo suas palavras apenas se sinta estimulado a radicalizar mais seu próprio religiosismo. Talvez pessoas, num enfoque jurídico, compreendessem Imbassahy. Mas confrades, simples, religiosistas, não.

Por maneira que, enquanto o autor do livro perseguia um objetivo, o seu apresentador assestava noutra direção. O fim da obra é, sem duvida, eliminar uma duvida injusta, quanto à legitimidade do espiritismo no conceito social, se merece gozar de liberdade de ação ou não. Mas ano é isso que colima o proêmio, que visa a assegurar que o espiritismo seja perfeitamente caracterizado como “a religião por excelência”, pois que tem culto, dogmas e conduz a Deus.

Nossos comentários são feitos em tom respeitoso, com pleno reconhecimento das dignas intenções que, indiscutivelmente, orientavam esses conceitos do querido

ex-presidente da FEB. Era o discurso da fé, da identificação total com os objetivos elevados da religião, para ele o maior valor acaso ajuntado pelo homem, ao qual queria porfiadamente integrar o espiritismo, pois entendia que disso resultaria unicamente a consagração deste. O espiritismo tornado religião, resultaria, para o prefaciador, como para os que são religiososistas, um benefício para a doutrina espírita.

Necessário ter por firme que todos os adeptos, como todas as pessoas, tem o inalienável direito de pensarem com toda liberdade, mesmo de um modo que não pareça imediatamente compreensível ou aceitável aos demais. Estamos aqui expondo a razão de considerarmos o livro “Religião” uma influencia poderosa na opinião dos que são religiososistas, não propriamente por causa do que o livro, em si, como obra de Imbassahy, contem, mas principalmente por causa das colocações inseridas no proêmio, como expressão do pensamento oficial da Federação Espírita Brasileira, leal ao dissenso de modo firme. Eis porque assinalamos que “Religião” foi escrito com pompa – o estilo inconfundível do autor – e circunstancia, aproveitada esta para fixar, de modo pedagógico, o roustaingismo, como um “alter ego” do religiosismo.

Os partidários do dissenso, por isso, não precisam sempre fazer propaganda, entregar-se à difusão do rustenismo, para que o fariam? Basta-lhes sustentar e difundir o religiosismo, o ponto de vista de que o espiritismo é lisamente religião, pois terão sempre, militando por si, a ignorância generalizada que os adeptos tem do pensamento de Kardec a respeito, e o seu atavismo místico – pio natural.

O resultado final será o mesmo, pois os dois “ismos” se equivalem.

O que “Religião” induz de modo geral é uma espécie de injunção fabricada, a necessidade supostamente imperiosa de o espiritismo “ter de” aparecer como fato confessional, igualzinho, não apenas semelhante em seus efeitos, mas essencialmente igual, às religiões. Precisar, “ter de”, configura estado de necessidade, em o qual já não se é mais autentico, livre, está-se, como foi dito, submetido a uma poderosa injunção, um cerceamento, que tira ou tolhe a liberdade, e fora desse estado premente, a realidade do agente seria bem outra.

Eis aí, a nosso ver, o efeito contraproducente, a conseqüência artificialmente induzida, a premissa que é muito falsa de que o espiritismo “tem de” ser religioso, para sobreviver, para ser acatado e “enquadrar-se”, a fim de habilitar-se às benesses da lei. Equivale a uma cooptação, que é quando um contexto, uma sociedade, uma instituição, para consentir receber em seu seio um novo elemento, impõe a este determinadas condições, o seu ajustamento a determinados padrões. O candidato, então, para ser cooptado, ser “aceito”, “merecer”, curva-se, submete-se, curva-se, subordina-se, mas se descaracteriza e fica tão falso como um hipócrita, um impostor. Enquadrar-se para sobreviver. Submeter-se ou ficar de fora, exposto ao sol e ao sereno.

Muito parecido isso com o famoso “crê ou morre”. É preciso pensar que todas essas coisas podem sofrer uma dramática inversão, atalhando o falso dilema. O espiritismo não veio para ser manipulado, castrado, enquadrado ou cooptado pelo chamado sistema, mas sim para reformar este, mas sim para reformar este, arrancando-o de seus impasses atuais para mais lúcidas visões de sua finalidade no mundo.

“O sábado foi feito para o homem e não o homem para o sábado”. Não é o espiritismo que deve travestir-se, maquiarse, afetando o que não é. É o meio e a sociedade que devem reciclar-se para adaptar-se aos apelos moralizadores do espiritismo. Este não precisa do sistema, no sentido de tornar-se um seu cliente, seu favorecido ou protegido. O sistema é que precisa do espiritismo, se não quiser permanecer o jogo de contradições injustas, incompreensíveis, que sempre foi. Cenário de estapafúrdias negações dos ideais generosos dos que fundaram a sociedade brasileira.

Se o sistema fosse assim tão bom e válido, que justificasse nos mudarmos, para enquadramento nele, então para que teria vindo o espiritismo?

Gandhi, o mahatma, performou uma atitude que ficou histórica, constituindo um marco luminoso, a de resistência passiva, pela recusa, pela negação a coonestar, validar ou convalidar, com sua participação, os desmandos e arbitrariedades dos autoritarismos.

Recusar-se, eis tudo. Para tanto, impede ao espiritismo organizar-se, no sentido de independender, excluir-se da clientela e da influência da fonte arbitrária. Ninguém o quer clandestino, marginalizado das vantagens e obrigações inerentes a

uma vivenda dentro da lei. Mas não o queremos desfigurado, por “ter de” mimetizar-se. O IBGE tombou-nos em definitivo, arbitrariamente, autoritariamente, como um culto, que tem templos e fiéis. E, como consequência disso, diz que temos uma ortodoxia, o kardecismo, e uma heterodoxia, o que chama de seitas do espiritismo, a umbanda, a quimbanda, o camdomblé. Essa visão surrealista nunca foi contestada, jamais se viu a comunidade tugar nem mugir. Quem cala, consente, quem consente, compactua. Calar diante dessa etiquetagem infundada é coonestar o arbítrio.

Religiões e materialistas, emulam-se no hedonismo, na fruição do poder. E que é que o espiritismo tem com isso? Nada quer desse bolo, pois repete Jesus e diz que o seu reino não é deste mundo, pertence a outro, o domínio da sabedoria e da justiça social plena, que está por virestá-se organizando e sucederá o atual, como uma nova ordenação, fruto da educação e da experiência, sobretudo da profunda desilusão com o amontoado de erros do passado. O espiritismo dirige-se ao futuro, modelando a sociedade de amanhã.

Todas as grandes reivindicações sociais estão presentes nos generosos postulados doutrinários. Uma vez estabelecidos estes, no consenso popular, seria fácil passar a limpo esse rascunho que aí está, todo garantido pelo egoísmo e pela ignorância. necessário colocar o pensamento espiritual nas faculdades, na universidade, que é o celeiro da inteligência, mas não como matéria religiosa, o que ele não é, mas como uma acumulada de sabedoria, uma pilha de informação edificante.

Basta olhar quais são as grandes ansiedades, os magnos reclamos populares, que transcendem os limites da ação política, para implicarem uma reformulação filosófica dos fundamentos da sociedade. Para cada uma dessas áreas nevrálgicas o espiritismo tem um tipo de aplicativo, que nada tem a ver com os sedantes religiosos, ou os complicadores ideológicos, que ou induzem à passividade, ou representam alívio temporário, com inevitáveis efeitos colaterais nocivos. A idéia da reencarnação, devidamente estudada e difundida, como um alternativo do religioso, medicaria esses problemas da aflição social.

Se o espiritismo alimentar qualquer veleidade, qualquer fantasia, de “ter de” tomar parte nisso, de “precisar” tomar parte desse banquete, assentar-se aí como conviva, terá de renunciar a sua identidade. Terá de transigir com seus princípios, vender, pelo prato de lentilhas de sua cooptação, de seu enquadramento como culto, os direitos de primogenitura, da formidável missão histórica que o trouxe ao mundo: revelar uma outra face da vida, uma nova visão de Deus.

O espiritismo pode perfeitamente passar sem mais nenhum camuflamento como religião. A coisa é outra, o que precisa ser mudado é a lei. Impende tornar o estado leigo, como porfiava Lins de Vasconcelos. Precisamos agir com inteligência, agitar o debate, a reflexão, o questionamento dessa coisa. Aproveitemos que a reforma constitucional ou a constituinte vem aí, parecem inevitáveis. Nossa constituição, (1967/1969) privilegia os cultos, só eles são referidos como um campo de exercício da liberdade da consciência, dentro daquela velha ilusão de que só religiões podem expressar o espiritualismo, só dentro delas se pode pensar em Deus. Nossa comunidade terá de agitar, ferir esse problema, aliar-se, se preciso for, com outras minorias, para sensibilizar os congressistas e leva-los a considerar o assunto de modo mais lúcido. O que deve ser privilegiado não é o culto, o que só beneficiaria as religiões. É o próprio pensamento espiritualista, a opção pela crença em Deus ou pela negação desta. Cultos podem ser até cerceados pela lei menor no interesse público, coletivo.

Com toda a liberdade de culto consagrada na constituição, Testemunhas de Jeová tem seu pátrio poder cassado pela justiça, sempre que se recusam a permitir transfusão de sangue em seus filhos, com já aconteceu tantas vezes.

Muhamad Ali perdeu seu título de campeão mundial de boxe e foi preso, embora alegasse impedimentos confessionais, para não servir no Vietnã. A liberdade de cultuar não é a licença para sobrepor-se à lei.

Portanto, não chega a ser uma conquista, ser reconhecido como culto, se a lei complementar pode retirar-nos o que a lei maior concedeu genericamente. O que precisamos é de uma consciência jurídica democrática e laica, que reconheça, entre os direitos da pessoa, do cidadão, esse de crer ou não crer, e se crê, cultuar ou não cultuar, do modo que quizer, desde que respeitados os idênticos direitos dos demais.

E no caso dos que não crêem, que isso lhes seja assegurado como um direito também, para que o estado não seja autoritário, impositivo, em questão de gosto ou de crença espiritualista.

Deve-se ser livre até para não crer em Deus, se o quisermos. O que não se deve ter, em liberdades, é a de lesar alguém, ser nocivo, de alguma forma, ao semelhante ou à sociedade, mas essa de crer ou não crer, cultuar ou não cultuar, em uma boa democracia, jurídica, de convivência, é algo que precisaria ser escrito na Constituição.

Do contrário, continuaremos marginalizados, tendo de mentir para sobreviver, violentando a nós mesmos, com a mimetização, a perda de nossa identidade cultural.

Nossos legisladores saberão melhor que nós redigir, vazando em letras de forma, o princípio luminoso de que se é livre no Brasil em matéria de opinião espiritualista, sob todas as suas formas pensáveis, assemelhadas, para todos os efeitos, à dos cultos; resguardados porém, os direitos dos que preferem não opinião formada ou declarada a esse respeito.

APRECIANDO ARGUMENTOS

Nada mais inútil do que discutir com quem não está interessado em nada além de sustentar as próprias opiniões. É algo perfeitamente sem proveito.

De modo geral, as pessoas que se dão ao trabalho de escrever para os jornais, ou mesmo livros, argumentando em favor do espiritismo religioso, acham-se de tal modo convencidas do que dizem, que de nada adiantará contra-argumentar. Encontrarão sempre um modo de ignorar as melhores razões e seguirão firmes e fieis aos seus pensamentos.

O único lado proveitoso com elas é ouvir seus argumentos, recolher suas alegações e compor com esse material um repertório de afirmações, uma espécie de antologia de pretextos para não enxergarem o que por si mesmo é óbvio.

Vou repassar aqui alguns casos, de confrades que, nos jornais ou em conversa comigo, expuseram suas idéias e objeções às minhas ponderações. Faço-o com imenso respeito, pois não me interessa senão por alistar os seus argumentos, para fins de estudo, nunca citando seus nomes.

Resposta ao censo

É um dos pretextos mais coerente para afirmar que o espiritismo é religioso. Indagam o que se há de responder no censo oficial, quanto ao item “religião”. Ora o quesito é sumário; pede só que o recenseado diga como se posiciona no terreno da religião. Se o confrade não é religioso, como haverá de dizer isso? Muito simples, basta declinar o nome da opção espiritualista, não religiosa, que adotou – o espiritismo. Diga que é espírita e se despreocupe do resto.

Veja bem que os ateus também fazem isso, respondendo simplesmente que são ateus. Nem por isso o ateísmo é pensado como religião, embora o seja, tal como o espiritismo é, mas apenas no sentido filosófico da palavra, alternativa essa que não anima ninguém a viver chamando a descrença de religiosa.

Ensino nas escolas

Outros confrades lembram a questão do ensino aos filhos nos colégios. Como deverão proceder? Exigir horários de espiritismo, como fazem as religiões?

Não acredito que isso represente alguma dificuldade. Crianças só recebem ensino religioso compatível com a autorização paterna. Se os pais declaram não desejar que os filhos sejam ensinados em uma confissão de que não participam, a escola não poderá forçar, sob a pena de provocar uma reação legal ou administrativa dos pais.

Muito bem: surgirá a pergunta – qual a confissão religiosa dos pais? Basta dizer a verdade: são espíritas, isso não é uma religião, mas uma opinião espiritualista, de natureza filosófica.

O resto é usar a cabeça: o que a lei determina é que os filhos sejam ensinados segundo a opção dos pais e se estes são isso ou aquilo, pensam ou crêem assim ou assado, isso é coisa perfeitamente indiferente, do ponto de vista legal – terão todo direito de pleitear o que for possível para satisfazer seu direito de cidadão, um dos direitos civis: ver respeitada sua decisão na matéria, exercendo o pátrio poder.

Provavelmente as crianças de espíritas são agrupadas numa classe, conforme sua quantidade, onde poderão receber a instrução adequada, os preceitos doutrinários espíritos.

Tudo é possível nesse terreno. O inadmissível é conformar-se em que nossos filhos sejam doutrinados em opções que não aprovamos, que o espiritismo não é religião.

O evangelho segundo o espiritismo

É um argumento sempre invocado: esse belíssimo livro de Kardec seria religioso, constituiria um atestado da natureza religiosa da doutrina, visto ocupar-se do evangelho de Jesus, algo que muitos supõem ser genuinamente confessional.

Todavia, o próprio livro traz em si a marca de sua indiscutível laicidade. O próprio autor deixa claro na abertura da Introdução, que refere o ensino moral do Cristo, pondo em parte o que Kardec mesmo divide em outras quatro partes, justamente aquelas que constituem a substância das fés dogmáticas religiosas.

Rivail foi taxativo: excluiu do seu livro as palavras de Jesus que serviram de base para os dogmas das Igrejas cristãs, o que dá a medida do seu ânimo de manter-se ao largo de qualquer cogitação confessional.

Fosse outro o seu ânimo e teria incluído também aquela parte.

Para que um livro possa ser visto como religioso, terá de ocupar-se de matéria religiosa, com intenção religiosa, pertencer ao chamado gênero sacro, hagiológico. Visará a catequética, fará apologia de algum corpo dogmático, rolará no plano teológico.

Não é isso que Rivail faz. Não é perfeitamente assentado que o evangelho seja matéria puramente religiosa. É discutível que Jesus tenha fundado uma religião, no sentido vulgar da palavra. Sabe-se que os evangelhos permitiram a formação de uma religião mas no sentido filosófico, que essa palavra tem, o de laço social.

De fato, a missão de Jesus favoreceu a formação de uma comunidade de adeptos, mas sem características de culto ou latria, já que a Boa Nova ocorria no seio de um povo que já tinha o seu culto formal bem organizado, consistente, tinha a Lei, que Jesus mesmo dizia não ter vindo mesmo destruir.

Era apenas um contexto de aderentes da doutrina evangélica que não tinha rótulos, era só um modo diferente de enxergar as coisas. Lucas é que chamou de cristãos e os romanos classificaram-nos de religião, isto é, um grupo social indefinido, caracterizado por postura diferente, por certa ideologia pouco reconhecível para eles.

Por isso é duvidoso que se possa chamar de religião ao espiritismo (no conceito atual, de culto), apelando para o evangelho, que também está no mesmo caso: era uma proposta sófica, uma forma de Sofia, uma forma de sabedoria e virtude, não um culto formal.

Lembremos que muitos livros foram escritos sobre matéria religiosa, sem que fossem rotulados de tal: Renan produziu pelo menos duas obras – Vida de Jesus e Os Apóstolos – opinando sobre o assunto de tal modo que provocou uma repercussão muito grande. Kardec mesmo ocupou-se do primeiro livro, na Revista de 1864. pois nem por isso Renan foi visto como autor de alguma obra religiosa, visto que sempre foi visto como ateu e materialista.

Darwin entrou em choque com a Bíblia, discorrendo sobre matéria que os teólogos não abriam mão de apreciar sob o ponto de vista religioso. Religioso o “Origem das Espécies”? o “Ascendência do Homem”? Decerto que não. Falava sobre matéria que é tratada de modo religioso pelos outros, mas de modo algum adotava um ponto de vista místico e piedoso, ele próprio.

Obrigatório citar Max Weber, com seu clássico sobre o protestantismo e o capitalismo. O fato confessional é visto como causador do fato econômico, na contramão do processo geral do materialismo histórico. Fala de uma matéria religiosa, sem dúvida, mas de um ponto de vista não confessional.

Portanto, acho ilegítimo dizer que Rivail escreveu um livro religioso, que o espiritismo tenha de ser pensado como uma coisa confessional por causa daquele livro de Rivail. Não faz sentido. De religioso o livro nada tem realmente. É aquela velha história de confundir moral com religião, moral com espiritualismo, este com religião e esta com a idéia de Deus e a pregação de Cristo.

O objetivo daquele livro é tão pouco religioso que faz algo que deixaria teólogos de cabelos em pé: aponta Sócrates e Platão como precursores do cristianismo e do espiritismo. Aquele glossário na Introdução é outro dado chocante para quem pensa religiosamente: demônios entendidos como seres espirituais (daimon), isso sem falar das demais contradições frontais aos dogmas mais caros da religião.

O passe e a prece

É outra coisa sempre alegada: provariam que o espiritismo é religioso sem tirar nem por. Como? Não dizem, nem posso imaginar o que queiram significar.

O passe é algo que só tomou esse nome dentro do magnetismo e constitui uma terapia simples, de puro amor e solidariedade humana.

Sugere a idéia de que algo – um que indefinido – pode “passar”, fluir, transitar, do doador para o paciente. Era o que Mesmer de fluido nervoso, fluido animal, algo que a ciência, em peso, torceu o nariz e reformulou, com Braid principalmente, desclassificando tudo para a hipnologia, a sugestão e por aí afora. Em suma, o passe não existe, é uma utopia, é imaginação pura, autosugestão e por aí vai, na opinião da incredulidade científica.

Mas, como naquela historia do besouro, que não conhece aerodinâmica mas voa, o passe, que não sabe nada de hipnologia, vai curando, vai fazendo pequenas maravilhas que o vulgo, muito justamente, chega a chamar de... “milagres”.

Todavia, nada tem de religioso, já que ateus e materialistas podem impor as mãos e beneficiar, mau grado suas idéias.

Eu próprio que não sou religioso, fui certa feita, chamado, com minha irmã, para prestar auxilio a um enfermo, a pedido de sua filha muito aflita. Éramos espíritas havia meses apenas, nada conhecíamos de espiritismo, realmente, mas pela boa vontade diante do pedido súplice, arriscamos.

O quadro era assustador. O doente tossia um trovejante acesso bem cavernoso, depois com o que escarrava e tossia no lenço, para depois brandir e este a bradar nervoso, histérico, com ar impressionante: “Viram?... nada!”

Nada menos religioso que isso. Era uma emergência, em lugar de nos chamarem, deviam ter convocado médicos, a Assistência Municipal, tê-lo levado a um hospital, sei lá.

Bisonhos, inespertos, receosos, mas não descrentes, convidamos a todos para orar. E oramos e pedimos a Jesus que nos socorresse naquela conjuntura. Todos precisávamos de ajuda: o companheiro, por seus males, nós outros por nossos temores e por nossa visível, flagrante, inutilidade de poder ajuda-lo. Transferimos o pedido de ajuda que nos levara ali, para as mãos prestigiosas dos bons espíritos.

Foi algo inesquecível: de chofre, cessou a tosse, aquela crise nervosa interrompeu-se. A respiração normalizou-se e o doente adormeceu, varando a noite em brando repouso.

Impossível varrer da memória uma experiência dessas. Guardo-a como perola, como tesouro nas minhas lembranças. É algo indizível: sentir que com um gesto, um pedido súplice ao alto, as mãos estendidas, pode-se aliviar o próximo.

Não consigo ver nisso um fato religioso, mas um fato terapêutico, a ação espírita, através da mediunidade.

Hissopes, aspergindo água benta, estolas e casulas, latim e exorcismos, fariam o mesmo?

Em lugar de um ato confessional, foi “apenas” a aplicação do preceito simples de Jesus: “...imponde as mãos...”, “pedi e obtereis...”.

Quanto à prece, claro que é um ato de comunicação e telecomunicação, perfeitamente enquadráveis nos parâmetros estabelecidos pela teoria científica que há sobre essa área.

Kardec pode ser considerado um predecessor dessa teoria, pelos conceitos que expendeu, tanto de modo geral, na teoria geral espírita, quanto no modelo que traçou das relações entre os espíritos e os homens.

A teoria científica é moderna e não pode deixar os mesmos conceitos-chaves de Kardec: médiuns, mídia (o mesmo que mediunidade), emissor, receptor, retroalimentação.

Orar é tão um fato de comunicação quanto ligar o telefone, ligar um aparelho de televisão, emitir um feixe de raios laser, uma onda portadora. É uma mídia, efetivamente.

Só a mania pirracenta de separar o mundo em uma banda sacra e outra profana, costuma se enganar a respeito: mas o bom senso inteligente, de fato, não.

A prece insere-se no mesmo processo geral: só não sabe disso quem não leu os textos de Kardec a respeito. Quem ora, comunica-se, faz-se emissor de uma mensagem, com triplice conteúdo: pede, louva ou agradece. Toma compromissos também, externa sentimentos assim ou assado. Aplicam-se-lhe os conceitos de pacote, comutação, nó, porta, onda.

André Luiz estabeleceu toda uma tecnologia quanto à prece: fala de analisadores de mensagens mentais, preces refratadas, e gravações de preces, para encaminhamento a instâncias competentes, como base para processos e despachos.

Ivone Pereira, (livro “Memórias de um suicida”), refere um momento sublime, quando um pobre suicida recebe uma mensagem luminosa, procedente de venerável instituição regida pelo patrocínio de Maria, a mãe de Jesus, onde se lhe dizia e que sua prece fora ouvida e estava sendo atendida, em providências tocadas de força e determinação.

Não há porque entender a prece fora desse contexto: longe de ser um dado mágico, é um fato lógico e tecnológico, abrangido por severas disposições perfeitamente racionais, um produto da telementação, um dos poderes naturais do espírito.

Isso não vulgariza, não banaliza, a prece. Pelo contrário, torna-se mais sublime ainda. Como o sexo, a visão, a telementação é alavanca poderosa, uma

concessão divina do Pai aos seus filhos amados, tornando-os capazes de se comunicarem com seu Criador.

Só a religião, só os cultos, inventaram que prece é rito, é fórmula mágica: o Cristo combateu claramente essa idéia e o espiritismo expande, decodifica, esse ensinamento crístico.

Prece é comunicação, pode ser forma telemática também.

Prece e passe são sentimentos sublimes, são atos de amor...

Nada melhor para produzir o estado de desinformação, isto é, quando se pensa estar bem informado mas não se tem senão falsas informações, do que opiniões de sumidades, figuras muito representativas, que incorrem em enganos, expandem pontos de vista opiniáticos, induzindo a enganos também os que o valorizam e admiram.

A idéia de que o espiritismo é religião, é religioso, já foi visto que nasce do desconhecimento do que Kardec disse a respeito, da ignorância do que os fatos de nosso idioma e da historia estabelecem, mas principalmente da desinformação espalhada por confrades e até mentores espirituais.

O periódico “Reformador” muito contribuiu para essa desinformação, ostentando que é uma revista mensal religiosa, que haveria três aspectos na doutrina, sendo o terceiro precisamente o de religião.

O livro “Religião”, de Imbassahy, que passa ao largo das severas e explicitas colocações de Kardec, e traz um prefacio religiosíssimo de Guillon Ribeiro.

O livro “O Consolador”, de Emmanuel, numa inexplicável reviravolta de quanto vinha dizendo, havia década, de contrário à Igreja, resolve encampar uma pergunta tendenciosa que lhe fazem (“Definição”) e fabrica aquela declaração esdrúxula, de que o espiritismo pode ser simbolizado por um triângulo místico, com um vértice apontado para o céu, o de religião. Tudo muito questionável, refutável, tanto quanto a teoria das almas gêmeas, que nem a FEB quis aceitar.

O próprio Herculano Pires, no seu livro “O Espírito e o Tempo”, sustenta que o espiritismo é uma religião dinâmica, viril, etc. visivelmente referindo-se a uma aplicação particular do conceito de laço social, mas ignorando, não sei por que, a clara disposição de Kardec para que não se utilizasse essa palavra ambígua para rotular a doutrina.

Os abalisados Thiesen e Wantuil, in “Allan Kardec” vol. III, ou o preclaro confrade Pedro Franco Barbosa, no seu excelente “Espiritismo Básico”, influem também para tal desinformação, pois sobrepõe, claramente suas doutas opiniões,

aos fatos da Codificação. Só Deolindo não o fez. Opinou uma única vez sobre o discurso de abertura, mas o fez com singular isenção sem conflitar com o fato da Codificação.

Todas essas fontes de desinformação influem muito nos confrades pouco chegados a raciocínios críticos, que tudo lêem e aceitam sem analisar. Por isso, quando lhes contestamos, objetamos, lembrando que Kardec não aceitava o espiritismo como coisa látrica, eles correm para tais fontes e citam-nas, invocando-nas, arrimados na autoridade desses nomes.

Sei que é muito difícil resistir a tendência de fiar-se na autoridade deles, afinal são nomes venerados, respeitados, abalizados. Mas nenhum deles codificou a doutrina, o codificador desta é Kardec.

Em qualquer momento em que haja uma simples, leve, aparência de contradição, entre o que qualquer um diz e o que estatuiu Kardec, naturalmente a razão nos inclina a adotar o que é a Codificação, pondo-se de molho, para uma prudente espera de confirmação, aquilo que parece contradizer Kardec.

O melhor exemplo disso foi dado pela FEB. No livro “O Consolador”, tendo Emmanuel incluído matéria sobre “almas gêmeas”, algo meio sobre a metáfora, sobre a invenção poética, um conceito que por mim passaria, já que me parecia uma delicada figura de expressão. A editora resolveu obtemperar, objetar com cuidado, lembrando que aquilo contrariava (ou parecia contrariar) O Livro dos Espíritos.

Emmanuel deu uma resposta-modelo de lucidez, pedindo que mantivessem sua “humilde opinião”, embora “a lealdade da editora a um respeitável ponto de vista”, pois o assunto ensejava mais vastas reflexões etc e tal.

Todavia, outras colocações no mesmo livro, muito mais críticas e inadmissíveis, passaram em brancas nuvens, sem mínima reação.

No começo do livro há a “Definição”, onde alguém coloca para Emmanuel uma dessas perguntas cheias de efeito e indexações. Responde-las é um problema pois ou se faz um ato de adesão e se coopta a intenção nelas embutida, ou então se refuta tudo em bloco e da-se uma resposta do tipo “Terra arrasada”, explicando que não é nada disso, que não se pode tomar como ponto de partida tal colocação, etc. que a coisa é bem outra e por aí afora.

Perguntaram a Emmanuel se, vejam bem a condicional – “se” – tendo o espiritismo um tríplice aspecto, o científico, o filosófico e o religioso, qual destes seria o mais importante.

Ora, é uma pergunta arдил. Como premissa ficava estabelecido que os aspectos do espiritismo, os clássicos aspectos listados por Rivail, eram mesmo aqueles. Nos limites da pergunta, dava-se por líquido e certo que havia um aspecto religioso na trilogia kardequiana – o que é falso.

Kardec jamais condescendeu nisso, pelo contrário, objetava irreduzivelmente tal classificação. Para ele a trilogia era outra: o espiritismo era científico, filosófico e moral. Foi o que disse a seus opositores em polemicas.

A idéia de um aspecto religioso é tipicamente não kardequiana e incorporou aqui no Brasil. Não é um dado da Codificação mas sim, aquela sim, uma formidável opinião pessoal.

O mesmo se aplica à questão da própria trilogia. No ambiente nacional, ela sofreu uma mudança que só não direi abusiva porque a expressão seria muito forte.

Nunca é demais insistir que sua componência original, legítima, abrange apenas a área científica, filosófica e moral. A religiosa foi formalmente excluída. Como foi também a área política. Pontifica Rivail:

“O espiritismo não é uma seita política, como não o é religiosa: é a constatação de um fato que não pertence mais a um partido, do que a eletricidade e as estradas de ferro”.

Dissera antes:

“Não é pois, como pretendem alguns, sempre porque não o conhecem, uma religião nova, uma seita que se forma à custa das mais antigas; é uma doutrina puramente moral, que absolutamente não se ocupa dos dogmas e deixa a cada um a inteira liberdade de suas crenças”.

Revista, outubro de 1861, pg. 316, vol. 4.

Diz o que não é – uma seita política nem religiosa. Diz a seguir o que é, uma ciência filosófica e moral (polemica com Georges Gandy), uma doutrina puramente moral, a constatação de um fato.

Por maneira que a palavra “moral” é inarredável, faz parte da trilogia de modo inseparável. O que não tem nada a ver com a trilogia é a palavra “religião”.

Todavia, no ambiente nacional, repito, ousou-se substituir o legítimo pelo falso, propondo uma trilogia remanejada, que se parece tanto com a legítima, quanto uma bijuteria com uma gema real.

Essa escamoteação foi apanhada mas os seus autores defendem-se com uma desculpa, meio fraquinha, é verdade, mas com alguma imaginação.

Sustentam que a troca é inofensiva, que religião é um dado equivalente a moral, que não há mal na substituição: seriam o mesmo.

Bem, a um argumento tão simples, uma resposta mais simples ainda: se é o mesmo, por que então trocar? Para que substituir? Que vantagem traz cambiar uma palavra pela outra – deviam deixar a original, que é legítima, que foi proposta por Kardec – para que mudar?

Mas não é verdade que exista equivalência alguma: religião era um laço social, feito de substancia moral ou ideal, pois que feita de hábitos. O argumento, altamente subjetivo, é usado em função de um desígnio, um propósito assentado, um partido que se tomou e de que não se quer afastar.

De fato não há equivalência; o termo moral não se presta aos manejos necessários a esse desígnio e religião presta-se. Daí a idéia da substituição.

CONCLUSÃO

Vimos que Kardec não serve de apoio à pretensão dos que querem o espiritismo religioso, apenas religioso, nada mais que religioso.

Pelo contrario, em todos os seus textos e pronunciamentos, vê-se a sua decidida repulsa a tal confessionalização. Opôs-se a isso com todas as suas forças e não cessou de afirmar que não era esse o objetivo do espiritismo.

Trata-se de uma extravagância, um capricho, uma fantasia realmente. São pessoas incapazes de se apurarem por si sós, que necessitam o bordão ou arrimo da religião.

Não tendo forças para mudarem a si mesmas procuram mudar em seu derredor, para adaptarem o novo meio às suas limitações pessoais, quando o certo seria o contrário, adaptarem-se eles às novas condições.

Fazem lembrar os desencarnados que se recusam a admitir que já morreram e tentam conviver, parasiticamente, com os encarnados, pela incapacidade de enfrentarem o novo habitat.

O pior problema é o fisiológico, naturalmente. Sentem necessidades plenamente materiais, como fome, fadiga, sono, sede, frio, sexo, e não podem convencer-se que não tem mais o corpo antigo. Como não, perguntam, se o sentem ali, com todos seus reclamos e necessidades?

André Luiz dramatiza esses problemas, falando de espíritos que são mantidos na ignorância do novo estado, pela razão de que, se souberem prematuramente, sofrerão pesados distúrbios psíquicos. Aos poucos é que, por meio de um mecanismo de relações graduais, vai sendo liberada a cota progressiva de informações, até que por si mesmas as pessoas acessem a verdade – sempre amarga e dolorosa – da desencarnação.

Noutros casos, espíritos já cientes do novo estado, perseveraram com exigências: queriam alimentação convencional, o prosseguimento de outros detalhes da vida terrestre. Foi o que ditou, por exemplo, a rebelião descrita por André Luiz em “Nosso Lar”, segundo relato do informante Lisias. Foi um verdadeiro “putsch”, um golpe, um motim, um movimento de inconformação.

A Governadoria reagiu presto: duras medidas de segurança foram tomadas e afinal o bom senso prevaleceu. Até certos técnicos, certos sábios, que davam cobertura ideológica aos recalcitrantes, entregaram os pontos.

Todos compreenderam que precisavam abandonar velhos hábitos cristalizados, que a morte expressava renovação e não exatamente continuidade nas mesmíssimas condições de antes. Se era para continuarem precisamente como os homens encarnados, para que teria ocorrido então a desencarnação?

Há um perfeito paralelismo entre a mudança representada pela desencarnação, uma mudança de habitat, um despojamento das condições habituais, que acompanharam o indivíduo por toda uma existência – e aquilo que acontece quando, no curso de uma vida, alguém muda de contexto de opinião.

Deixa de ser religioso, digamos, na faixa católica, e vai para o protestantismo. Não notará grande mudança, talvez estranhará as condições mais espiritualizadas – ou menos materializadas – do culto.

Se deixa essa faixa e vem, digamos, para o espiritismo, já a transição será mais branda do que se saltasse diretamente, do catolicismo para o movimento espírita.

Em ambos os casos irá acreditar que ainda está numa religião, pois vê (ou pensa ver), a continuidade daquilo que era o básico, nas fés passadas. A idéia de Deus, a sobrevivência das almas, o respeito ao Cristo, o estudo e valorização do Evangelho, a insistência na caridade, na benemerência, o apelo à moralização, tudo parecerá ser como era antes.

Mas não é.

Agora, o fulano não está mais num terreno religioso mas num contexto laico, apenas a temática é a mesma, mas os objetivos e os procedimentos diferem radicalmente.

Geralmente as pessoas, ao aportarem ao espiritismo, não procuram informar-se minuciosamente do que há para saber, confiam nas informações artificiais dos que lhes parecem bem informados e vão lendo, por vezes até fartamente, a literatura que lhes cai na mão.

E como quase nunca lêem, de fato, Kardec, ou quando o fazem, excluem a Revista Espírita, vão tocando sua vidinha, certos de que nada mudou, de que continuam ainda religiosos, pois nada os esclareceu, os advertiu de que alguma substancial mudou.

A grande pergunta é: que importância tem saber disso ou não? Afeta alguma coisa às pessoas? É significativo isso?

Ora, a mesma pergunta poderia ser feita a cerca de qualquer outra coisa deste mundo, inclusive sobre a própria idéia de Deus.

Para que serve? Em que muda crer ou não crer em Deus? Por esse processo, em qualquer coisa fica inútil conhecer ou aprender, até que se reconhece, finalmente, a inutilidade até de viver.

É um argumento comodista, esse, feito de encomenda para quem não quer sair de sua preguiçite mental.

Opõe-se a essa pachorra de estafermos, de entrevados espirituais, um impulso invencível que eletriza e faz saltarem quantos não são assim acomodados, indiferentes.

Surgem os questionamentos, as pesquisas, as averiguações, exatamente como, nas colônias espíritas, que André Luiz descreve, os mais irriquetos e perguntadores, começam a entender as coisas primeiro que todos.

Por isso aquela nossa afirmação inicial: será tão difícil e problemático aos confrades descobrirem e, descobrindo, conformar-se, com a verdade de que o espiritismo não é religioso, quanto terá sido sua adesão ao espiritismo.

Desejo de coração que essa transição do modo mais confortável para cada um. De minha parte, fiz o possível para faze-los entender a mecânica dessa compreensão.

Tudo se prende a uma noção errônea que a religião injetou no intimo de cada um, a de que procede de religare e que essa palavra significa "ligação com Deus".

Ora, o espiritismo fala em Deus logo, acham, é uma religião.

Mas tão ingênua e bisonha simplificação é desfeita quando se sabe que religare, um verbo, não podia significar um substantivo, e que seu significado real é bem outro, é amarrar por trás, para trás.

Que religião apenas traduzia nó ou laço, não incluía, originalmente, nenhuma idéia de ligação com Deus ou com deuses. Quando houve uma mudança semântica, a primeira, essa palavra passou de fato a incorporar a idéia de relação, mas com os deuses. Só muitos séculos depois é que isso mudou para a relação com a divindade, única, que o cristianismo introduzia, Deus.

Ligação ou relação com Deus é um xaveco da Igreja, para melhor usurpar, dominar, as consciências débeis, ignorantes, que não raciocinam que o homem, criatura amada por seu Pai, não precisa de intermediários, a tanto de contato, por cabeça, para representa-lo junto a Deus.

Já está ligado, naturalmente, relacionado, pelo simples fato de ser criatura divina. A religião aparece nisso como certos guardadores de automóvel, que mal se para um carro começam a rondar oferecendo-se, mas que só querem é ganhar alguns trocados, não tomar conta de fato de nossa propriedade, zelar por nossos interesses. É uma intermediária interesseira e desmoralizada, pois tão bem cuidou da humanidade que precipitou-a no abismo da descrença, da razão materialista, na ditadura da razão, reações exacerbadas ao “credo quia absurdum”, ao espantoso “crê ou morre”.

O espiritismo é como a escola. Educa, ensina, forma e informa. Não cultua nem ritualiza nada, usa técnicas, tecnologia, quando muito formaliza procedimentos, métodos de transferir informações.

Esse é o claro objetivo do espiritismo: promover, elevar o espírito humano, resgatando-o da parvalhice, da toleima, a que milênios de fés predadoras e apassivadoras o condenaram.

Pode parecer a muitos que sou um crítico cheio de má vontade para os cultos religiosos, de coração fechado aos benefícios que eles, sem dúvida alguma, prodigalizam também. Não é nada disso.

O que quero é um espiritismo autêntico, isolado de pressões e contaminações, fundado em Kardec, adstrito à Codificação, sem contrafações saídas da cachola de pessoas que preferem colocar suas opiniões particulares acima do trabalho impessoal e nada opiniático, de Kardec.

Deolindo Amorim, espírito equilibrado, isento, que não se dava a discussões nesse terreno, lembrou, todavia, algumas vezes, o risco que o movimento corre de

repetir o malogro do positivismo: chamado de “religião da humanidade” por Littré, acabou implodindo, descaracterizando-se, perdendo sua identidade, pois acreditou que era um culto e encheu-se de maneirismos cultuais, eclesiásticos, ele que é um ismo materialista e ateu.

O “spiritualism”, que não morria de amores pela Codificação, tendo congelado Kardec em sugestivo silêncio o tempo todo, degenerou numa religião como qualquer outra, com pastores, igreja, culto e mediunidade. É o seu quadro agora: uma religião formal, sem muito a ver com seu impulso inicial. Pulou de um estado para outro: ao tempo de Kardec, convivia com o exercício mercenário da mediunidade, sempre profligado pelo Mestre. Depois, saiu dessa para um exercício profissionalizado, pois que confessional, da mediunidade, onde há clérigos, há um clero, pago pela comunidade, no estilo das denominações evangélicas. O que decerto Rivail não aplaudiria.

Carlos Imbassahy, no seu livro “à Margem dói Espiritismo”, (FEB), em suas Notas Preliminares, fiz algo com que encerro este livro. Fala da necessidade de defender a memória, a imagem de Kardec, sempre atacadas, alvo de investidas ora furiosas, ora solertes.

Se não o fizermos, diz, “em breve teremos Kardec vilipendiado, confundido, desmentido...”. Foi o que disse: ou coisa parecida.

Para que isso não aconteça, ou que pelo menos não aconteça facilmente, fizemos este livro.